



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

VANESSA MICHELE DO NASCIMENTO ARAÚJO DE SOUZA

**HISTÓRIAS CONTADAS: NARRATIVAS DAS LIDERANÇAS DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS NA LUTA PELA MORADIA NA CIDADE DE MACAPÁ, ESTADO DO
AMAPÁ**

MACAPÁ

2023

VANESSA MICHELE DO NASCIMENTO ARAÚJO DE SOUZA

**HISTÓRIAS CONTADAS: NARRATIVAS DAS LIDERANÇAS DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS NA LUTA PELA MORADIA NA CIDADE DE MACAPÁ, ESTADO DO
AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico

Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Augusto Chagas

MACAPÁ

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP)Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 /
1451

S729 Souza, Vanessa Michele do Nascimento Araújo de.
Histórias Contadas: narrativas das lideranças dos Movimentos Sociais na luta pela moradia na cidade de Macapá, estado do Amapá / Vanessa Michele do Nascimento Araújo de Souza. - Macapá, 2023.
1 recurso eletrônico. 109 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-graduaçãoem Mestrado em Desenvolvimento Regional, Macapá, 2023.
Orientador: Marco Antonio Augusto Chagas.

Modo de acesso: World Wide Web.
Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Lideranças. 2. Movimentos sociais urbanos. 3. Epistemologias do sul. I. Chagas, Marco Antonio Augusto, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 303.484098116

SOUZA, Vanessa Michele do Nascimento Araújo de. **Histórias Contadas**: narrativas das lideranças dos Movimentos Sociais na luta pela moradia na cidade de Macapá, estado do Amapá. Orientador: Marco Antonio Augusto Chagas. 2023. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

VANESSA MICHELE DO NASCIMENTO ARAÚJO DE SOUZA

**HISTÓRIAS CONTADAS: NARRATIVAS DAS LIDERANÇAS DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS NA LUTA PELA MORADIA NA CIDADE DE MACAPÁ, ESTADO DO
AMAPÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Aprovado em: 24 / 08 / 2023

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **MARCO ANTONIO AUGUSTO CHAGAS**
Data: 28/11/2023 15:55:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marco Antônio Augusto Chagas
Orientador – PPGDAS/UNIFAP

Documento assinado digitalmente
 **JOSE ALBERTO TOSTES**
Data: 24/11/2023 10:06:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. José Alberto Tostes
Examinador Titular Interno - PPGDAS/UNIFAP

Documento assinado digitalmente
 **NADIA SOCORRO FIALHO NASCIMENTO**
Data: 23/11/2023 11:51:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Nádia Socorro Fialho Nascimento
Examinadora Titular Externa - PPGSS/UFPA

Dedico este trabalho a todas as lideranças dos Movimentos Sociais da cidade de Macapá que me ensinaram que é preciso e necessário lutar por aquilo que se acredita.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente sou grata a Deus, que desde o ventre da minha mãe tem cuidado de mim e mostrado diariamente que com Ele sou mais que vencedora e capaz de alcançar voos mais altos do que um dia eu pude imaginar. *“Não te mandei eu? Sé forte e corajoso; não temas, nem te espantes, porque o Senhor, teu Deus, é contigo por onde quer que andares” (Josué 1:9).*

A finalização dessa etapa tão importante na minha vida transborda o meu coração de alegria e gratidão. Alegria porque venho de uma família da classe trabalhadora, filha de pais paraenses e de origem ribeirinha. Estudei toda a minha vida em escola pública, portanto cursar o mestrado foi a realização de um sonho que não imaginava que seria possível; gratidão porque sem o trabalho coletivo de tantas pessoas que me apoiaram jamais teria conseguido.

Agradeço imensamente ao meu esposo, Breno Rafael, que nesses quase sete anos de matrimônio vem caminhando ao meu lado enfrentando lutas e alcançando vitórias. Você, Marido, é um presente de Deus na minha vida, amo você!

Ao meu filho, Benício Miguel, meu milagre, meu presente, minha maior e desafiadora conquista nessa terra. Benício, a cada dia você me ensina a ser uma pessoa mais forte; nem nos meus maiores sonhos poderia imaginar que teria um filho inteligente, lindo e educado como você. Mamãe te ama!

Agradeço à mulher mais importante da minha vida, minha mãe Rosa Dias, a qual, com toda a dificuldade, me educou e nunca deixou de acreditar que por meio dos meus estudos eu poderia chegar mais longe (e cheguei!). Mãezinha, você é a mulher mais forte e determinada que conheço; reconheço-me como herdeira de sua fortaleza e persistência. Te amo de mais!

Ao meu irmão, Ivan Junior, pela força, pelos momentos vividos e pelo carinho. Você é muito especial para mim mano, te amo!

A todos os meus familiares, em especial, ao meu padrasto, Charles Dias, às minhas avós Regina Dias e Rosalina Nascimento, ao meu tio Marivaldo dos Santos e às minhas tias Edna dos Santos, Edilena dos Santos e Ana Maria dos Santos. Amo Vocês!

Aos que hoje não estão fisicamente mais presentes na minha vida, mas nas minhas lembranças e no meu coração jamais irão morrer, meu amado pai Ivan Araújo, minha avó Rosa Batista, meu tio Paulo Cesar, meus avôs Edimilson Araújo e Raimundo Nascimento, e as minhas amigas Odália Borges e Jéssica Mesquita. A saudade é eterna!

Ao amigo e às amigas assistentes sociais, Bruno Barreto, Aricarla Batista, Anne Amorim e Cassia Barbosa, que, durante todos esses anos dedicados ao mestrado, muito me

incentivaram e me ajudaram nos momentos que precisei. Meu muito obrigada, vocês são nota 10!

Aos discentes da turma de 2020 do mestrado, que compartilharam conhecimentos, amizades, aflições, alegrias, dúvidas, entre outros momentos. Foi um prazer fazer parte dessa turma e ter conhecido profissionais tão dedicados naquilo se propõem em fazer. Vou sentir saudade!

Não poderia deixar de agradecer ao Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional que a pouco tempo mudou de nomenclatura para Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável (PPGDAS) e à Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), pela oportunidade em ser discente desse programa, o qual é pioneiro da Pós-Graduação no estado do Amapá e que muito tem contribuído para a ciência e o desenvolvimento. Aos docentes, que compartilharam seus conhecimentos e amizade, em especial aos professores: Paulo Giraldi, Jadson Porto, Francisco Ferreira, Antônio Filocreão, Raullyan Borja; e às professoras Valdenira Ferreira Santos e Marília Lobato. A todos (as) o meu muito obrigada!

Ao meu orientador Marco Antônio Augusto Chagas, que aceitou o desafio de orientar uma assistente social recém-chegada na cidade de Macapá, cheia de dúvidas e sede por conhecimento. Mesmo com poucos momentos presenciais, você me apresentou as Epistemologias do Sul, do autor Boaventura de Souza Santos, as quais muito contribuíram com os resultados da presente pesquisa. Como pesquisador, você me ensinou que as pessoas são feitas de histórias e que escrever sobre elas também é fazer ciência. Muito obrigada por tudo, Marco!

À minha professora querida Nádia Socorro Fialho Nascimento, que desde a graduação vem acreditando em mim e no meu potencial. Agradeço a Deus pelo privilégio de ter conhecido a senhora e, mesmo com a distância física, nossos laços afetivos continuam firmes. Espero que muitas outras conquistas, como representa o mestrado para mim, possam ainda nos conectar, para sentirmos alegrias e comemorarmos juntas. Amo muito a senhora!

Ao professor José Alberto Tostes, por ter aceitado participar da minha banca de qualificação e defesa, por toda a dedicação que tem em partilhar suas vivências e conhecimentos com seus alunos (as) e a sociedade. Sinto-me honrada de ter sido sua aluna. Muito obrigada!

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ela bolsa que me foi concedida por meio do Observatório em Desenvolvimento Regional (ODR) durante esses dois anos, a qual muito contribuiu para o andamento e realização desta pesquisa.

Enfim, gostaria de agradecer a todos e todas que, direta e indiretamente, me ajudaram a concretizar este sonho de me tornar mestra.

“O reconhecimento da luta e de seus respectivos protagonistas é um ato de pré-conhecimento, um impulso intelectual e político-pragmático que implica a necessidade de escrutinar a validade do conhecimento que circula no âmbito da luta ou que é gerado pela própria luta”.

Boaventura de Sousa Santos (2019).

RESUMO

O presente trabalho investiga o protagonismo de cinco lideranças de Movimentos Sociais em Macapá, capital do estado do Amapá. O objetivo é apresentar as experiências que os sujeitos da pesquisa possuem em suas vivências no ambiente urbano através da extensa jornada de militância. Os entrevistados e entrevistadas são nomeados como protagonistas, por desempenharem papel de destaque nas ações realizadas e/ou estão realizando no cenário urbano da cidade de Macapá, considerando-se a importância dos Movimentos Sociais por meio das histórias narradas. Optou-se pela metodologia Epistemologias do Sul, com uso de pesquisas bibliográficas e de campo em entrevistas não-extrativistas. A pesquisa bibliográfica foi construída com consulta a autores clássicos e contemporâneos e a banco de dados, no qual foi possível ter acesso a trabalhos científicos/acadêmicos referentes aos estudos dos Movimentos Sociais. A pesquisa de campo contou com entrevistas abertas não-extrativistas realizadas nos meses de agosto e outubro do ano de 2022. Após análise das narrativas levantadas, evidenciou-se que, mesmo que durante a pesquisa as lideranças demonstrem que os Movimentos Sociais em Macapá estejam desarticulados, desmobilizados, cooptados etc.; ainda assim, apresentam protagonismo importante na cidade de Macapá pela histórica luta que desempenharam e que estão buscando estratégias de mudança para o cenário atual. Nesse sentido, espera-se que o presente trabalho possa servir de aporte teórico para futuros estudos sobre liderança dos Movimentos Sociais no contexto urbano os quais devem ser uma tarefa coletiva e não apenas de um pesquisador.

Palavras-chave: lideranças; movimentos sociais urbanos; epistemologias do sul; moradia; Amapá.

ABSTRACT

The present work sought to investigate the protagonism of Social Movements in Macapá, capital of the state of Amapá, from the perspective of the past, present and future. The main objective was to demonstrate the strength that Social Movements have in their experiences in the urban environment through the experiences of five leaders who accumulate an extensive journey in Social Movements. The research subjects are named as protagonists, as they play a prominent role in the actions carried out and/or are taking place in the urban setting of the city of Macapá, considering the importance of Social Movements through the narrated stories. The Epistemologies of the South methodology was chosen, using bibliographic and field research in non-extractive interviews. The bibliographical research was built with consultation to classic and contemporary authors and to a database, in which it was possible to have access to scientific/academic works referring to the studies of Social Movements. The field research included open interviews carried out in August and October of the year 2022. After analyzing the raised narratives, it was evidenced that, in the past, the Social Movements in the city of Macapá occupied a prominent place in the urban scenario, claiming public power urban and housing improvements. However, at present, Social Movements have demonstrated disarticulation, co-option and lack of motivation in the face of contradictions and complexities inherent to the urban environment. The period corresponding to the research signaled future scenarios favorable to the rescue of the protagonism of the Social Movements, mainly because of the historical recovery of the struggles, the reorganization, union and solidarity between the subjects involved. In this sense, it is expected that the present work can serve as a theoretical contribution for future studies on Social Movements.

Keywords: leaders; urban social movements; southern epistemologies; home; Amapá.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	- Produções com contribuições sobre o tema dos Movimentos Sociais	25
Fotografia 1	- Conjunto Habitacional Mucajá	83
Fotografia 2	- Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos	84
Fotografia 3	- Conjunto Habitacional Macapaba	85
Fotografia 4	- Conjunto Habitacional São José	85
Fotografia 5	- Conjunto Habitacional Miracema	86
Fotografia 6	- Entrevista com Wemerson Costa dos Santos	98
Fotografia 7	- Entrevista com Carmem Duarte	98
Fotografia 8	- Entrevista com Aldinéia Machado	99
Fotografia 9	- Entrevista com Idelfonso Silva	99
Fotografia 10	- Reunião para organizar o Pré-Fórum Comitê Amapá	100
Fotografia 11	- Reunião para organizar o Pré-Fórum Comitê Amapá	100
Fotografia 12	- Primeiro dia do Pré-Fórum Comitê FOSPA	101
Fotografia 13	- Protagonismo das mulheres nos Movimentos Sociais em Macapá	101
Fotografia 14	- Mesa Mulheres como Resistência	102
Fotografia 15	- Mesa Movimentos Sociais dos Povos Indígenas	102
Fotografia 16	- Roda de Conversa tenda Ecovida	103
Fotografia 17	- Ato de encerramento do 10º Fórum Social Pan-Amazônico	103

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Concentração populacional em Macapá comparada aos demais municípios.....	77
---	----

LISTA DE SIGLAS

CASS	Centro Acadêmico de Serviço Social
CAO	Comissão de Acompanhamento de Obras
CASP	Centro de Atividades Sociais da Periferia
CEA	Companhia Elétrica do Amapá
CEB	Comunidade Eclesiastes de Base
COMAPA	Cooperativa dos Pequenos Agricultores do Amapá
COPEMAP	Cooperativa dos Pecuáristas do Município do Amapá
CNA	Conselho Nacional dos Agricultores
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CPT	Comissão Pastoral da Terra
FASS	Faculdade de Serviço Social
FOSPA	Fórum Social Pan-Amazônico
FEMEA	Federação de Mulheres do Estado do Amapá
IAGUA	Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental
ICOMI	Industria Comércio de Minérios
IFAP	Instituto Federal do Amapá
JUCAI	Jovens Unidos em Cristo Através dos Irmãos
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NMS	Novos Movimentos Sociais
MST	Movimento dos Sem-Terra
ODR	Observatório de Desenvolvimento Regional
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PARU	Programa de Apoio à Reforma Urbana
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PD	Plano Diretor

PPGDAS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RECID	Rede de Educação Cidadã
SINTRA	Sindicato dos Trabalhadores Ruais do Amapá
SOCEAP	Sociedade Central de Agricultores do Amapá
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TFA	Território Federal do Amapá
UEAP	Universidade Estadual do Amapá
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UJS	União da Juventude Socialista
UBM	União Brasileira de Mulheres

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	ESTADO DA ARTE DA PESQUISA	24
2.1	AS ESCOLHAS DA PESQUISA	24
2.2	O TEMA “MOVIMENTOS SOCIAIS”, SEGUNDO MARIA DA GLÓRIA GOHN.....	26
3	MOVIMENTOS SOCIAIS: ASPECTO CONCEITUAL PLURAL	33
4	A EXPANSÃO DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS: GÊNESE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO AMAPÁ	38
4.1	A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: A RELAÇÃO DOS SINDICATOS E DOS PARTIDOS POLÍTICOS COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS	38
4.2	A EXPERIÊNCIA DO SINDICALISMO NO AMAPÁ: OS PRECURSORES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	46
5	PROTAGONISTAS DESTE ESTUDO: TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MACAPÁ	53
5.1	APRESENTAÇÃO E ENTREVISTAS	53
5.1.1	Wemerson Costa dos Santos	53
5.1.2	Carmem Duarte	58
5.1.3	Aldinéia Machado	61
5.1.4	Idelfonso Silva	66
5.1.5	Aldenora González	70
6	NARRATIVAS SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DA MORADIA DIGNA NA CIDADE DE MACAPÁ	75
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICE A TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	97
	APÊNDICE B ENTREVISTAS: WEMERSON SANTOS E CARMEM DUARTE	98

APÊNDICE C	ENTREVISTAS: ALDINÉIA MACHADO E IDELFONSO SILVA	99
APÊNDICE D	REUNIÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MACAPÁ	100
APÊNDICE E	PRÉ-FÓRUM / COMITÊ FOSPA AMAPÁ	101
APÊNDICE F	PRÉ-FÓRUM / COMITÊ FOSPA AMAPÁ	102
APÊNDICE G	PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MACAPÁ NO FOSPA	103
APÊNDICE H	PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MACAPÁ NO FÓRUM SOCIAL PAN-AMAZÔNICO 2022	104

1 INTRODUÇÃO

Movimento Social é um tema complexo e que após a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988 cresceram as produções, pois foi o período em que a sociedade estava engajada em uma emergência aos Movimentos Sociais. Na atualidade se questiona se os temas que envolvem os Movimentos Sociais continuam atraindo atenção nas ciências sociais, porque o atual contexto apresenta pluralidades de conceitos que já se desviaram para tantos temas que existem que tiveram como consequência a ausência de centralidade.

Na verdade, Movimentos Sociais é a própria sociedade em movimento e que nenhum momento da história deixou de movimentar-se, pois a sociedade é dinâmica, mas ao mesmo tempo contraditória. Então a relevância do tema é total, absoluta e urgente, porque o processo histórico que produz conhecimento é realizado por homens e mulheres que estão em constante processo de luta e busca por melhores condições de vida. Por isso, esse tema é urgente porque nos encontramos em um momento na sociedade em que muitas conquistas estão sendo questionadas e derrubadas.

Então, o cotidiano dos militantes atuantes nos Movimentos Sociais é composto por uma diversidade de questões que atingem a sociedade. Essas questões refletem as práticas dos sujeitos, incluindo a gênese teórica sobre os Movimentos Sociais enquanto categoria que se impõe nas fronteiras tênues entre os interesses capitalistas, colonialistas e patriarcais.

A presente pesquisa aborda a teoria sobre os Movimentos Sociais fundamentadas em múltiplas empatias teóricas objetivando evidenciar as formas de organização, solidariedade¹, indignação e resistência em relação às práticas identificadas empiricamente com os sujeitos da pesquisa. Foi feito umnexo entre teóricos dos Movimentos Sociais que estão na linha de frente da produção acadêmica, sem perder de vista a condição das análises situadas nas fronteiras do que se percebeu como lutas coletivas por horizontes emancipatórios de práticas cotidianas opostas ao desenvolvimento dominante.

Argumenta-se que as lideranças entrevistadas acolhem variadas derivações de categorias, como sociedade civil, Organização Não Governamental (ONG), ativismo social e ação coletiva, com cruzamentos teóricos que os tomam ora autônomos e independentes, ora passíveis de dominação e cooptação pelo Estado (CHAGAS; SOUZA, 2021).

¹ Compartilhamos conceitualmente autor Melucci (1989, p. 57) quando diz que “A solidariedade é a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social)”.

As primeiras organizações sociais que ocorreram em Macapá, capital amapaense, remontam à década de 1950. Os munícipes inicialmente começaram a se organizar em sindicatos e associações de bairro, para reivindicar melhores condições de vida e trabalho. Eram trabalhadores e trabalhadoras imigrantes, principalmente dos estados do Pará e Maranhão, que ocuparam áreas insalubres de moradia e os postos de trabalho nas indústrias de mineração e construção civil.

Atualmente, em Macapá, as lideranças entrevistadas estão envolvidas em coletivos desenvolvendo atividades sociais nas periferias, promovem conferências e fóruns, no entanto, apresentam baixa visibilidade no cenário local em virtude de poucas formas de ação e divulgação. Dessa maneira, perderam no passar dos anos o entendimento que tinham como agentes de conquistas quando reivindicavam por melhorias relacionadas aos direitos coletivos, por meio de lutas oriundas e decorrentes das experiências das lideranças aqui trazidas. As quais devem ser resgatadas e encaradas como ferramentas para a emancipação social e coletiva dos Movimentos Sociais e para a população.

Nesse sentido, o objetivo geral proposto é expor as experiências e a análise do protagonismo dos sujeitos entrevistados no contexto da cidade de Macapá. Como forma de alcançar o objetivo geral, recorreu-se aos seguintes objetivos específicos: I) apresentar a trajetória de luta dos sujeitos entrevistados que fazem parte dos Movimentos Sociais; II) conhecer as experiências das lideranças entrevistadas sobre a luta pela moradia digna na cidade de Macapá; III) analisar criticamente as trajetórias dos Movimentos Sociais a partir das narrativas dos militantes entrevistados.

Para responder aos objetivos propostos, partiu-se da seguinte questão norteadora: As lideranças dos Movimentos Sociais são protagonistas na luta pela moradia na cidade de Macapá? A presente questão principal agregou as seguintes questões norteadoras complementares: a) Como são narradas as ações das lideranças a partir de suas trajetórias coletivas? b) Quais as ações desses sujeitos impulsionam os Movimentos Sociais que reivindicam o direito à moradia digna na cidade de Macapá? A hipótese levantada sobre a questão norteadora é que existem lideranças na luta pela moradia na cidade de Macapá, mas, no período que abrange a pesquisa esses sujeitos estão desarticulados.

Justifica-se a realização deste estudo sobre o protagonismo das lideranças dos Movimentos Sociais em Macapá pela expectativa de visibilizar e mobilizar sujeitos e a sociedade em busca da regulação social (Governo, Empresa e Sociedade), reconhecendo ainda como distante a emancipação social (Sociedade protagonista na relação Estado, Empresa e Sociedade).

A relevância do objeto investigado refere ao fato de permitir novos olhares e possibilidades de conhecer e dialogar com as lideranças, evidenciando uma forma de apoiar o fortalecimento de suas ações frente às contradições urbanas e sociais recorrentes na sociedade capitalista. A justificativa também se faz pela ausência de pesquisas locais sobre o protagonismo das lideranças que militam nos Movimentos Sociais, respeitados os trabalhos consultados e referenciados neste estudo.

Importante, ainda, mencionar que a aproximação com o referido objeto se deu a partir da trajetória percorrida pela autora, que começou durante a graduação. Enquanto discente do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA), participou do Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS-UFPA), atuando no movimento estudantil. Essa organização busca a garantia dos direitos dos estudantes por uma universidade pública, gratuita e de qualidade. A experiência no CASS-UFPA, com postura e envolvimento de militante, possibilitou à autora construir um olhar mais crítico sobre a realidade social.

Durante o período da graduação, a autora teve a oportunidade de ser Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/UFPA e PIBIC/CNPq), no período de 2010 a 2011, no projeto de pesquisa denominado “Desigualdades Sociais e Programas de Transferência de Renda Mínima na Amazônia: a experiência do Pará e do Amapá”, que resultou na aprovação de artigo científico publicado em evento nacional na área do Serviço Social². Posteriormente, participou como estagiária curricular e bolsista no Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), vinculado à Faculdade de Serviço Social (FASS-UFPA), no período de 2013 a 2014, que oportunizou aproximação nas discussões referentes às temáticas que tratam da questão urbana e habitacional no Brasil e sua particularidade na região amazônica.

Em seguida, nesse mesmo período, a autora realizou o estágio curricular obrigatório no Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental (IAGUA). A partir dessa última experiência na área da política urbana/habitacional, foi possível realizar estudos para a escrita e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no ano de 2014, o qual teve como título “Participação Popular no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na comunidade Fé em Deus em Belém-PA”. Nesse trabalho foi dado destaque para a importância da participação da população beneficiária do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Comissão de Acompanhamento de Obras (CAO), assim como para o trabalho e demandas da

² 64º Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no período de 22-27 de julho de 2012. Local: Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís. Título do trabalho: “Programa Bolsa Família no Município de Barcarena-PA: notas para o debate”.

equipe técnica social que executava o projeto como forma de garantir a participação dos envolvidos.

Visando dar continuidade aos estudos e à formação profissional, essas experiências foram aliadas à aprovação no mestrado no ano de 2020 no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação/Mestrado em Desenvolvimento Regional (PPGMDR), atual Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável (PPGDAS), da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), permitindo um aprofundamento teórico sobre o tema “Movimentos Sociais” na cidade de Macapá e, mais precisamente, durante a disciplina “Leitura Dirigida”.

Foi proposta na finalização da disciplina a elaboração de um artigo para compor o E-Book “De apagão a apagado: ensaios sobre a questão energética amapaense”, dando ensejo à produção do trabalho intitulado “Movimentos Sociais na Amazônia: a atuação dos novos movimentos sociais e o problema energético no estado do Amapá”, em parceria com o orientador desta dissertação. O referido texto trouxe uma discussão das teorias dos Movimentos Sociais e o Apagão³ do Amapá, apresentando achados em pesquisas sobre a atuação dos Movimentos Sociais durante o Apagão do Amapá, tomando-se como base materiais divulgados pelos meios de comunicação.

Enquanto mestranda do PPGMDR, esta autora teve a oportunidade de ser bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 2021 a 2023, no projeto do Observatório de Desenvolvimento Regional (ODR). O ODR, como proposta, visa ao fortalecimento de dois programas de pós-graduação da UNIFAP, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) e o PPGMDR. O ODR é uma iniciativa do Ministério de Desenvolvimento Regional que busca ser um instrumento fundamental para a formulação e implementação de políticas públicas.

O Observatório pretende ser uma ferramenta para auxiliar e capacitar as instâncias públicas na identificação de problemas e tomadas de decisão relativas as políticas públicas no estado do Amapá. Por fazer parte do tema Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas, os resultados dos estudos realizados nesta dissertação contribuirão para alimentação da base de dados do Observatório, sobretudo no componente “Movimentos Sociais”.

É importante registrar que o presente estudo tem aderência às teses emancipatórias que colocam os Movimentos Sociais como protagonistas na luta pelas políticas públicas, como as epistemologias do Sul. É um método proposto pelo autor Boaventura de Sousa Santos que tem

³ O apagão no Amapá aconteceu no dia 03 de novembro de 2020 deixando 13 dos 16 municípios do Amapá sem energia elétrica durante quatro (4) dias em plena pandemia da Covid-19 (CHAGAS; SOUZA, 2021).

a proposta de buscar outras formas de reinterpretar a realidade. Este pensamento alternativo oferece alternativas como forma de pensar criticamente o ambiente que habitamos, a partir da transformação permanentemente do mundo como uma ação coletiva (SANTOS, 2019).

As Epistemologias do Sul nos convidam a atravessar para o lado Sul do conhecimento, uma vez que se debruçam em pesquisar as realidades de Portugal, América Latina, África e Ásia que são nações submetidas à exploração capitalista. Para Boaventura de Souza Santos, o lado norte geográfico (Europa e América do Norte) contribui para reproduzir o capitalismo e o patriarcado, baseando-se em uma linha do conhecimento abissal, a qual separa as sociedades metropolitanas, o lado Norte, das colônias, o lado Sul (SANTOS, 2018).

Combinando trabalho teórico com trabalho empírico, este estudo desafia a trazer os militantes dos Movimentos Sociais de Macapá como protagonistas de suas histórias, e não como retaguarda. “O Objetivo das Epistemologias do Sul é possibilitar que os grupos sociais oprimidos representem o mundo como próprios e em seus próprios termos, porque só assim poderão transformá-lo segundo as suas próprias aspirações”, destaca Santos (2018, p. 301).

Com base nesses fundamentos teóricos, o presente estudo procura resgatar as experiências das lideranças relacionadas com o ambiente urbano no qual estão inseridos, que nesse caso é a cidade de Macapá. Por outro lado, como se verá ao longo do resultado da pesquisa, os entrevistados e entrevistadas apresentaram singularidades históricas, ou seja, reproduziram formas diferentes de observar suas realidades e experiências.

Para uma investigação minuciosa sobre o protagonismo dos militantes, foi realizada uma abordagem qualitativa, pois “a investigação qualitativa requer, como atitudes fundamentais, a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigação e com os atores sociais envolvidos” (MINAYO, 2019, p. 195).

Como instrumento de pesquisa, optou-se por realizar entrevistas abertas, entendendo que esse método seria o ideal para que os entrevistados e entrevistadas pudessem narrar as suas vivências sem interrupção, através da conversa e escuta. A entrevista aberta proporcionou intervenção mínima do entrevistador como forma de agir na imparcialidade e, assim, evitar o término precoce da entrevista ao interromper a fala dos entrevistados e das entrevistadas. “As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

As entrevistas foram realizadas com os seguintes sujeitos, de acordo com a ordem das sessões e o coletivo de que fazem parte: 1) Wemerson Santos (Coordenador do Fórum Social Pan-Amazônico no Estado do Amapá; 2) Carmem Duarte (Centro de Atendimento Social da

Periferia – CASP); 3) Aldinéia Machado (Confederação Nacional das Associações de Moradores- CONAM); 4) Idelfonso Silva (Federação das Entidades Comunitárias do Amapá) e 5) Aldenora Gonzalez (Instituto EcoVida).

A divulgação de seus nomes foi autorizada, conforme expressa a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) constante do Apêndice A, visto que os entrevistados e as entrevistadas entendem que suas histórias de vida e luta nos Movimentos Sociais estão entrelaçadas e se complementam livremente. A seleção dessas cinco lideranças seguiu os seguintes critérios: I) Participação ativa nos Movimentos Sociais; II) Extensa trajetória de militância; e III) Envolvimento na luta pela moradia digna na cidade de Macapá. A escolha de gênero se realizou de forma aleatória, sendo dois sujeitos do sexo masculino e três do sexo feminino.

No decorrer da pesquisa, com a devida autorização dos sujeitos, foram realizados registros fotográficos, estando disposto aqui da seguinte forma: durante as entrevistas (APÊNDICES B, C); nas atividades desenvolvidas pelas lideranças para organização do Pré-Fórum (APÊNDICE D); no Pré-Fórum (APÊNDICES E, F); e no Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA) (APÊNDICE G). As entrevistas foram realizadas nos meses de agosto e outubro de 2022 e, após sua finalização, procedeu-se à organização das narrativas e posterior análise dos resultados. Além disso, as entrevistas foram divididas em temas, sendo extraídos delas os elementos considerados mais pertinentes e relevantes em conformidade com a pesquisa proposta.

Esta dissertação está organizada em seis sessões: além da Introdução do trabalho, na Segunda Sessão a importância do Estado da Arte para a pesquisa científica e porque é necessário se aprofundar na agenda dos “Movimentos Sociais”. Essa Sessão apresenta alguns trabalhos científicos em nível internacional, nacional e local escolhidos para o embasamento teórico da pesquisa, assim como os conceitos de autores chave sobre Movimentos Sociais, com destaque para Maria da Glória Gohn.

Na Terceira Sessão, aborda-se o aspecto conceitual do que são Movimentos Sociais a partir do entendimento de autores clássicos e contemporâneos. Partindo da visão teórica, foi possível descrever os tipos de Movimentos Sociais que existem, a forma como organizam suas ações e em que contexto. Tendo como pressuposto o debate teórico, compreende-se que, antes da ascensão do modo de produção capitalista e do processo de globalização, não havia Movimento Social propriamente dito, o que tínhamos era a luta de classe desempenhada pelo movimento operário e os sindicatos.

A Quarta Sessão é constituída pelo debate sobre os aspectos históricos da expansão das organizações sindicais entendidos como a gênese dos Movimentos Sociais e, para além disso, sobre os reflexos da experiência dos sindicatos e dos partidos políticos em relação aos Movimentos Sociais. O elemento a ser analisado neste capítulo traz o sindicalismo no estado do Amapá, quando este era ainda Território Federal, e a expansão da organização dos trabalhadores para a área rural do estado. A referência encontrada pela pesquisa é representada pelo ativista Pedro Ramos, militante e um dos principais protagonistas na organização dos Movimentos Sociais no Amapá.

Na Quinta Sessão os sujeitos desta pesquisa narram suas experiências nos Movimentos Sociais na cidade de Macapá. São apresentados relatos de cinco lideranças que há alguns anos estão se dedicando na luta por direitos, como moradia digna, saúde, educação, e pela defesa da Amazônia.

A Sexta Sessão relata sobre a experiência das lideranças dos Movimentos Sociais em defesa da moradia digna na cidade de Macapá, trazendo o processo de ocupação e o reflexo sobre as diferentes formas de habitar os bairros dos Congós, Zerão e o Buritizal. Destaca-se o papel que as Associações de Moradores desempenharam para as melhorias nos referidos bairros, que ainda nos dias de hoje são encontradas. Para as lideranças entrevistadas as construções dos conjuntos habitacionais de interesse social são conquistas que foram alcançadas na luta pela moradia digna na cidade de Macapá.

Vale destacar, ainda, que no Apêndice H poderá ser encontrado como experiência direta da autora com as lideranças entrevistadas fotos realizadas no Fórum Social Pan-Amazônico, que ocorreu no ano de 2022 na “capital da resistência”, Belém, estado do Pará. O envolvimento nesse espaço proporcionou a autora os primeiros contatos com os Movimentos Sociais e lideranças de bairros em Macapá, ao participar da organização, das reuniões e encontros para a realização do Pré-Fórum do Comitê FOSPA Amapá e do FOSPA.

Esse contato inicial foi necessário para averiguar a disponibilidade dos que foram entrevistados no decorrer da pesquisa e estabelecer um vínculo de confiança e de conhecimento de suas ações coletivas a partir da observação participante. “A situação em que é realizada a entrevista contribui muito para o seu sucesso, o entrevistador deve transmitir acima de tudo, confiança ao informante” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 76).

Após a realização do Pré-Fórum e do retorno junto com os Movimentos Sociais do Fórum Social Pan-Amazônico, as lideranças entrevistadas foram contactadas por mensagem telefônica para marcar a data, horário e local das entrevistas. Na mensagem foram descritos o

objetivo do estudo e a temática, sendo esclarecidas as dúvidas antes de iniciarem as entrevistas, as quais ocorreram somente depois que concordaram em participar.

O fato deste estudo ter coincidido com o período pandêmico⁴ e aliado ao “apagão” em Macapá, mencionado anteriormente, dificultaram um maior envolvimento com as atividades dos entrevistados e entrevistadas que permitiria conhecer outras lideranças e assim abranger o número de entrevistas. No entanto, não comprometeu as análises dos principais aspectos que foram propostos pela pesquisa, respondendo assim aos objetivos.

⁴ Entendo não ser o objetivo da pesquisa abordar o tema da pandemia, mas é importante considerar que os anos de 2020 e 2021, período de abrangência do presente estudo, dificultaram os andamentos das pesquisas científicas no Brasil.

2 ESTADO DA ARTE DA PESQUISA

O Estado da arte da pesquisa científica é uma das etapas mais importantes para qualquer trabalho científico. É através da busca em bancos de dados (artigos, dissertações, teses etc.) como também obras de autores clássicos e contemporâneos que é possível identificar quais os trabalhos já realizados sobre o tema proposto e, a partir deles, continuar no avanço da ciência e do saber ao utilizá-los como referências conceituais e metodológicas. Fazer ciência é uma atividade e instituição. Atividade porque através dela o tema proposto contribui para o avanço da ciência e é instituição porque é uma estrutura formada por três elementos: sujeito, objeto e o meio. “Todos eles revelam preocupações teóricas diferentes, mas que convergem na inquietação comum de tornar possível a ciência através da elaboração e aperfeiçoamento dos métodos” (ECO, 1997, p. 11).

Estado da arte é a sistematização de tudo o que já foi produzido em uma determinada área do conhecimento (*status* do conhecimento) por meio de um recorte temporal dos periódicos da CAPES de maior relevância para a área das ciências sociais em nível internacional, nacional e local. Atualmente, como a produção do conhecimento é sempre vasta, publicam-se muitos trabalhos de várias áreas, passando a ser necessário construir um recorte do espaço-tempo para a composição e entendimento do que vem a ser “estado da arte”. Assim, o que é produzido cientificamente em qualquer área do conhecimento passa a ser amplamente conhecido se for publicado, divulgado e referenciado nos meios em que circula.

2.1 AS ESCOLHAS DA PESQUISA

Como uma das etapas da pesquisa, optou-se por realizar uma revisão bibliográfica que constrói uma interlocução com diferentes autores clássicos e contemporâneos, a fim de elucidar os entraves e os desafios vivenciados pelos militantes dos Movimentos Sociais na busca a alcançar seu protagonismo. Neste sentido, a revisão bibliográfica aqui descrita tem o objetivo de evidenciar o esforço da autora em expor o estado da arte do objeto pesquisado.

Existem trabalhos que discutem sobre os Movimentos Sociais. São teses, dissertações, livros, artigos e outros trabalhos científicos de abordagem teórico-metodológica, que contribuem para a descoberta do saber. Nas últimas décadas, autores como Gonh (1997; 2011) e Viana (2014; 2020) têm contribuído para o debate sobre o tema “Movimentos Sociais”, todavia ainda há muito a ser pesquisado. Autores como Touraine (1991), Castells (1977, 2013), Santos (2001) e Svampa (2010) complementam o acervo sobre o tema no Brasil, principalmente

na abordagem das transformações internas e externas dos movimentos sociais e sobre um novo olhar a respeito da organização social, urbana e rural. No Quadro 1 é apresentada a produção que, em diferentes intensidades, escalas e subjetividade, inspiraram a presente pesquisa:

Quadro 1 - Produções com contribuições sobre o tema dos “Movimentos Sociais”

AUTOR (A)	TIPO	TÍTULO	ANO
Alberto Melucci	Artigo	Um objetivo para os Movimentos Sociais	1989
Manuel Castells; Jordi Borja	Artigo	As cidades como atores políticos	1996
Manuel Castells	Livro	Movimientos Sociales Urbanos	1997
Maria de Glória Gohn	Livro	Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos	1997
Boaventura de Souza Santos	Artigo	Los nuevos Movimentos Sociales	2001
Maristella Svampa	Artigo	Movimientos Sociales, matrices socio-políticas y nuevos escenarios em América Latina	2010
Maria da Glória Gohn	Livro	Movimentos Sociais no século XXI: antigos e novos atores sociais	2011
Silvino Antônio Malfatti	Artigo	Os Movimentos Sociais em Alain Touraine	2011
Manuel Castells	Livro	Redes de indignação e esperança: Movimentos Sociais na era da internet	2013
Karl Jesen	Artigo	Teses sobre os Movimentos Sociais	2014
Maria da Glória Gohn	Livro	Sociologia dos Movimentos Sociais	2014
Marlon dos Reis	Dissertação	Os Movimentos Sociais no Sul do Amapá: a trajetória do conselho nacional das populações extrativistas	2018

Maria da Glória Gohn	Artigo	Marcos referenciais teóricos que têm dado suporte às análises dos Movimentos Sociais e ações coletivas no Brasil - 1970 – 2018	2018
Francisco Comarú	Artigo	Movimentos Sociais e Habitação	2019
Nildo Viana	Artigo	Movimentos Sociais: questões teóricas e conceituais	2020

Fonte: Elaborado pela Autora (2023).

A escolha pelos trabalhos citados decorre da aproximação com o tema de pesquisa. A busca foi realizada no banco de dados do atual Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável (PPGDAS) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Os artigos são de autores que desde o projeto de pesquisa estão sendo consultados devido à relevância para o entendimento dos Movimentos Sociais.

Foi com base nesse raciocínio que se optou em construir esse capítulo, no qual o leitor conheça sobre o avanço nas pesquisas dos Movimentos Sociais. O percurso e o recorte da realidade marcam a trajetória dos Movimentos Sociais, sua composição, organização e os momentos de crise que. Por esse motivo, as ciências sociais e das humanidades tiveram que se reinventar e aprimorar seus estudos para acompanhar as mudanças sociais e políticas dos Movimentos Sociais na passagem dos anos.

2.2 O TEMA “MOVIMENTOS SOCIAIS”, SEGUNDO MARIA DA GLÓRIA GOHN

Gohn é central para o entendimento de Movimento Social. A autora faz parte dos pesquisadores que mais têm discutido a categoria na América Latina, com contribuições didáticas que instruem as bibliotecas das ciências sociais, desde a graduação até estudos de aprofundamento, como pós-graduação e outros similares (GOHN, 1997, 2011, 2014, 2018).

Os estudos sobre os Movimentos Sociais emergiram a partir dos anos de 1950, havendo, a partir da década de 1970, um progressivo crescimento em pesquisas científicas devido à visibilidade que adquiriram no interior da sociedade enquanto um fenômeno histórico. Gohn (1997), nessa perspectiva, trabalha as diferentes abordagens teóricas que surgiram durante essas décadas, destacando complementariedades que devem existir entre teoria e prática nos Movimentos Sociais, não como qualquer ação humana individual, mas como ação coletiva.

O debate a respeito do tema dos Movimentos Sociais vem buscando pautar, nos campos teórico e prático, questionamentos sobre as mudanças no cenário sociopolítico e suas estratégias frente às demandas por direitos – que são caras aos militantes de Movimentos Sociais, como a saúde, a educação e a moradia. As obras da autora têm servido de referência para dialogar com as outras ciências que investigam a trajetória, os processos de luta, a história de lideranças e suas particularidades. Partindo-se do que a autora denomina de Sociologia dos Movimentos Sociais, buscam-se discutir temas que são centrais ao estudo dos Movimentos Sociais, como as associações em redes, os grupos de interesses, as disputas por poder, entre outros.

Partimos da abordagem de Gohn (2018) que descreve “ciclo” como sendo um período, em que um determinado país passa, e que analisa a conjuntura político-social e os determinantes dos atores envolvidos. Para a autora, o tempo histórico e político de determinado país apresenta íntima relação com a organização e a mobilização dos Movimentos Sociais. A hipótese de Gohn (2018), é que certas teorias e a conjuntura política, social e econômica de um país, como o Brasil, é que vão determinar a forma de organização, mobilização e luta dos Movimentos Sociais.

Gohn (2018) vai denominar de primeiro ciclo o da década de 1970 até início de 1980 em que o cenário político era representado pela resistência dos Movimentos Sociais contra a ditadura militar. A presença constante de perseguição política, exílio e prisão dos que eram contra o regime militar se mostrava recorrente. A teoria que concentrava as análises sobre os Movimentos Sociais no Brasil foi a marxista que embasava os estudos sobre as carências das camadas populares nos bairros das periferias e “contribuía para a sociologia dos Movimentos Sociais”. O interesse dos pesquisadores brasileiros em utilizar a teoria marxista justifica-se pelo contexto político do país, “com o regime militar, intelectuais e setores sociais mais engajados se unem e buscam alternativas para a volta da democracia (...)” (GOHN, 2018, p. 10).

Nesse período também é expressivo a expansão das comunidades eclesiais de base, novo sindicalismo, movimentos populares de bairros periféricos, associações de moradores, que foram objeto de estudos a partir das falas dos sujeitos. Além disso, ocorre a expansão do ensino superior principalmente nas universidades públicas e da Pós-Graduação no país, em especial nos cursos de sociologia. “Com isso ocorre a constituição de espaços e campos de pesquisas aberto à temática, possibilitando a formação de grupos de pesquisa e debates sobre movimentos e ações sociais” (GOHN, 2018, p. 9).

As abordagens teóricas no Brasil sobre “Movimento Social” ainda eram incipientes, se comparada com outros países, isso se deve porque as experiências dos Movimentos Sociais ainda estavam no início no país. Nesse primeiro ciclo necessitava-se que os debates fossem

concentrados em diferenciar classes sociais de classe operaria tornando isso também um fator de aproximação com as teorias de Karl Marx (GOHN, 2018). Para análise sobre os movimentos sociais no contexto brasileiro necessitava-se do “predomínio da abordagem teórica decorrente das leituras renovadas das teorias marxistas, especialmente advindas de abordagens gramscianas”, os chamados neomarxistas (GOHN, 2018, p. 10)

No final de 1980 até 1988, Gohn (2018), destaca como sendo o segundo ciclo que é a transição para a redemocratização do Brasil até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Esse período é marcado pelo retorno das eleições estaduais e o surgimento de Novos Movimentos Sociais (NMS) que “advém basicamente da nova classe média, da geração dos jovens e dos grupos sociais com mais alto grau educacional” (GOHN, 2018, p. 12). Diferentes dos Movimento Sociais do primeiro ciclo que emergiram da classe popular, os NMS surgem da sociedade civil organizada (GOHN, 2018).

As abordagens teóricas sobre os Movimentos Sociais do segundo ciclo também são diferenciadas do primeiro. No Brasil o “eixo culturalista identitário” foi o que ancorou as produções científicas sobre, principalmente, os NMS. A referida abordagem destacava o aspecto cultural atribuído a cada tipo de Movimento Social e sua identidade em particular, que entendia o sujeito a partir das suas ações desenvolvidas no coletivo e como construíam o sentido de pertencimento. Para Gohn (2011), os Movimentos Sociais desse período fizeram com que o país alcançasse importantes conquistas sociais ao pressionar o governo e que hoje estão inscritos em leis na Constituição Federal que rege o Brasil.

A partir da promulgação da Constituição de 1988 abre-se caminho para novos canais de participação institucionais. Partindo dessas novas possibilidades é que Gohn (2018) atribui esse período como o terceiro ciclo, o “ciclo participativo” que se estendeu até a década de 1990. Os Movimentos Sociais brasileiro encontram outras formas de se organizarem, mais institucionalizada, através dos fóruns, que eram encontros que tinham como propósito solucionar as questões sociais. “Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los” (GOHN, 2011, p. 342).

Os conjuntos de temas relativos a militância nos Movimentos Sociais no cenário estrutural ocorreram quando eles passaram a ocupar os espaços institucionalizados formados pelas instâncias de poder que, a partir da redemocratização, abriram novos caminhos de participação. Os jovens, na maioria, são os que começaram a ocupar esses espaços. Organizados em Movimentos Sociais, enquanto estudantes, nos coletivos e nas redes sociais têm dado desde

então suas contribuições para a Sociologia dos Movimentos Sociais (GOHN, 2011; 2014; 2018).

As abordagens teóricas não estavam mais concentradas nos atores da sociedade civil, mas na “atuação de múltiplos atores” (GOHN, 2018, p. 13) e o desempenho desses sujeitos nas instituições públicas como a Teoria Institucionalista ou Teoria da Mobilização Política (TMP) que ao molde brasileiro passou a ser denominada de Teoria do Confronto Político (TCP), e a Teoria da Mobilização de Recursos. Sobre essa questão, para Gohn (2018), os vínculos institucionais e as redes de sociabilidade eram as formas de observar o trabalho das pessoas no serviço público, ou seja, a organização, a utilização dos recursos públicos, as oportunidades políticas e institucionais de confrontar os poderes políticos.

Nesse terceiro ciclo as abordagens marxistas decrescem nos estudos brasileiros sobre os Movimentos Sociais concentrando as teorias de Karl Marx nos sindicatos dos trabalhadores da cidade e do campo. Os NMS pautavam suas reivindicações contra os problemas sociais da contemporaneidade. Diferentes dos Movimentos Sociais anteriores, os NMS utilizavam-se dos meios de comunicação, como internet, mídias sociais e aparelhos celulares para realizarem suas denúncias. Outra característica dos NMS é que estavam preocupados com a formação dos seus militantes, não voltados como anteriormente apenas com a leitura, discussão e estudo de textos, mas além disso, com acesso a graduação e pós-graduação (GOHN, 2011; 2014; 2018).

Diferentes das lideranças antecessoras, a juventude militante criou sua própria identidade político-cultural, pautando temas que antes eram proibidos ou invisibilizados pela sociedade, como gênero, etnia, religião etc. Para isso, ocuparam os espaços internacionais, participando de eventos de grande repercussão na área da economia, da globalização, do modelo neoliberal e seus efeitos sobre a sociedade. De fato, o que se tem observado sobre a explicação dessa mudança é o despertar dos jovens contra temas como a corrupção política, a desigualdade social, a pobreza, o meio ambiente, entre outros. São temas que têm provocado na juventude inquietações, motivando-os a ocupar espaços que antes eram (ou ainda são) elitizados, como as universidades.

Alguns desses novos pesquisadores são lideranças de Movimentos Sociais que adentraram às universidades em cursos de graduação e pós-graduação, e alguns (poucos) nas áreas das ciências humanas. Alguns Trabalhos de Conclusão de Cursos, Dissertações e Teses que vêm sendo escritos por esses acadêmicos-militantes são parte da história vivenciada dentro dos próprios movimentos. A descrição desse percurso de militância é importante e merece ser dividido com os que se interessam pelo tema, especialmente se o objeto pesquisado se relaciona com o seu próprio modo de vida.

A relação dos Movimentos Sociais com a educação é uma demanda da juventude que, embora caminhe lentamente, vem produzindo memórias importantes sobre as pautas de eventos sociopolíticos, com diferentes interpretações. Essa experiência tem fomentado no cotidiano possibilidades geradoras de criatividade e identidade, buscando a conscientização coletiva da sociedade. Na contemporaneidade, os militantes estão alcançando outros espaços por meio da educação, e os diferentes aspectos conceituais têm proporcionado o suporte sobre as novas oportunidades e olhares para os Movimentos Sociais (GOHN, 2011).

No final de 1990, as Organizações Não Governamentais (ONGs) surgem dando destaque às ações coletivas incentivadas pelas leis, tomando como exemplo, a Lei do Voluntariado (GOHN, 2018). Nesse novo cenário as análises sobre os Movimentos Sociais brasileiros “geraram muitas informações, mas grande parte do conhecimento produzido foi orientado inicialmente por teorias criadas em outros contextos” (GOHN, 2018, p. 15) abordados em outros países e isso acabou distorcendo as teorias sobre os Movimentos Sociais, pois, “Os sujeitos das ações coletivas e suas histórias eram muito diferentes” (GOHN, 2018, p. 15).

Na esteira desta discussão estão alguns autores que argumentam que essa dispersão teórica dos Movimentos Sociais para os NMS foi a possível causa para o começo do enfraquecimento dos Movimentos Sociais. No decorrer dos anos de 1990, os NMS foram perdendo visibilidade, diminuindo suas formas de protestar nas ruas e transferindo essa visibilidade para as ONGs (GOHN, 2018).

O quarto ciclo Gohn (2018) descreve como sendo o período da década de 2000 a década de 2010 momento que ocorre “forte articulação dos movimentos sociais no plano internacional” (GOHN, 2018, p. 15). No cenário político do Brasil tomava o poder um partido de esquerda - Partido dos Trabalhadores (PT) – nas diferentes esferas (federal, estadual e municipal). Foi atribuído ênfase aos estudos sobre a participação popular dos Movimentos Sociais, ONGs, coletivos, associações etc.; e para a participação social nas esferas institucionais públicas. “Vários militantes de movimentos e associações entraram na estrutura estatal, como representantes nos conselhos, fóruns, ouvidorias etc. ou mesmo como funcionários ou assessores contratados” (GOHN, 2018, p. 15).

Esse fator impulsionou mudanças importantes tanto na forma de produzir conhecimento sobre os NMS, como também na própria transformação da realidade sócio-política brasileira. Tornou-se necessário fazer uma renovação teórica, buscar novas bases científicas ou ressignificar as existentes. No entanto, Gohn (2019) destaca que essa mudança não significou uma ruptura com as teorias do passado, mas necessitava de novas ferramentas de análise. Para a autora, “A nova etapa das lutas sociais do século XXI se faz aliando inovações tecnológicas

e retorno às teorias do século XIX, totalmente revisadas, para análise dos movimentos sociais” (GOHN, 2019, p. 17). Ainda sobre essa questão, Gohn (2018) acrescenta, dizendo que:

Não se tratava, portanto, de contrapor tipos de movimentos ou ações coletivas e nem paradigmas teóricos interpretativos como mais ou menos adequados, até porque todos eles continuam a coexistir com os novos. Tratava-se de reconhecer a diversidade de movimentos e ações civis coletivas, suas articulações e os marcos interpretativos que têm lhe atribuído sentidos e significados novos, o que eles têm trazido à luz no campo da investigação de uma Sociologia dos Movimentos Sociais (GOHN, 2018, p. 18).

Essa nova roupagem proporcionou que Movimentos Sociais que pareciam estarem esquecidos retornassem reinventando a forma de fazer política e de mobilização. No entanto, devido a heterogeneidade que os Movimentos Sociais estavam demonstrando nesse contexto, provocou a fragmentação, pois precisaram alterar o projeto político, redefinir suas identidades. Pois, para Gohn (2018, p. 16) as teorias “sob o foco das análises das ações coletivas e teorias da participação e menos nos movimentos sociais”. A estrutura do controle social, bases das políticas públicas, eram estabelecidas de cima para baixo. Embora a participação da sociedade estivesse presente na elaboração das políticas, ela se dava pelos moldes estipuladas e controladas pelos governos (GOHN, 2011).

O quinto e último ciclo do ano de 2013 ao ano de 2018 analisado por Gohn (2018) é marcado pelo surgimento, que a autora vai denominar, de novíssimos movimentos sociais. Segundo Gohn (2018, p. 19), durante esse ciclo “o perfil predominante dos participantes alterou-se de militante para ativista”. Os militantes são aqueles que tem uma filiação em Movimento Social, partido político ou um grupo específico. Os ativistas, por sua vez, são os que militam por uma causa social de forma individual e como coletivo sem pertencer a um Movimento Social fixo (GOHN, 2018).

No caso do Brasil os aportes teóricos concentram na teoria do autonomismo ou socialismo libertário, teoria neomarxista e abordagem decolonial. São Movimentos Sociais que buscam autonomia, mudanças na economia e a mudança social sem violência. Na maioria são jovens, que Gohn (2018) chama de indignados, “a indignação é vista como um valor humano, essencial para a justiça social” (GOHN, 2018, p. 21). São grupos que não estão, como no passado, concentrados em partidos políticos, mas formados por laços afetivos.

Os Movimentos Sociais passam a ser espaço onde compartilham suas ideias, crenças, emoções e ao mesmo tempo lutas coletivas que vão construindo a partir da interação entre eles. No entanto, após o ano de 2013, no Brasil, os Movimentos Sociais conservadores, neoliberais, entraram em cena. Com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff entre os anos 2015 e

2016 os movimentos conservadores passam a filiar-se em partidos políticos que são de oposição a democracia. “Defendem a desregulamentação de direitos sociais conquistados e a menor presença do Estado na economia. Mas, de fato, miram o acesso ao poder político estatal” (GOHN, 2018, p. 23).

Com a entrada do partido político de esquerda representado pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro ao poder no ano de 2019 as propostas de governo foram centradas nos desmonte dos direitos sociais conquistados na década de 1988, momento favorável em que o Brasil enfrentava o aumento do desemprego. “Apresentam-se como movimentos de renovação da política, mas são, na realidade, um retorno a movimentos nacionalistas do passado (GOHN, 2018, p. 24). Além disso, os Movimentos Sociais apresentavam o conservadorismo como ideia principal, divergindo de anos anteriores, essa opção causou a busca por aportes teóricos do passado que direcionaram os Movimentos Sociais nacionalistas. Nesse sentido, como bem descreve Gohn (2018, p. 24):

No seu conjunto, esses grupos defendem propostas liberais para o papel do mercado e atuação do estado na economia, privatizações, estado mínimo e fim do financiamento de políticas públicas distributivas (...). Miram cargos públicos de poder, de Presidente da República a vereador local. Resumidamente são defensores do livre mercado, antiestatista e neoliberal.

Ao analisar os cinco ciclos que descrevem as décadas de 1970 ao ano de 2018, Gohn (2018) não fez um levantamento de todas as abordagens teóricas sobre os Movimentos Sociais no contexto brasileiro. A justificativa se faz pelo vasto acervo que o tema movimentos sociais apresenta nacional e internacionalmente, no entanto, a autora apresentou algumas teorias internacionais principais que foram adequadas a realidade brasileira em cada ciclo a partir da conjuntura histórico-política do país. A continuidade aos estudos dos Movimentos Sociais é a contribuição que a presente pesquisa traz, onde a partir dos estudos de Gohn (1997; 2011; 2014; 2018) entre outros autores, relacionar com as especificidades locais das lideranças dos Movimentos Sociais da cidade de Macapá a partir da luta pela moradia digna.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS: ASPECTO CONCEITUAL PLURAL

Torna-se necessário conceituar os Movimentos Sociais. Para isso, compartilha-se observação de Gohn (1997, p. 13) de que “[...] não há um conceito sobre movimento social, mas vários [...]”. Para a autora, os Movimentos Sociais apresentam um caráter sociopolítico e cultural aos seus participantes (GOHN, 2011).

Para a autora, os Movimentos Sociais (suas lideranças) sempre existirão, porque eles não representam quantidade em número, mas o modo como organizam suas atividades, com criatividade e reinvenções constantemente diante das adversidades que enfrentam. Gohn (2011) entende os Movimentos Sociais como manifestações populares, que, em busca de respostas às suas demandas, reivindicam leis e direitos. “Ao realizarem estas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social” (GOHN, 2011 p. 15).

Nessa perspectiva, para Viana (2020), os Movimentos Sociais, na sua maioria, são policlassistas, formados por diferentes grupos sociais, quando a partir da insatisfação por determinada demanda geram um senso de pertencimento, objetivo e mobilização. Os Movimentos Sociais têm um papel fundamental na construção de militantes que lutam pelo acesso aos direitos.

Existem diferentes tipos de Movimentos Sociais. Os denominados conservadores, que segundo Gohn (2011, p. 14): “são movimentos que não querem as mudanças sociais emancipatórias, mas impor as mudanças segundo seus interesses particularistas, pela força, utilizando a violência como estratégia principal em suas ações”.

Outro tipo de Movimento Social são os **nacionalistas**, que não aceitam a participação de qualquer indivíduo, já que os membros que compõem o Movimento Social se relacionam através de códigos, crenças, valores e ideologias próprias. “São movimentos construídos a partir de práticas sectárias, destrutivas e de total negação à ordem social vigente”, descreve Gohn (2011, p. 14). Oposto deles estão os Movimentos Sociais **progressistas**, os quais realizam suas ações seguindo uma agenda emancipatória, planejando e trabalhando em redes de mobilizações, articulando ações coletivas de resistência contra a exclusão social (GOHN, 2011).

Jensen (2014) defende a tese de que os Movimentos Sociais se organizam primeiro em grupos sociais formados por pessoas que possuem algo em comum, motivadas por aspirações internas e externas, produzidas simultaneamente no interior da relação com o conjunto da sociedade. Para o autor, a base dos Movimentos Sociais são os grupos sociais (JENSEN, 2014), assim, o grupo social é fundamental para a criação do Movimento Social. A relação entre grupo social e Movimento Social é complexa, pois um grupo social sofre alterações ao passar para

status de Movimento Social, assim seus membros podem adquirir maior consciência, experiência, unidade e eficácia política (JENSEN, 2014).

Castells (2013), por sua vez, descreve os Movimentos Sociais como atores da mudança, pois são capazes de influenciar, a partir da elaboração de projetos de luta e de suas experiências de vida, para uma possível mudança social. Para o autor, os Movimentos Sociais são constituídos de sujeitos, no plural, porque para se formar um Movimento Social é imprescindível a união da motivação emocional de cada indivíduo em particular. A partir da comunicação de suas experiências, os indivíduos se tornam motivados a superar seus medos, a indignar-se diante da injustiça e identificar sua realidade com a do outro. Castells parte do princípio de que:

[...] para que experiências individuais se encadeiem e formem um movimento é a existência de um processo de comunicação que propaga os eventos e as emoções a eles associadas. Quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a probabilidade de formação de um processo de ação coletiva enraizado na indignação, propellido pelo entusiasmo e motivado pela esperança. (CASTELLS, 2013, p. 25).

Historicamente, os Movimentos Sociais ganharam destaque na década de 1960 com a passagem do capitalismo industrial para o capitalismo oligopolista transnacional. “O capitalismo oligopolista transnacional é uma fase do desenvolvimento capitalista predominante na Europa Ocidental durante o Pós-Segunda Guerra Mundial até o processo de crise iniciada no fim dos anos 1970” (VIANA, 2020, p. 55). Essa fase do capitalismo é caracterizada pelo recuo do movimento operário devido à instabilidade social e política que alterou a dinâmica social da sociedade com a introdução da tecnologia, da ciência e da informação. Contudo, essa alteração no cenário sociopolítico permitiu que outros movimentos sociais ficassem em evidência (VIANA, 2020).

Nos anos de 1970, os Movimentos Sociais se fortaleceram em determinados lugares e setores da sociedade. Logo, a história tem demonstrado que em cada passagem para um novo regime de acumulação do modelo capitalista é alterada a dinâmica dos Movimentos Sociais (VIANA, 2020). A globalização reordenou a lógica capitalista, acentuando a pobreza, a desigualdade e a nefasta apropriação das riquezas pelo capital. Os trabalhadores e trabalhadoras historicamente se opuseram a essa situação, trazendo novas identidades coletivas aos Movimentos Sociais.

Dessa forma, subtende-se que a ascensão do modelo de produção capitalista levou ao surgimento da luta de classe pelos movimentos operários e pelos sindicatos, marcando a gênese

dos Movimentos Sociais. “Nesse sentido, a compreensão dos movimentos sociais na sociedade capitalista remete ao estudo da questão da totalidade das relações sociais e da inserção dos Movimentos Sociais no seu interior” (VIANA, 2014, p. 70). Para compreender os Movimentos Sociais, é indispensável conhecer a dinâmica da sociedade capitalista, sua forma de acumulação e organização social. E, nesse sentido, reconhece-se que as teses de Karl Marx (1818-1883) oferecem ferramentas fundamentais para a compreensão das lutas sociais em geral e dos Movimentos Sociais em particular.

Sobre o caso específico dos Movimentos Sociais, Marx (1984) trouxe contribuições significativas, mesmo que os Movimentos Sociais ainda não tivessem uma concepção teórica na sua época, mas já se anunciava seu nascimento com os sindicatos. Marx introduziu o entendimento de: I) método dialético; II) teoria da história e da sociedade; III) teoria do capitalismo; IV) das formas de consciência; V) do Estado etc., que geraram a base teórica dos Movimentos Sociais que viriam a existir. “Nesse sentido, a recusa da contribuição de Marx para a teoria dos movimentos sociais é um retrocesso intelectual” (VIANA, 2020, p. 14). Da mesma forma como a recusa de Marx para o entendimento e ação sobre as práticas sociais de resistência e enfrentamento da exploração capitalista também é.

Dessa maneira, os Movimentos Sociais eram entendidos antes como movimento operário. Defendiam seus direitos econômicos e políticos, fazendo ligação apenas aos seus interesses por melhores condições de trabalho. Com a desmobilização operária, necessitou-se da ampliação e diversificação das pesquisas frente às mudanças econômicas, de consumo e de mercado trazidas pelos novos tempos da globalização. A globalização da economia trouxe novas análises para a realidade naquele momento e suas consequências para a organização social. Para Gohn (2011, p. 339):

À globalização econômica, os movimentos propõem outro tipo de globalização, alternativa, baseada no respeito às diferentes culturas locais. [...] nas lutas contra a fome e defesa de frentes de produção alimentar, e não de armas, na defesa do meio ambiente, na luta pela paz, contra a exploração do trabalho infantil etc.

Sobre essa questão, Santos (2002, 2009) compartilha do pensamento de Gohn ao chamar esse processo de nova globalização ou globalização alternativa e dizer que esse novo tipo de globalização é diferente da globalização neoliberal, cuja essência no campo político nega os direitos sociais e objetiva questões economicistas. Por isso a outra forma de globalização (SANTOS, 2009) deve ser construída a partir de um conjunto de iniciativas dos Movimentos

Sociais que, lutando contra a globalização neoliberal, são levados a buscar um mundo mais justo, igualitário e em que todos tenham direito.

Essa alteração está associada ao aumento da desigualdade e da pobreza urbana, a partir do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado, que no modelo de dominação existente hoje são inseparáveis. “Em minha opinião, é nesta globalização alternativa e no seu embate com a globalização neoliberal que se estão a tecer os novos caminhos da emancipação social” (SANTOS, 2009, p. 12).

Para o autor, a globalização alternativa deve ser pensada de baixo para cima, levando em conta as experiências sociais e outra forma de conhecimento fora das ciências sociais ocidentais. O sociólogo destaca que sem fazer a crítica ao modelo ocidental, o qual tem dominado as áreas do conhecimento nos últimos anos, pode-se acabar por reproduzir as mesmas teorias, por mais que essa nova análise social sobre a globalização seja alternativa. A crítica ao modelo se faz ao pensar um mundo melhor, com mais possibilidade de mudança hoje que refletirá no futuro amanhã; mais emancipação dos grupos sociais que se transformem em práticas transformadoras (SANTOS, 2002).

Nas ideias de Touraine (1998 *apud* MALFATTI, 2011), as ações coletivas dos Movimentos Sociais contra o sistema social imposto constituem um sistema capaz de trazer mudanças para uma nova forma, sendo a sociologia um instrumento importante a ser utilizado para o alcance dessa transformação. Touraine buscou compreender como os Movimentos Sociais constroem suas lutas, principalmente contra o sistema social, cultural e econômico, tendo em vista a transformação do sistema de ação.

Um ator social pode meramente exercer papéis estáticos dentro de uma estrutura. É o que sugere o estrutural-funcionalismo. No entanto, um ator pode também ser agente de mudança ou agente de contenção de mudança. Quando este ator, voltado para si, agindo de si para a coletividade, torna-se agente de mudança ou de contenção, torna-se também Sujeito do processo. É um ator Sujeito. (TOURAINÉ, 1998 *apud* MALFATTI, 2011, p. 123).

Para Svampa (2010), os Movimentos Sociais existentes atualmente na América Latina foram os principais protagonistas ao se oporem contra a globalização neoliberal, principalmente a partir dos anos de 1994. Bolívia, Argentina, Equador, Brasil, entre outros tiveram no decorrer dos anos 2000 Movimentos Sociais com mais representação, que possibilitaram ampliar seus espaços de atuação. Esse novo cenário foi possível a partir do empoderamento de diferentes Movimentos Sociais ao questionarem os modelos acadêmicos dominantes e as reformas neoliberais.

Segundo o raciocínio de Svampa (2010), acompanhado por Gohn (2011; 2014), pensar outras possibilidades de enfrentar os desafios estão em particular nas mãos da juventude. A geração de jovens pesquisadores, que se propõe teoricamente a questionar o modelo econômico dominante, têm demonstrado o compromisso de fazer a articulação entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento da realidade, a chamada extensão. Por fim, essa mudança de época estimula a possibilidade de pensar criativamente as articulações entre Estado e sociedade, entre democracia representativa e democracia direta e participativa.

As motivações e razões para os Movimentos Sociais se reinventarem teoricamente são várias, e os conceitos atribuídos por diferentes autores também contribuíram para o avanço das lutas e entendimento do que é atualmente “Movimento Social”. Os trabalhos deram visibilidade aos Movimentos Sociais e novos olhares sobre a sua organização social e estrutural. De alguma forma, torna-se evidente a necessidade de Movimentos Sociais que atuam levando em consideração demandas e interesses coletivos, cuja repercussão instiga a ampliação do campo das ciências sociais.

4 A EXPANSÃO DAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS: GÊNESE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTADO DO AMAPÁ

4.1 A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: A RELAÇÃO DOS SINDICATOS E DOS PARTIDOS POLÍTICOS COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

A primeira experiência de organização social ocorreu no século XVIII. O advento da Revolução Industrial, que aconteceu primeiramente na Inglaterra e, posteriormente, se estendeu aos demais países da Europa, fez surgir novas formas de organização do trabalho e de produção. Esse momento histórico ficou marcado pela passagem da manufatura para a industrial, assim o trabalhador que anteriormente desenvolvia suas atividades de maneira manual passa a executar por meio do uso de máquinas (AMORIM; ARAÚJO, 2014).

Essas novas configurações ocasionaram também condições insalubres de trabalho com baixos salários, superexploração e uma expectativa de vida de 21 anos para os trabalhadores industriais, em contrapartida aos donos (patrões) das fábricas, que viviam três vezes mais. As crianças a partir de cinco anos de vida e as mulheres, também, trabalhavam nas fábricas de maneira precária e sem as mínimas condições ao trabalho (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011).

A partir do avanço tecnológico, grandes contingentes de trabalhadores foram lançados ao desemprego, o que ocasionou ações violentas voltadas para a destruição das máquinas, momento este que ficou denominado como “Ludismo”. “Sem consciência do verdadeiro inimigo da classe, identificava-se equivocadamente a maquinaria (e a tecnologia) como responsável do desemprego”, conforme Montanõ e Duriguetto (2011, p. 228). A maneira encontrada pelos trabalhadores e trabalhadoras para responder a tais situações dependeu de cada momento histórico e das condições objetivas e subjetivas de organização e de luta em cada país (SANTOS, 1999).

Há que se refletir sobre esse processo de transformação. Nascia, desde então, a noção de classes sociais, cuja discussão permanece vívida no meio acadêmico. Para Souza (2019), o conceito de classe social não deve estar apenas relacionado ao aspecto econômico; a ideia de classe social está associada e determinada a partir da classe específica que cada indivíduo ocupa na sociedade. O autor chega a dizer que, se não for considerada essa determinação de pertencimento de classe, tem-se a negação de que existam injustiça e desigualdade social na sociedade. Assim, o conceito de classe social, quando relacionado apenas às relações

econômicas de produção, pode induzir ao erro de pensar que todos os segmentos populacionais têm as mesmas oportunidades.

Esse discurso de que todos têm as mesmas chances é perpassado pela literatura neoliberal dominante. Para desmistificar esse pensamento, é preciso ter a compreensão de que a classe social se origina no “berço” (SOUZA, 2019). As classes sociais são que determinam as escolhas e a posição do sujeito na sociedade que é passada de geração para geração, dos pais aos filhos. Reforçando essa ideia, Souza (2019, p. 94) acrescenta: “Como cada classe social tem um tipo de socialização familiar específica, é nela que as diferenças entre as classes têm que ser encontradas e ser objeto de reflexão”. No entanto, não se pode culpabilizar a família ou os laços familiares das decisões individuais de cada sujeito.

O indivíduo é resultado do conjunto das relações sociais no qual está inserido, por isso é influenciado pelos aspectos socioculturais, que estimulam o sujeito a procurar condições favoráveis para a mudança de sua condição social desfavorável. O acesso à boa educação é importante, mas ela não garante o fim da opressão à classe trabalhadora, até porque esta não vivencia dignamente o direito à educação transformadora em decorrência da divergência de interesse do modelo de desenvolvimento capitalista dominante (SOUZA, 2019).

O poder público deve atuar a fim de proporcionar circunstâncias para que cada indivíduo possa ter condições de se desenvolver social e economicamente. O resultado disso tem sido o crescimento da desigualdade social, surgindo manifestações da “questão social”, como a pobreza, a fome, a violência etc., (FIALHO NASCIMENTO, 2010). A pobreza, por si só, já é uma violação dos direitos humanos, e todo o ser humano tem direito de satisfazer as necessidades básicas para sua subsistência.

Quando os governos e a sociedade desconsideram a importância em investir no desenvolvimento dos sujeitos deixam de criar oportunidades que permitam a eles ter qualidade de vida, resultando no agravamento da desigualdade entre as classes sociais. Quando o sujeito cresce na pobreza, negam-se a ele muitas garantias fundamentais constitucionais, como educação, alimentação, saúde, moradia, segurança, que lhe são direitos essenciais. Pesquisas têm demonstrado que as classes populares/classe trabalhadora são as mais propensas a terem seus direitos violados e, no encalço, delas estão os Movimentos Sociais.

A segregação socioespacial, que é inerente à lógica desigual de produção, empurra a classe trabalhadora para condições geralmente negligenciadas pelo Estado e pela sociedade, ao mesmo tempo em que a massa trabalhadora e os Movimentos Sociais têm historicamente pressionado o poder público para elaboração de políticas públicas e sociais com vista ao desenvolvimento humano.

No caso brasileiro, desde a metade do século XIX, o país já possuía bem consolidada a classe trabalhadora. Com o fim da escravidão formal, importantes transformações ocorreram no mercado de trabalho, passando a ser competitivo em relação ao período anterior. As mudanças no desenvolvimento econômico são marcadas quando a produção e exportação do açúcar concentradas no nordeste brasileiro passam para a produção cafeeira no sul e sudeste do país (SOUZA, 2019).

A base desse novo eixo de desenvolvimento passou a ser o trabalho livre, ou seja, não escravo. Esse novo segmento de classe Souza (2019) denomina de “ralé brasileira”, como forma de denunciar o abandono dos “ex-escravos” à própria sorte em uma sociedade que não estava preparada para recebê-los ou desejava incluí-los. O autor acrescenta que essa nova classe livre, além de ser composta pelos negros recém-libertos, era integrada por mulatos e mestiços⁵.

Desse modo, o Brasil constituía uma classe que marcaria sua histórica condição desigual desde então. Souza assinala que essa situação passou a ser uma herança que, de geração a geração, é transferida entre os familiares das classes populares “gerando a ralé dos novos escravos” (SOUZA, 2019, p. 84). Essa nova condição gerou várias formas de degradação à população negra, como impactos na sua formação psicossocial (autoconsciência, autoestima), nos seus modos de subsistência econômica, moradia (formação de favelas), representações sociais e outras possibilidades de marginalização.

A chegada dos imigrantes estrangeiros trouxe ainda mais desigualdade social. Ao contrário dos escravos, os trabalhadores vindos de outros países para ocuparem os postos de trabalho no Brasil já estavam acostumados com as demandas e as condições de trabalho nos moldes capitalista. “(...) os imigrantes livres tinham na lavoura produtividade um terço maior que a do antigo escravo com custos organizacionais muito menores” (SOUZA, 2019, p. 81). Essa diferença favorecia as trabalhadoras e trabalhadores estrangeiros, os quais ocupavam os melhores postos de serviço, restando aos recém libertos a ralé dos desempregados.

Uma das causas para a formação e organização política da classe trabalhadora no país foi a entrada de imigrantes europeus que haviam tido contato com lutas de operários em seus países. A partir da aproximação dos trabalhadores e trabalhadoras vindos da Europa com os brasileiros, foram construídas novas concepções políticas, ideológicas e de organização. Os governos oligárquicos, percebendo a influência que os trabalhadores imigrantes poderiam trazer para os trabalhadores brasileiros, elaboraram leis de repressão contra atividades de caráter

⁵ O Brasil foi de longe o maior importador de escravizados ao antigo sistema colonial e o último país do mundo ocidental a abolir ‘oficialmente’ a escravatura (SVAMPA, 2010, p. 8).

político e sindical, levando à expulsão de trabalhadores estrangeiros quando estes estivessem comprometendo a segurança nacional (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011).

Durante o período da República Velha (1889-1930) se constituiu não apenas o movimento dos operários, como também da própria classe trabalhadora. No entanto, a expressão em número dos operários e fábricas no país ainda era muito incipiente. Apenas 5% da população ocupava os postos de trabalho no ano de 1872, chegando a 13,8% em 1920 (MATOS, 2009, p. 36 *apud* MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011, p. 234).

Ainda assim, nesse período ocorreu uma crescente organização dos trabalhadores e trabalhadoras e centenas de greves foram impulsionadas pelas péssimas condições de trabalho e de vida dos operários. Sem jornada de trabalho definida, descanso semanal remunerado, férias, aposentadoria, salário-mínimo etc., “em 1910, nas fábricas de São Paulo, a idade média de vida do trabalhador chegava a 19 anos, exatamente iguais às de cem anos atrás na Inglaterra” (GIANNOTTI, 2007, p. 53 *apud* MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011, p. 234).

A garantia de direitos mínimos fazia parte das reivindicações dos partidos operários criados durante a República Velha e a primeira forma de associação desses partidos ocorreu com o Decreto promulgado em 1907, que estabelecia o direito de associação sindical para todas as profissões. O movimento sindical também compunha a luta ao lado dos trabalhadores, reivindicando, além de direitos trabalhistas, direito ao voto para os analfabetos, às mulheres e aos menores de 21 anos de idade, pois lhes era proibido votar, restando somente uma pequena parcela da população habilitada ao voto. “As eleições presidenciais diretas de 1894 tiveram, por exemplo, como eleitores, 2% do total da população” (MATOS, 2009, p. 45 *apud* MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011, p. 234).

Entre as primeiras formas de organização dos trabalhadores e trabalhadoras estavam as Associações de Socorro e Auxílio Mútuo, que tinham finalidade assistencial, e as Ligas ou Uniões Operárias, as quais buscavam reunir os trabalhadores e trabalhadoras por atividade de ocupação com o objetivo de lutar pelos direitos de todos. Algumas dessas Ligas resultaram em organizações sindicais, tendo a Confederação Operária Brasileira como a primeira tentativa de criação de uma central sindical. Entre as conquistas alcançadas pelos operários e os sindicatos estavam a diminuição da jornada de trabalho para oito horas, melhores salários, férias, seguro em caso de acidente de trabalho, proibição do trabalho infantil, a regularização do trabalho de mulheres e crianças etc. (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011).

Ao fim do século XIX, três foram as correntes políticas que desempenharam maior influência, de forma distinta, sobre a maneira como os sindicatos se organizaram no Brasil, os quais foram: I) anarco sindical; II) reformistas; e III) sindicalistas amarelos. Nesse período, os

anarcos sindicais eram hegemônicos, sendo o primeiro grupo que se recusava à existência de um partido político que fosse criado pela classe operária, cabendo ao sindicato o papel de fazer a revolução, garantindo uma sociedade sem classe, Estado e parlamento. Como forma de propagar suas ideias os anarco-sindicalistas, utilizavam-se de jornais, peças teatrais e palestras, buscando uma maior organização dos operários.

Os **reformistas**, por sua vez, ao contrário dos anarco-sindicalistas, negavam os sindicatos como órgãos revolucionários e defendiam que a sociedade capitalista tinha que passar por processos graduais de transformação que garantissem seus direitos ao pressionar o Estado. Já os **sindicalistas amarelos** defendiam a junção de capital e trabalho e a dependência do Estado.

A partir de 1930, com a criação do Ministério do Trabalho, os sindicatos passaram a ser incorporados ao aparelho estatal, visibilizando uma contradição a luta emancipatória por direitos. O marco dessa contradição se deu com a criação da Lei de Sindicalização de 1931, no governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

Essa lei estabelecia o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos, concedia aos delegados do Ministério o direito de participar das assembleias, proibia atividades políticas dentro dos sindicatos, negava direito de sindicalização aos funcionários públicos e limitava a participação de operários estrangeiros nos sindicatos. (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011, p. 237).

Apesar de criada essa lei, os sindicatos e os operários resistiram à estrutura corporativa/burocrática imposta pelo Estado, mantendo ativos os sindicatos que foram criados pelos trabalhadores e trabalhadoras nos anos anteriores. Devido à forte repressão do Estado contra os sindicatos, as greves que persistiram foram transformadas, algumas vezes, em “revoltas gerais” e “insurreição”, havendo nesse período “sindicatos sendo fechados, operários e militantes presos e condenados” (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011, p. 235).

Várias foram as conquistas a partir da criação, formação e mobilização dos sindicatos, impulsionando assim uma maior organização dos trabalhadores na luta por seus direitos. Essas experiências foram possíveis a partir da cotidianidade trazida por cada período e contexto histórico contraditório. Nesse cotidiano, a fábrica ou qualquer ambiente coletivo é um produto histórico. Por ser histórico e social, o cotidiano está sujeito à dominação e, alienação, como também inversamente, emancipação e desalienação. A relação coletiva dos indivíduos é que determina o nível de reivindicação dos sindicatos (MONTANÕ; DURIGUETTO, 2011).

A partir da organização sindical, o Brasil e alguns países da América Latina começaram a manifestar as primeiras experiências dos Movimentos Sociais no fim dos anos de 1950 a

metade dos anos de 1980, e tiveram como característica as manifestações populares de ruas contra o então Regime Militar. Para Gohn (2011), os Movimentos Sociais dos anos de 1970 e 1980, que surgiram no Brasil, alcançaram importantes conquistas sociais ao pressionar os governos e, hoje, elas estão inscritas em leis e na Constituição Federal que rege o país.

Em 1990 os Movimentos Sociais brasileiros encontraram outras formas de se organizar, mais institucionalizadas, através de fóruns, cuja função era possibilitar encontros para definir metas e objetivos a fim de solucionar problemas sociais, no entanto, a institucionalização se traduziu também em cooptação e desmobilização de suas lideranças. “Os fóruns estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los” (GOHN, 2011, p. 342). A década de 1990 ficou marcada pelo surgimento de diferentes tipos de Movimentos Sociais, como Ética na política; Ação de Cidadania contra a Fome; Movimento dos Estudantes; Movimento dos Desempregados; Grupos de Mulheres, Organizações Não Governamentais (ONGs) etc.

Autores como Gohn (2011; 2014; 2018), Viana (2020; 2014), Castells (1996; 2013), Santos (1999) entre outros, começaram a denominar esses eventos de Novos Movimentos Sociais (NMS), os quais pautavam suas reivindicações contra os problemas sociais da contemporaneidade. Diferentes dos Movimentos Sociais anteriores, os NMS utilizavam-se dos meios de comunicação, como internet, mídias sociais e aparelhos celulares para realizarem suas denúncias. Outra característica dos NMS é que estavam preocupados com a formação dos seus militantes, não voltados, como anteriormente, apenas à leitura, discussão e ao estudo de textos, mas sobretudo ao acesso à graduação e pós-graduação (GOHN, 2011, 2014). Sobre esse fenômeno, Castells (2013, p. 25) destaca:

Em nossa época, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história. As características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento..

Os Movimentos Sociais que surgiram nos anos de 1960 traziam nas suas reivindicações a atuação mais centrada na homogeneidade, na verticalização e mais hierarquizada. Em contrapartida, os NMS apresentaram características heterogêneas, com interação entre si, criando uma identidade que buscou os interesses da coletividade. De um lado, as perdas foram inevitáveis, principalmente de autonomia que até o momento possuíam. A estrutura de controle

social e as bases das políticas públicas eram estabelecidas de cima para baixo. Embora a participação da sociedade estivesse presente na elaboração das políticas, ela se dava pelos moldes estipuladas e controladas pelos governos, demonstrando mais uma vez a presença da cooptação e desestruturação (GOHN, 2011; AMORIM; ARAÚJO, 2014).

Sob essa perspectiva, Santos (1999) intitula os NMS de “novos protagonistas”, por se apresentarem como Movimentos Sociais inovadores que almejam a mudança social, embora esse tema ainda seja bastante questionado enquanto processos emancipatórios. Santos (1999) acrescenta ainda na discussão dos NMS que sua diversidade e pluralidade não permitem a compreensão desses movimentos sob uma teoria ou conceito único. O caso brasileiro deve ser analisado a partir das suas bases: as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), os Movimentos Sociais Rurais, os Movimentos de Mulheres, os Movimentos dos Jovens, entre outros.

A ideia de descentralização e emancipação fazia-se necessária já que não se tratava naquele contexto de discutir apenas o modo de trabalho e de produção, mas também o modo de vida, as relações sociais, as causas da desigualdade social e da pobreza, a alienação, que atingiam especificamente a classe trabalhadora (SANTOS, 1999). Para Santos, os novos protagonistas deveriam travar suas lutas não por um futuro melhor, mas por uma sociedade que deve ser construída no presente, ou seja, pela transformação do cotidiano dos oprimidos no agora. “A emancipação começa hoje ou não começa nunca” (SANTOS, 1999, p. 223).

Essas novas questões (que necessariamente não eram novas) foram colocadas sem que as antigas tivessem sido resolvidas, passando essas a serem desconsideradas no novo contexto. Além disso, ao incorporarem a descentralização os NMS perderam força, pois foram desassistidos pela questão estrutural a qual poderia possibilitar aprofundar as questões então postas por esses.

Na esteira desta discussão autores argumentam que essa dispersão teórica dos Movimentos Sociais para os NMS foi a possível causa para o começo do enfraquecimento dos Movimentos Sociais. No decorrer dos anos de 1990, os NMS foram perdendo visibilidade, diminuindo suas formas de protestar nas ruas e transferindo essa visibilidade para as ONGs. Para Gohn, “esses outros estavam presentes nos relacionamentos desenvolvidos com as novas formas de associativismo emergente, interações compartilhadas com ONGs e a participação nas políticas públicas” (GOHN, 2011, p. 24).

Embora o cenário não fosse favorável, os NMS passaram a incorporar novas práticas através da inserção de seus líderes na administração pública, possibilitando-os sair do nível mais reivindicatório para mais propositivo. Assim, foram se alterando as formas de ação dos NMS mais centrada em um novo projeto político que buscava não apenas resolver os problemas

locais, mas também incluir outros mais gerais, como o modelo de desenvolvimento do Brasil, o meio ambiente e o desenvolvimento humano.

Seus discursos se alteraram em função da mudança de conjuntura. As matrizes que estruturaram esses discursos e as práticas também se alteraram. Não se tratava mais de se ficar de costas para o Estado, mas de participar das políticas, das parcerias etc. Eles ajudaram a construir outros canais de participação, principalmente os fóruns; e contribuíram para a institucionalização de espaços públicos importantes, tais como os diferentes conselhos criados nas esferas municipais, estaduais e nacionais. (GOHN, 2011, p. 24).

As análises desenvolvidas a partir da possível ruptura dos antigos Movimentos Sociais para os NMS apresentam diversas interpretações. Enquanto Touraine (*apud* MALFATTI, 2011) afirma que a partir da década de 1990 existiu uma crise no meio dos Movimentos Sociais com o avanço neoliberal, da globalização, do crescimento de ONGs e da diminuição das manifestações em massa, Gohn (2011) compreende contrariamente ao dizer que as alterações advindas da globalização da economia fizeram com que os Movimentos Sociais buscassem no novo contexto posicionamento mais propositivo.

Em outra perspectiva, Santos (1999) não foca o debate sobre a ruptura ou não dos antigos Movimentos Sociais com os Novos Movimentos Sociais. Segundo o autor, sem a experiência dos Movimentos Sociais antecessores não seria possível pensar alternativas para as relações sociais tão discutidas pelos NMS. No entanto, Santos (1999) acrescenta que em países nos quais os Novos Movimentos Sociais são fortes é de se imaginar que os antigos Movimentos Sociais também o são, já que ambos criam e recriam suas lutas no cotidiano.

Entre as diferentes teorias existe um pluriverso de caminhos alternativos para interpretar os Movimentos Sociais. Em sua essência, os Movimentos Sociais mantêm-se ativos quanto as suas causas, mas imbricado numa rede de interesses que envolvem partidos políticos (cooptação), comunidades (clientelismo), organizações (corporativismos) etc., quase sempre com significado de valores, ética e justiça.

Esse parece ser o caso do estado do Amapá, com suas histórias de trabalhadores e trabalhadoras que se organizaram para defender seus direitos diante do capitalismo das *commodities*, de governos autoritários e mais adiante daquilo que Souza (2019) denomina de “elite do atraso”. No caso do Amapá, essa elite é institucional. Para o autor, a esfera pública é a elite que detém o capital econômico como maneira indireta de oprimir e controlar o mundo social e político através dos meios de comunicações usando como manobra o convencimento em nome do “interesse geral”.

4.2 A EXPERIÊNCIA DO SINDICALISMO NO AMAPÁ: OS PRECURSORES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O estado do Amapá, até 1943, era uma extensão territorial do estado do Pará. Isso traz um significado bem interessante para perceber a movimentação de trabalhadores/trabalhadoras, tanto no Pará, quanto no Amapá, em que eles eram destituídos de direitos e explorados por projetos intensivos de capital, conforme pesquisado por Fialho Nascimento (2006, 2010). A autora busca demonstrar como a implantação de projetos do grande capital tem contribuído para alterar o modo de ver e viver do povo que habita os espaços amazônicos.

Dentre os estados que compõem a região amazônica, o Amapá é peculiar pelo Consenso das *Commodities* (SVAMPA, 2010). *Lócus* privilegiado da acumulação capitalista pela via da instalação de empreendimento, sobretudo minérios, o Amapá são conflitos socioambientais e cíclicos, alguns ocultos pela omissão do Estado.

A instalação da mineração na região contribuiu para o crescimento demográfico amapaense na década de 1950, mercado aberto pelo Território Federal do Amapá (TFA). Entre os minerais extraídos encontrava-se o manganês, sob a concessão da empresa Indústria e Comércio de Minérios S. A. (ICOMI). “Entre 1951 e 1953, a ICOMI realizou uma série de esforços no sentido de se capitalizar para dar início a sua grande empreitada no Amapá” (LOBATO, 2013, p. 55).

Convém lembrar Chagas (2013, p. 25-26), quando chama atenção ao dizer que:

O Amapá sempre foi um exportador de recursos minerais. Entre 1957 e 1986, o Amapá, através das reservas de Serra do Navio, tornou-se o maior exportador brasileiro de minério de manganês, fato que levou o Brasil, por cerca de 30 anos (1957 a 1986), a ocupar a condição de segundo ou terceiro lugar no ranking mundial de produtores e exportadores de manganês. Os recursos minerais continuam liderando o ranking das exportações do Amapá. No período de 2001 a 2010, verificou-se que o ferro, o ouro, a cromita, o manganês e os minérios de nióbio, tântalo e vanádio estão entre os principais produtos exportados pelo Amapá, com destaque para o ouro e o ferro.

O Amapá foi subordinado ao mercado mundial capitalista, tendo os seus recursos naturais explorados pelo mercado internacional, submetendo-se às demandas de *commodities* pelo capital estrangeiro. Anterior à chegada dos grandes projetos, a população obtinha do meio ambiente os produtos para sua subsistência. Ao terem suas terras usurpadas pelos interesses capitalistas, as amapaenses foram obrigadas a migrar para o meio urbano para servirem de mão-de-obra barata. Ao partirem para os centros urbanos, encontraram espaços carentes de

infraestrutura em função da ausência ou precariedade de políticas públicas. Sem formação educacional e profissional, essa população passa a ter dificuldade em ocupar os postos formais de trabalho, e são obrigadas a buscar o mercado informal ou se submeter a condições insalubres e indignas de trabalho.

Essas circunstâncias passam a ser condições vantajosas para as empresas mineradoras, como mão-de-obra barata e matérias-primas a baixo custo, com único objetivo obter lucro, nem que isso cause efeitos negativos para o meio ambiente (FIALHO NASCIMENTO; BELO, 2012). O modo de produção capitalista, com o seu discurso modernizante, desenfreadamente vem ameaçando países, estados e municípios nos quais existam recursos minerais, como é o caso do Amapá. Entre os problemas evidenciados nesse estado, agravados pela chegada dos grandes projetos, estão: I) aumento da desigualdade social; II) altos índices de violência; III) ameaças aos povos indígenas e povos tradicionais; IV) prostituição infantil e adulta, entre outros. (CASTRO, 2018; CHAGAS, 2013; DIMENSTEIN, 1992; LOBATO *et al*, 2021)

Todo o empreendimento instalado em um determinado território causa impactos sociais e ambientais. A história da mineração no Amapá é prova disso (CHAGAS, 2013). A partir da comercialização dos recursos naturais grande contingente de imigrantes veio para o ainda TFA, ocasionando o desabastecimento alimentício. Os maiores atingidos pela falta de alimentos eram os trabalhadores e trabalhadoras, que deixavam suas comunidades onde dedicavam-se às atividades de caça e pesca e mudavam-se para cidades próximas com esperança de melhores condições de vida (LOBATO, 2013).

A direção da ICOMI foi obrigada a tomar uma série de medidas para tentar minimizar o problema do abastecimento [de alimentos] em suas frentes de trabalho. [...] foi montado um escritório no Rio de Janeiro com a finalidade de estabelecer, a partir daí uma linha de abastecimento para os trabalhadores da produção e escoamento do manganês. Em aviões fretados, a ICOMI anualmente transportava toneladas de alimentos. (LOBATO, 2013, p. 63).

Medidas também foram adotadas pelo governo territorial para minimizar a escassez de alimentos, como o tabelamento do preço de produtos; o racionamento de alimentos adquiridos pelas famílias (através de um cartão de identificação, o representante de cada família revezava para entrar no mercado do município); e o estímulo para a produção agrícola e bovina na região. Essas normas provocaram tensões entre o governo, os comerciantes e os produtores.

Devido ao racionamento dos alimentos entre os moradores, começaram também a existir confrontos. “Os mercados transformaram-se cotidianamente em cenários de discussões e brigas” (LOBATO, 2013, p. 73). A situação se tornou caótica, demonstrando que as estratégias

de modernização e progresso para o Território Federal do Amapá haviam falhado. Nesse contexto, o ambiente se tornou favorável para alguma reação coletiva.

O sindicalismo iniciou no Amapá nos idos da década de 1950, enquanto este ainda era TFA, momento em que o governo territorial era comandado pelo Tenente-Coronel Janary Gentil Nunes. Devido ao seu perfil autoritário de governar, Janary acumulou no decorrer do seu mandato insatisfação da população e inimigos políticos (LOBATO, 2013). “Não obstante o desejo de impor uma unânime aceitação de seus desígnios, este governador deparou-se permanentemente com movimentos de oposição” (LOBATO, 2013, p. 175).

No decorrer de seu mandato, Janary firmou aliança com a classe mais rica do Território Federal, entre eles os donos de terras e os comerciantes. O governador deixou claro em seu mandato que buscava o apoio de todas as classes, nem que fosse usando a força. Como o governo era o maior empregador (e até hoje assim se desenvolve a política amapaense), Janary possuía plenos poderes para admitir ou demitir um trabalhador. “Portanto, todos que ousavam lhe fazer oposição, sabiam que corriam o sério risco de perder as bases de sustentação de suas famílias” (LOBATO, 2013, p. 175).

Em setembro de 1946, a Nova Constituição Federal Brasileira estabeleceu o direito aos Territórios Federais de eleger um representante para o cargo de deputado federal. A partir desse momento, deu-se início a corrida eleitoral dos candidatos dos Partidos Trabalhista Brasileiro (PTB) e Social Democrático (PSD). Perseguições entre candidatos ocorreram antes mesmo de começar a eleição. A disputa entre esses partidos não ocorreu apenas em nível local, mas também nacional com a disputa presidencial.

No TFA, ao longo da década de 1950, trabalhadores e trabalhadoras começaram a se organizar em associações e sindicatos. Suas principais reivindicações eram por direitos trabalhistas. “A classe dirigente territorial permanentemente tentava manter em seu campo de influência estas associações e difundir um discurso que apontava para a necessidade de cooperação entre trabalhadores, patrões e governo” (LOBATO, 2013, p. 184). A cúpula do governo também se mostrou apoiadora da criação de novos sindicatos e associações como forma de controlar e influenciar nas decisões deles (prática de cooptação).

O aumento no número de trabalhadores que migraram para o então Território Federal objetivando postos em empresas mineradoras e de eletricidade deu causa à necessidade de esse contingente se organizar. Em 1958, a Companhia Elétrica do Amapá (CEA) possuía 500 operários, concentrados sobretudo na construção da Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes, na cachoeira do Paredão. A empresa de mineração ICOMI (Indústria Comércio de Minérios)

possuía quase 1.500 operários empregados e mais algumas centenas de trabalhadores contratados, conforme registra Lobato (2013).

Em um primeiro momento os trabalhadores se organizaram em associações e, posteriormente, estas se transformaram em sindicatos. A partir dos anos de 1950 foram criados: I) o Sindicato dos Trabalhadores Industriais Urbanos; II) o Sindicato dos Estivadores e dos Trabalhadores em Estivas de Minério; III) o Sindicato dos Oficiais Marceneiros e Trabalhadores na Indústria de Serraria e Móveis de Madeira; IV) o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Panificação e Confeitaria; V) o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria nas Extrativas; VI) o Sindicato dos Empregados do comércio e; VII) o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Construção Civil (LOBATO, 2013).

Como se pode observar, a maioria dos sindicatos criados nesse período eram formados por trabalhadores e trabalhadoras da indústria, pois se mostravam mais expressivos em número e apresentavam maiores reivindicações trabalhistas. No entanto, essas organizações não buscavam apenas intervir nas demandas do trabalho, mas também nos problemas relacionados às expressões da “questão social”, (FIALHO NASCIMENTO, 2010) como exploração infantil; falta de moradia, escolas e saneamento básico; serviço de assistência hospitalar etc.

Como medida de enfrentamento a esses problemas, os sindicatos dos trabalhadores criaram uma agenda de reivindicações. “Tal agenda extrapolava as dificuldades vivenciadas no mundo do trabalho e reforçava nos trabalhadores a consciência e o senso de cidadania” (LOBATO, 2013, p. 189). Essa medida trouxe aos sindicatos parcial autonomia, visto que continuamente eles eram assediados moralmente pelos PSD e o PTB.

Como forma de atender aos seus interesses, o PTB se aliou aos sindicatos no fim dos anos de 1950. Essa aliança trouxe benefícios para ambos, uma vez que foi criado pelo PTB o jornal Folha do Povo, por meio do qual os petebistas podiam controlar o que os sindicatos reivindicavam e suas agendas de demandas.

De acordo com Lobato (2013), o jornal também fazia críticas ao governo, momento em que o Amapá estava enfrentando o desabastecimento de alimentos e a precariedade nos serviços urbanos, principalmente nas áreas subalternas da cidade. “Ao dar ressonância às demandas dos grupos subalternos por meio da página da Folha do Povo, o PTB do Amapá reforçava sua aliança com os sindicatos” (LOBATO, 2013, p. 198). No entanto, o PTB e o PSD foram extintos, e os sindicatos passaram por profundas intervenções, resultando na perda de sua autonomia e, em 1964, o jornal Folha do Povo deixou de existir.

Como não existia uma organização dos trabalhadores rurais no Território Federal do Amapá, as lideranças de agricultores começaram a se organizar e fundaram a Sociedade Central

de Agricultores do Amapá (SOCEAP). Devido à dedicação das lideranças, entre elas Pedro Ramos, a SOCEAP alcançou 70 Sociedades Locais em todo o TFA. Contudo, a SOCEAP não conseguiu atender a todas as demandas dos seus sócios; por isso, como forma de atender à demanda, relativa às vendas dos produtos agrícolas, foi criada em 1979 a Cooperativa dos Pequenos Agricultores do Amapá (COMAPA), conforme Chagas (2021). Todavia:

A expansão da criação de búfalos no Amapá gerou uma nova demanda dos agricultores para a SOCEAP: o enfrentamento dos conflitos relacionados à destruição das suas roças pelos animais. Da mesma forma, a burocracia da época limitava a atuação da SOCEAP nesses conflitos exigindo a criação de um Sindicato dos Trabalhadores Rurais. (CHAGAS, 2021, p. 24).

No ano de 1981 é criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA), que atendia a todos os trabalhadores rurais. A criação do SINTRA obteve o apoio da Igreja Católica, mediante a Pastoral Rural, que posteriormente seria a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Uma importante liderança para o estado do Amapá nesse período de organização dos trabalhadores rurais foi o ativista Pedro Ramos, segundo diretor do SINTRA e liderança que ficou à frente do sindicato até 1987, acumulando também a vice-presidência do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS). Em 1985, o CNS passou por mudança de nome para Conselho Nacional das Populações Extrativistas, permanecendo a mesma sigla, e Pedro Ramos participou como vice-presidente nesse momento também.

As ações de Pedro Ramos não se concentraram apenas no Território Federal, como assevera Chagas (2021, p. 28): “Pedro tem levado a bandeira das Reservas Extrativistas por vários espaços das relações nacionais e internacionais que defendem a Amazônia como espaço de desenvolvimento com a floresta em pé [...]”.

Enquanto diretor do SINTRA, Pedro Ramos enfrentou o desafio de mediar os conflitos entre os pecuaristas e os pequenos agricultores, em que esses últimos tinham suas roças destruídas pelos animais. Por outro lado, o governo territorial não atendia às reivindicações do sindicato: “isso exigia uma maior capacidade de articulação para contar com o apoio de técnicos (advogados, agrônomos, sociólogos e outros) que apoiavam Pedro mais por militância política” (CHAGAS, 2021, p. 25).

Durante esse período quem detinha o poder político e econômico no TFA eram os pecuaristas. Valendo-se de relação social íntima com o governo, os pecuaristas influenciaram na escolha do secretário de agricultura como manobra de eliminar dos seus negócios o empecilho chamado agricultor. As ameaças de morte eram constantes, e o SOCEAP era o responsável por fazer a mediação entre agricultores e pecuaristas (CHAGAS, 2021).

Pedro Ramos de Sousa nasceu no dia 27 de novembro de 1940. Natural do Afuá, ilha do Pará, envolveu-se desde jovem nas lutas pela reforma agrária no Amapá, em especial na região Sul do estado. Aos seis anos de idade foi morar com sua tia materna em Macapá, para estudar, mas, em virtude de seu envolvimento com militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), seu pai o levou de volta para as ilhas: “Fiquei nas ilhas até os 24 anos, mas aos 16 já tinha contatos com lideranças de movimentos sociais que estavam lutando para organizar os pescadores do Amapá [...]” (CHAGAS, 2021, p. 35).

Com uma extensa atuação em sindicatos e Movimentos Sociais, Pedro Ramos dedicou sua vida lutando pela preservação da Amazônia, pelas questões agrárias e esteve em contato com lideranças importantes, como Chico Mendes e Tomé de Souza Belo. Na sua articulação e vivência política, foi um importante interlocutor entre a sociedade e os governos nas esferas municipal, estadual e federal.

Pedro Ramos de Sousa construiu a sua história na própria luta dos trabalhadores rurais e das populações tradicionais do Amapá, em particular, e da Amazônia, como um todo, produzindo um grande capítulo de resistência na história dos Movimentos Sociais da região, denunciando as dificuldades vividas pelas comunidades tradicionais e reivindicando a formulação de um projeto de Amazônia que continue a contemplá-las como protagonistas das suas próprias histórias. Assim, formou-se a trajetória política de Pedro Ramos da SOCEAP, da COMAPA, do SINTRA, do CNA, enfim, de “Pedrinho da Amazônia” (CHAGAS, 2021, p. 29).

No Amapá, Pedro Ramos contribuiu para a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), Associações de Bairros e Sindicatos. Por causa de seu envolvimento na militância, Pedro Ramos foi perseguido por opositores, agredido, preso, sofreu tentativa de homicídio e foi exilado para Caiena, Guiana Francesa, após fugir da prisão. Para permanecer em Caiena, teve que mudar de sobrenome: “Eu tenho o nome diferente de todos os meus irmãos. Meus irmãos são Sousa da Paixão e eu Ramos de Sousa” (CHAGAS, 2021, p. 46). Nas terras francesas, Pedro Ramos trabalhou, conheceu pessoas que auxiliaram em sua estada, alimentação e vestimenta. No fim do ano de 1973, ele voltou para Macapá.

Como reconhecimento por anos dedicados aos Movimentos Sociais, como extrativista e ambientalista, Pedro Ramos⁶ recebeu no ano de 2021 o título de Doutor Honoris Causa da Universidade Estadual do Amapá (UEAP). Ele contribuiu com trabalhos e pesquisas científicas,

⁶ Atualmente, Pedro Ramos mora em Macapá e passa por problemas sérios de saúde e financeiros, dependendo da ajuda de familiares e amigos, pois até a aposentadoria que teria direito como trabalhador rural lhe foi negada pelo Estado (CHAGAS, 2021). Até o momento em que se concluiu essa pesquisa, Pedro Ramos encontra-se abrigado em instituição pública de assistência a idosos.

participou de eventos acadêmicos em várias universidades, demonstrando que existe um espaço a ser preenchido pelas universidades a partir do conhecimento híbrido, assente na complementaridade entre o conhecimento científico e a ecologia de saberes (SANTOS, 2019).

Os estudos trazidos para o debate demonstraram que, tanto em nível nacional como local, o movimento sindical esteve atrelado a partidos políticos, apresentando-se como mais progressistas, segundo os conceitos de Gonh (2011). Dentro dos próprios sindicatos ocorreram disputas por liderança, fato esse que enfraquece suas reivindicações e provoca seu controle. No Amapá, a experiência dos sindicatos teve início vinculado mais aos Movimentos Sociais do campo, onde o protagonismo de Pedro Ramos é referência importante para o entendimento da luta sindical e a expressão do que poderia se categorizar como Movimento Social contra a elite do atraso.

As experiências dos Movimentos Sociais de Macapá remontam ao que Gonh (2011) apresenta como um Movimento Social relacionado a formas coletivas e particulares de lutas as quais dependem de suas escolhas. Os Movimentos Sociais do Sudeste do país, por exemplo, são diferentes se comparados com os do Amapá no que se refere às suas formas de organização e manifestação. Enquanto em estados como São Paulo o movimento sindical foi bem expressivo na luta dos trabalhadores nas fábricas, Macapá apresentou a luta sindical, mas a luta do trabalhador do campo foi mais expressiva após as principais empresas mineradoras anunciarem falência.

Nesse sentido, os Movimentos Sociais em Macapá se caracterizam com o que os autores Touraine (*apud* MALFATTI, 2011) e Castells (2013) classificam de ações coletivas que buscam mudanças capazes de influenciar outros a partir de suas práticas de vida e de luta. Ao defenderem seus territórios, procuram estratégias de resistência contra as artimanhas da lógica capitalista (FIALHO NASCIMENTO; HAZEU, 2015). Ao atribuírem significado ao território, buscam construir no cotidiano, nas relações sociais e com o meio ambiente formas de enfrentamento contra o capital (FIALHO NASCIMENTO; COSTA; HAZEU, 2019). A contribuição dessas ações será enfatizada nos próximos tópicos, nos quais será abordado o protagonismo de cinco lideranças de Movimentos Sociais na cidade Macapá.

5 OS PROTAGONISTAS NESSE ESTUDO: TRAJETÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MACAPÁ

A forma como foram transcritas as falas das lideranças dos Movimentos Sociais seguiram o modelo usado por Santos (2009), no livro “As vozes do Mundo”. Desse modo, os próprios militantes relatam com suas vozes a arteficialidade de suas práticas, demonstrando com suas falas suas experiências nos Movimentos Sociais na cidade de Macapá. Para Santos (2009), a referida metodologia consiste em conhecer-com (não conhecer-sobre), que se traduz em realizar a pesquisa com os grupos sociais, que neste caso são as lideranças dos Movimentos Sociais, não extraindo suas ações ou experiências de forma mecanizada, mas com o compromisso de sociedade e o fortalecimento das lutas.

Dessa forma, optou-se pela metodologia não-extrativista, uma vez que tem o interesse de fortalecer as lutas sociais contra os diferentes modos de dominação. A contribuição principal que a metodologia não-extrativista proporcionou a esta pesquisa foi a de construir o conhecimento a partir das vivências dos sujeitos que, na maioria das vezes, são excluídos e esquecidos pela sociedade e o poder público.

5.1 APRESENTAÇÃO E ENTREVISTAS

5.1.1 Wemerson Costa dos Santos (informação verbal)⁷

Pedagogo, educador social, representante do Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA) no estado do Amapá.

Dois fatos para mim marcaram a minha caminhada, a minha trajetória, foi eu ainda no município de Santana, criança, na década de 1980, quando o meu avô com a minha avó, ambos agricultores, ribeirinhos, vieram das ilhas do Pará, especificamente, de Anajás. E nessas andanças vieram para o que nós chamávamos na época de estrada de ferro. Eu não conheço fisicamente, de ter morado lá, mas, me lembro das histórias dos meus avós e da minha mãe. Nós chamávamos essa área da estrada de ferro de Paraíso, que hoje é onde tem o Instituto Federal do Amapá (IFAP), a UNIFAP e os condomínios.

Todo aquele espaço era uma área de agricultores e neste local o meu avô mantinha com outros agricultores uma área de manejo com tudo que você possa imaginar, de frutas,

⁷ Entrevista concedida por Wemerson Costa dos Santos, em Macapá, em agosto de 2022.

hortaliças, mandioca. Eu lembro que eu e meus avós íamos pelos caminhos produzir a farinha, plantar, colher. Era uma viagem aqueles caminhos para mim. E naquele lugar eu ouvia as histórias dos meus antepassados. E ainda criança eu recebi com muita tristeza a notícia que os meus avós foram expulsos daquela área pelo projeto. Retirados de forma muito violenta com o auxílio de tratores derrubando. Essa força, eu diria do capital, do Estado, só que eu não entendia, era uma criança, não entendia por que meu avô e minha avó, porque nós não íamos mais desbravar os caminhos da estrada de ferro. O fato é que aquele caminho ali termina. Quando chega o ano 1991, eu ainda era um jovenzinho, o Projeto Jari atraiu os meus pais. Lembrando que anos antes o projeto ICOMI atraiu os meus avós, e eles foram viver da base da agricultura na estrada de ferro e o projeto acabou violentando-os. Sendo que em um novo contexto o projeto do Jari atraiu a minha mãe e meu padrasto, e nós fomos para o município de Vitória do Jari.

Quando chegamos nessa comunidade não tinha energia elétrica, não tinha água encanada. Para conseguir ter energia elétrica em casa precisávamos de um motor-gerador, comprar os fios e fazer a ligação que durava de três a quatro horas de tempo. E a água, íamos de canoa buscar em uma bomba de captação de água que era da empresa por onde atravessava o oleoduto do caulim para o estado do Pará. O Caulim que era retirado no estado do Amapá era transferido para um pequeno vilarejo industrial e era nesse vilarejo que buscávamos água.

Mas, um momento ainda em Laranjal do Jari foi interessante, quando a minha mãe e o meu padrasto começaram a participar do sindicato dos agricultores rurais para conseguirem um pedaço de terra. Em Vitória do Jari os moradores não tinham acesso à terra para plantar, mesmo alguns ribeirinhos que moravam às margens do rio viviam na área da empresa, mas nunca tiveram documento de posse.

Eu lembro muito bem, quando o Estado novamente, juntamente com os Seguranças Patrimoniais entraram na área onde estávamos defendendo aquela extensão de terra, e todos os barracos foram queimados e algumas pessoas foram presas. Como eu ainda era uma criança vivenciando toda aquela violência, eu não entendia muito. Esses dois fatos marcaram demais a minha vida. Quando criança não tinha o entendimento necessário para avaliar as causas e o efeito que aquelas duas situações provocaram sobre a minha vida e dos meus familiares, mas depois, com mais idade, comecei a compreender o tamanho daquela agressão e o efeito sobre nós.

Quando adolescente comecei a procurar entender mais a luta sindical. Por curiosidade participava das reuniões na igreja promovidas pelas Pastorais da Terra. Ao participar das

reuniões dos sindicatos com a minha mãe e meu pai, comecei a ter uma compreensão mais crítica, de certa forma.

Dentro desse universo eu conheci a Rede de Educação Cidadã (RECID) e dentro dela comecei a me aperfeiçoar na linha da educação popular com o trabalho nas comunidades. Foi através dessa experiência que procurei entender, a partir das teorias, quem era o nosso verdadeiro inimigo. Ao estudar na RECID tive a percepção de que antes eu participava das reuniões dos sindicatos junto com as pastorais, mas não entendia teoricamente a importância de participar desses espaços de discussão, porém, através das formações promovidas pela RECID comecei a desenvolver essa consciência de educador, tanto eu quanto o meu irmão e minha irmã. Nós passamos a mobilizar nossa família, ou seja, a mamãe foi mobilizada por nós, nossos outros irmãos e irmãs, tios, amigos, começaram a participar das capacitações, inclusive isso consta no relatório da RECID.

Depois a RECID começou a fazer o trabalho de educação com as mulheres e a juventude promovendo intercâmbios dentro do estado do Amapá, alcançando posteriormente municípios de outros estados, a minha irmã inclusive foi para a Europa fazer intercâmbio. E essa experiência junto a RECID, que era um projeto ligado à Secretaria Geral da Presidência da República, ou seja, um projeto Federal, mas que alcançou, um jovenzinho que morava no município de Vitória do Jari.

Dentro desse projeto comecei a ver a universidade como uma possibilidade de mudança de vida, a querer a ter um espaço dentro da sociedade, comecei a ver a dignidade “quero ter, quero ser um cidadão, quero ter alguma coisa na minha vida” e assim foi, eu e meu irmão. Então dentro da Rede de Educação Cidadã, passei a ser um educador, de voluntário passei a ser um educador formado, sendo formador, fazendo a formação e a partir daí comecei a entender “poxa a universidade agora é necessária”. Passei na UNIFAP no curso de Pedagogia, adentrei nos Movimentos Sociais, faço parte dos movimentos da organização da sociedade civil, sobretudo na linha mais focada na Amazônia, agricultura e comunidades.

Ler mais na entrevista a seguir.

1. Quando começou a história dos Movimentos Sociais aqui em Macapá?

Wemerson Santos: Podemos dizer que os Movimentos Sociais aqui no estado, ele não começa com o movimento sindical ou estudantil, propriamente dito. O Movimento Social aqui no estado esteve muito relacionado à luta da agricultura familiar. Ainda que tenham passado por aqui projetos como a ICOMI, mas a organização sindical dos trabalhadores e trabalhadoras nesses projetos foi harmoniosa, podemos dizer assim.

Não havia um enfrentamento, quem ousou enfrentar os espaços de trabalho foi a organização de trabalhadores da agricultura familiar e o Pedro Ramos é uma liderança que marca isso. Inclusive apenas depois que o Pedro Ramos começou a fazer essa luta que começaram a surgir os sindicatos de trabalhadores rurais, os assentamentos tradicionais, as reservas e unidades de conservação e as Pastorais da Terra, tanto é que a Pastoral da Terra aqui no estado tem muito a digital do Pedro Ramos. Então, acredito que os quilombolas, indígenas e os agricultores familiares são segmentos que acabaram não estando dentro dos Movimentos Sociais hoje na cidade de Macapá, mas que iniciaram tudo aqui no estado.

2. Atualmente como os Movimentos Sociais estão organizados?

Wemerson Santos: Hoje, na atual conjuntura, os Movimentos Sociais estão polarizados. Começando pela polarização da própria luta sindical os Movimentos Sociais começaram a se polarizarem, não no sentido que estivessem tendo uma disputa interna muito grande, mas a própria conjuntura acabou provocando isso.

A defesa pelos direitos trabalhistas, a luta do trabalhador de fábrica, para nós aqui da região Norte, sempre foi muito superficial. Existiu violência no chão da fábrica, sempre existiu operário na Amazônia, mas esse sindicalismo operário para nós aqui não coube tanto como no ABC Paulista. No entanto deveriam ter implantado a mesma metodologia dos grandes centros industriais aqui também, de certa forma. Se formos pegar a experiência do movimento estudantil aqui do estado, ele foi presente em um primeiro momento, mas ele hoje é muito superficial no ponto de vista de massa, de conseguir aglutinar, formar, ele não alcança.

Eu costumo dizer que aqui no estado, se formos pegar o movimento indígena, ele é um dos mais organizados, assim como o movimento quilombola, tirando esses dois o que nós temos aqui é experiências de algumas periferias, organizações, ONGs, mas não tem uma continuação. Se pegarmos como exemplo o Movimento dos Sem-Terra (MST) em outros estados, estão em processo bem forte de formação e organização, no entanto aqui em Macapá é superficial. Eu acredito que as causas para que seja assim é pela própria construção, localização geográfica e formação do próprio estado que acabou dificultando que outros líderes tivessem acesso ao nosso estado para começarem a encampar um processo de formação dos Movimentos Sociais que existem aqui.

Algumas lideranças, como o Chico Mendes e o Pedro Ramos, foi um encontro muito do destino e do acaso. Basicamente o Movimento Social aqui em Macapá não tem essa força, e reforço que essa timidez está ligada à própria formação do estado mesmo, porque em determinado momento da nossa história fomos Território Federal, depois passamos a ser uma

extensão do estado do Pará e esses fatores acabaram por dificultarem o nosso histórico de luta, a formação política das cidadãs e cidadãos e outras questões. É por isso que se nós pegarmos as experiências dos Movimentos Sociais aqui em Macapá para sistematizar vamos encontrar a luta sindical da agricultura familiar, o sindicato de trabalhadores rurais, os indígenas e quilombolas com mais força e organização.

3. Você pode falar da história da Associação de Moradores do bairro do Buritizal e como você adentrou para participar desse espaço?

Wemerson Santos: A Associação de Moradores do bairro do Buritizal é um dos frutos da Comunidade Eclesiastes de Base (CEB), nas pessoas do seu Amanajas, o Pedro Ramos e do Braga. Eles tinham inserção dentro da CEB, pois foram lideranças que acabaram se indignando porque não tinha energia, não tinha hospital, não tinha a rua asfaltada, não tinha uma feira para os agricultores venderem seus produtos. E aqui, o bairro do Buritizal é genuinamente construído por ribeirinhos.

Muitos dos ribeirinhos que vieram fazer moradia aqui no bairro trouxeram seus produtos, peixe, pupunha, farinha, entre outros, e acabaram não tendo como vendê-los por falta de lugar apropriado. A feira do produtor foi construída depois que as lideranças ligadas à Associação de Moradores do bairro do Buritizal começaram a brigar. Após essa conquista outras foram somadas como a construção de escolas no bairro, hospital, semáforo e asfaltamento das ruas, até mesmo a drenagem de esgoto, tem muita digital aqui dessa associação.

4. Quais as estratégias que os Movimentos Sociais podem encontrar para continuarem a contribuir com desenvolvimento de Macapá?

Wemerson Santos: Acredito que a formação política e a organização comunitária, elas conseguem ser aparelhos e tecnologias sociais importantes para tentar auxiliar na sistematização das políticas públicas. Em um dado momento isso acaba acontecendo, mas de forma muito superficial.

Percebe-se que o entrevistado apresenta uma história de lutas em prol dos Movimentos Sociais que perpassaram por questões relacionadas aos conflitos rurais e urbanos que começaram ainda na infância. Duas experiências marcaram sua vida e de seus familiares, que foi a violência provocada por dois grandes projetos minerais, ICOMI e Jari respectivamente. Essa continua sendo a realidade de muitos trabalhadores e trabalhadoras que vivem da base da agricultura familiar, que tem suas terras saqueadas por projetos intensivos de grande capital.

Em sua narrativa, evidencia-se o conhecimento que o entrevistado tem sobre a história dos Movimentos Sociais na cidade de Macapá. Para ele, os precursores dos Movimentos Sociais foram o Movimento dos Trabalhadores Rurais, demonstrando não conhecer a gênese dos Movimentos Sociais em Macapá que iniciou com o movimento sindical. E, quando foi perguntado sobre como os Movimentos Sociais estão articulados hoje em Macapá, a liderança respondeu que eles estão desarticulados e atribuiu essa condição à centralidade do poder nas mãos dos governantes que acaba por dificultar a participação e a formação de lideranças para fazerem frente à luta dos Movimentos Sociais.

Sobre a história da Associação do Bairro do Buritizal, destacou a articulação e o processo organizativo dessa entidade por reivindicação ao direito a moradia digna, que foram importantes e que hoje ainda são possíveis de verificação no bairro. Quanto às contribuições que os Movimentos Sociais podem trazer para o desenvolvimento de Macapá, para ele seria através da organização e formação política dos Movimentos Sociais aliadas às tecnologias sociais.

Em resumo, pode-se perceber que o entrevistado, devido à sua vasta experiência nos Movimentos Sociais, evidencia um conhecimento crítico sobre os Movimentos Sociais e sinaliza os rumos necessários para que as lideranças voltem a ser articuladas.

5.1.2 Carmem Duarte (informação verbal)⁸

Técnica de enfermagem da Prefeitura Municipal de Macapá, onde exerce a profissão desde 2006. É liderança do bairro do Congós e presidente do Centro de Atividades Sociais da Periferia (CASP), instituição fundado em 2015 com o objetivo de desenvolver atividades com mulheres e crianças no bairro.

No ano 2000 eu comecei o trabalho no bairro do Congós através da Pastoral da Criança, mas eu não tinha uma entidade. Em 2006, eu e mais alguns vizinhos, começamos a nos reunir no meio da rua aqui no final da área de ressaca para fazermos atividades com as crianças.

Passado algum tempo, encontramos uma pessoa que estava passando por grande dificuldade. A casa alagava, e na residência havia crianças, então nós decidimos nos reunir e construir uma nova moradia para ela. Através de um mutirão, conseguimos madeira,

⁸ Entrevista concedida por Carmem Duarte, em Macapá, em agosto de 2022.

carpinteiros e nós reformamos a casa da moradora aqui do bairro. A partir dessa experiência nós vimos que podíamos fazer mais pela comunidade.

Em 2015 fundamos o Centro de Atividades Sociais da Periferia (CASP). No primeiro momento precisávamos escolher o nome da entidade, então pensamos: “Bom já que é um centro que vai atender à comunidade, a necessidade da comunidade, é da periferia, vamos chamar de Centro de Atividades Sociais da Periferia”. Desde então não paramos, fazemos reforço escolar com criança, cursos de artesanato, oficinas, rodas de conversas e disponibilizamos o espaço do CASP para todos os moradores do bairro realizarem casamento, batizado, chá de bebê, até velório tivemos aqui. Porque às vezes eles querem fazer suas programações na área de ponte onde eles moram, e o local não é adequado. Eu sou católica, mas aqui tem culto, é um espaço livre para atender à comunidade, para tudo que eles precisarem. Na nossa trajetória aqui na comunidade conseguimos muitos amigos que vieram aderir conosco, a UNIFAP é uma das nossas parceiras que nos ajuda muito com a vinda dos professores e alunos lecionando para as crianças.

No período da pandemia nós tivemos que parar tudo por causa do protocolo de segurança. Porém, mesmo seguindo todos os protocolos do Ministério da Saúde, abarcamos uma campanha de arrecadação de alimentos para as famílias que moram na área de ressaca. Nós começamos no dia 23 de março de 2020 essa campanha e em três dias nós já tínhamos conseguido 14 cestas e aos poucos foi multiplicando. Com uma semana de campanha um de nossos parceiros doaram 100 cestas básicas. E através das doações conseguimos 9.000 dúzias de ovos, tudo aqui ficou cheio, não tinha como entrar no CASP. Recebemos ainda a doação de 7.000 máscaras para distribuir entre os moradores. E assim conseguimos muitas doações.

Nós não trabalhamos apenas com doações de alimentos, formamos um grupo para orientar a população que estavam infectados com o vírus da Covid. Devido o isolamento social aumentaram o índice de violência doméstica de todos os tipos, como forma de ajudar as vítimas da violência fazíamos encaminhamentos, orientações, roda de conversas e orientação psicológica oferecidas pelas faculdades particulares.

Mesmo durante os três dias no apagão aqui na cidade de Macapá, nós fazíamos atendimento com auxílio de velas para as nossas atividades não pararem. O nosso espaço não oferece muita estrutura, mas aqui nós já fizemos muitas ações sociais. Nos desdobramos para realizar esse trabalho aqui no bairro do Congós.

Ler mais na entrevista a seguir.

1. Qual a motivação para você continuar fazendo esse trabalho no bairro do Congós?

Carmem Duarte: É a vontade de ajudar, porque na verdade não tenho nenhum ganho financeiro ao realizar esse trabalho. Para que todas as atividades sejam realizadas no bairro primeiro fazemos um bingo para arrecadar recursos financeiros, seja para a programação do Dia das Mães ou qualquer outra festa. Então o que nós ganhamos com esse trabalho social no Congós é a satisfação em ajudar as pessoas.

2. Sobre os Movimentos Sociais aqui na cidade de Macapá como estão organizados?

Carmem Duarte: Se os Movimentos Sociais fossem mais unidos conseguiriam muita coisa. Porque tem Movimentos Sociais que são sérios, que trabalham em prol das pessoas, mas, tem alguns que infelizmente agem de forma individualizada. No período eleitoral encontramos diferentes Movimentos Sociais nas ruas ajudando todo mundo, quando passa a eleição, desaparecem. Nós do CASP temos outra visão, mas apenas nós não vamos poder fazer muita coisa, nós teremos que ter mais Movimentos Sociais somando conosco. Parece que os Movimentos Sociais pararam de enxergar mais na frente, de lutar e acreditar em novas possibilidades.

Identifica-se na fala da entrevistada que o trabalho desenvolvido pelo CASP tem sido importante para o bairro do Congós, pois tem proporcionado aos moradores maior participação nas atividades. No entanto, as ações desenvolvidas pelo CASP acabaram tomando para si o que é obrigação do Estado - garantir através de programas e projetos que busquem potencializar a geração do trabalho e renda para a população. A mobilização e a participação são importantes para cobrar do poder público a execução dos serviços que deveriam ser oferecidos à população, porém, mantendo assim a dependência.

Sobre o que o motiva a liderança em continuar o trabalho social no bairro, a entrevistada diz que não é por ganho financeiro nem por interesse próprio, mas pela satisfação em ajudar a comunidade a amenizar as desigualdades e problemas sociais, como a fome, violência e o abandono. Então, a organização dos Movimentos Sociais, das associações de moradores e das ONGs em torno de determinadas demandas é importante, todavia, não pode ser competência desses grupos assumir o que é obrigação do poder público efetivar.

Em relação aos Movimentos Sociais de Macapá, a entrevistada entende que, se fossem mais unidos e articulados, poderiam conseguir mais melhorias para a cidade e que existem alguns Movimentos Sociais cooptados pelos partidos políticos.

5.1.3 Aldinéia Machado (informação verbal)⁹

Natural de Portel, ilha do Pará. Discente do curso de pedagogia da UNIFAP, diretora nacional da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), educadora social e liderança dos Movimentos Sociais em Macapá.

Eu vim muito jovem para Macapá. Por incrível que pareça, eu me casei aos 14 anos. Era uma realidade comum naquela época, e hoje em algumas regiões ainda é. Eu me casei com uma pessoa que vivia aqui em Macapá, e ao lado dele eu sofri todo o tipo de violência que se possa imaginar. Depois eu percebi que ele tinha vergonha de mim, porque eu com certeza, falava como as meninas do interior. Nosso linguajar é diferente.

Eu, crescendo, passei a não aceitar mais a violência doméstica e o preconceito do meu parceiro, porque eu não me enxergava como uma pessoa diferente das outras por ser de origem ribeirinha, porque eu entendia que tinha valor. Por eu ter vindo de uma base católica muito forte, eu sempre participei dos eventos da igreja na minha região. Eu fui líder de jovens que me proporcionou uma base sólida de liderança, mesmo que eu não soubesse o que isso significava. Eu sempre soube agregar muitas pessoas ao meu entorno. Eu sempre tive essa facilidade justamente pela minha criação e formação. Então eu sempre digo: venho da base da igreja, de jovens e nesse processo essa Aldinéia que já tem essa base, que ao se mudar para Macapá ainda jovem acabou encontrando outra realidade muito fútil, os habitantes que viviam aqui não tinham o mesmo amor que eu comecei a ter por essa cidade.

Como uma forma de me sentir parte da cidade eu comecei a participar das atividades da igreja do Santa Inês, presenciei a inauguração e fui a primeira pessoa que falou no púlpito na igreja. Essa oportunidade me foi dada porque eu trabalhava com as crianças da escolinha no bairro do Santa Inês e que era mantida pela igreja.

Quando eu cheguei em Macapá estava pouco urbanizada, então eu fui morar no bairro Jardim Marco Zero. Minha família tinha uma casa neste bairro e me deram para morar. Quando eu cheguei só tinha água em um poço que atendia todo o bairro. Apenas a rua principal tinha energia elétrica porque era onde viviam os militares, a classe mais socialmente estruturada financeiramente que eram no total 300 casas. Nas outras doze ruas não havia abastecimento de energia e eu morava em uma dessas ruas com os meus filhos pequenos.

Um dia eu acordei depois de uma semana que estava morando no bairro, olhei e vi que uns caminhões estavam colocando mais postes na rua principal. Me dirigi até aos responsáveis

⁹ Entrevista concedida por Aldinéia Machado, em Macapá, em agosto de 2022.

e perguntei quando iriam colocar postes de iluminação nas outras ruas e a resposta foi que não existia nenhum projeto para atender todo o bairro. Então eu perguntei com quem eu poderia falar para contornar essa situação e a resposta que recebi que só o governador poderia resolver.

Fiquei indignada com a atitude dele e me dirigi acompanhada da minha tia até o palácio do governador, que na época era o comandante Barcellos. Quando chegamos ao palácio falamos com uma policial e contamos para ela tudo que havia acontecido e ela nos dirigiu para falarmos diretamente com o governador. No momento não acreditei que o próprio governador iria nos receber, mas, para a nossa surpresa, foi ele mesmo.

Relatei a ele toda a situação difícil, que os moradores do bairro estavam enfrentando pela falta de energia elétrica. Ele não sabia da existência das outras nove ruas e muito menos que estava habitada, então pediu que eu escrevesse meu nome em um papel e que no outro dia no horário da manhã o mesmo responsável que me tratou mal iria me procurar para saber onde seriam colocados os postes de energia.

No outro dia às sete horas da manhã, o responsável chegou na minha casa e colocaram os postes em todas as nove ruas. E para além disso, o governador mandou asfaltar todas as ruas do bairro do Jardim Marco Zero que existem até hoje. Foi a partir dessa experiência que eu entendi qual era o meu papel nessa sociedade e o sentido da urbanização. Eu me encontrei como militante e entendi o que eu poderia fazer para mudar aquela realidade, porque, de repente um dia eu acordei uma menina do interior que não tinha nenhuma instrução educacional e falou com o governador. Esse fato me mostrou que eu como Movimento Social posso fazer mais.

Ler mais na entrevista a seguir.

1. O que motiva você a fazer parte dos Movimentos Sociais?

Aldinéia Machado: É a minha revolta. De não querer para outro jovem, para os meus filhos e para outras mulheres o que eu passei quando cheguei em Macapá. Eu digo que sou uma mulher que passou por todas as fases na vida, de trabalho como empregada doméstica, de sofrer violência por parte do meu marido, que se aproveitou por eu ser uma menina do interior, de achar que não tinha ninguém que me protegesse, até chegar hoje e ser uma educadora social de formação. Então essas experiências de vida e de Movimento Social é que me trazem força para eu estar aqui na luta por um mundo melhor.

2. Você atualmente está como representante nacional da Comissão Nacional das Associações de Moradores (CONAM), qual é a função da CONAM?

Aldinéia Machado: A CONAM foi fundada na década de 1980. Ela agrega todas as Federações no Brasil com seus vinte e dois diretores e seu conselho. A CONAM é o patamar maior de toda a liderança comunitária e urbana, porque ela é a percussora e trabalha a reforma urbana. Foi essa entidade que trouxe o debate do Minha Casa Minha Vida, saneamento básico, tudo o que nós temos voltados aos ambientes de bairros, foi através dela. Então ela é o patamar maior, que nós temos atualmente.

3. Como é o trabalho hoje da CONAM nos bairros de Macapá?

Aldinéia Machado: Por fazer parte do Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA), a CONAM conseguiu encaminhar 180 pessoas para Belém no último FOSPA. Antes de irmos para o Fórum nos deslocamos para a Guiana Francesa com o objetivo de discutir as agendas do FOSPA. Em relação aos trabalhos desenvolvidos nos bairros, eles se concentram mais na área social, no debate das políticas públicas, na conscientização e propostas para o desenvolvimento da cidade. Ao proporcionar aos moradores e lideranças de Macapá a ida delas para Belém foi com o objetivo de que elas ouçam e conheçam outras entidades, outras frentes, para que elas tenham acesso à informação, para que elas se politizem. Nós com a CONAM estamos abrindo caminho. Porque eu não tinha estudo, mas quando alguém me mostrou esses outros caminhos eu quis fazer a diferença na sociedade. Hoje eu consigo fazer esses debates e a vivência na CONAM foi também a responsável por eu conseguir isso.

4. A partir das suas vivências gostaria que você me relatasse a história dos Movimentos Sociais na cidade de Macapá.

Aldinéia Machado: O que eu posso te falar sobre a história dos movimentos sociais aqui em Macapá foi que começaram a partir da Associação de Mãe Menina do Curiaú. É um Movimento Social que existe até hoje e que foi criada em 1932. É o primeiro movimento que se possa dizer de fato, porque na época era o único legalizado. Esse Movimento Social é composto somente de mulheres e juntas criaram um sistema que é matriarcal. O estado do Amapá é um dos poucos estados que eu conheço que o sistema de Movimento Social foi criado, difundido e mantido por mulheres até hoje. A estrutura organizacional que elas criaram se mantém desde sua criação e proporciona maior organização do quilombo e fortalecimento.

5. E como você observa os outros Movimentos Sociais hoje em Macapá?

Aldinéia Machado: *Eu vejo o Movimento Social em Macapá atrelado aos partidos políticos. Essa posição partidária acaba favorecendo as brigas entre as lideranças, no entanto, quando precisam enfrentar as ameaças que aparecem no caminho tentam se unir, porém, é muito difícil conseguir somar forças depois de tantas brigas, de confiar nos que antes eram seus opositores, mesmo nós sendo hoje as principais lideranças. A minha passagem pela universidade tem me proporcionado mais que o ensinamento das letras, ela tem me ensinado também a compartilhar conhecimento com os mais jovens que dividem a sala de aula comigo. São meninos e meninas que não conhecem a história dos Movimentos Sociais, do processo de urbanização que passou Macapá e que até hoje é reflexo da desigualdade estrutural. Então eu preciso repassar para eles, é uma decisão minha fazer isso, mas, como eu posso dizer que eu estou aqui fazendo isso enquanto os Movimentos Sociais que existem em Macapá estão brigando em vez de estarem contribuindo com o conhecimento.*

6. De que forma você entende que os Movimentos Sociais contribuem para o desenvolvimento de Macapá?

Aldinéia Machado: *Eu acredito que total. Porque Macapá foi criada, não estou dizendo que através dos Movimentos Sociais, mas as lutas travadas por eles marcam a história desse território. Então a vinda dos Movimentos Sociais contribuiu para a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, que era uma realidade de grandes cidades como Belém, Rio de Janeiro, entre outras. Hoje se muitos de nós não têm quase nada de bens materiais como casa própria é porque várias vezes tivemos que fugir de Macapá devido às perseguições políticas que ameaçaram a nossa sobrevivência. Porém, eu não me arrependo de tudo que tive que deixar, porque eu fiz o que eu queria e quando fazemos o que acreditamos ser o certo nós não nos arrependemos. Hoje em dia eu milito de uma forma diferente, mas naquela época era necessário.*

7. O que você espera para o futuro dos Movimentos Sociais de Macapá e como a universidade pode contribuir para a sua formação no Movimento Social?

Aldinéia Machado: *Se os Movimentos Sociais souberem trabalhar em prol da comunidade, eles levam ao bem da comunidade. Foi o Movimento Social que me proporcionou o alicerce para chegar aonde eu estou. Ele abriu as portas para que eu possa analisar o mundo que habitamos com segurança e a liberdade de eu dizer o que eu quero depois de me formar no curso de pedagogia. Eu quero ser diretora de uma escola para crianças e para isso eu tenho*

um projeto na minha mente da escola que eu imagino para uma criança. Eu quero trabalhar em um bairro periférico, porque eu quero desenvolver um projeto de educadora popular que eu sonho e que eu imagino para as crianças daquele local. Pode parecer um sonho pequeno, mas para mim ele é grande. O Movimento Social e a universidade fazem isso, abrem essas portas e novos caminhos.

Observa-se na fala da entrevistada que suas experiências nos Movimentos Sociais começaram ainda na juventude, quando participou das atividades da igreja católica, reforçando assim o papel importante que essa igreja trouxe para a formação política dos Movimentos Sociais, conforme descreve Pedro Ramos em Chagas (2021). Essa base sólida fez com que a entrevistada procurasse caminhos para que se sentisse parte da cidade quando chegou a Macapá e motivasse a participar dos Movimentos Sociais como forma de continuar lutando por um mundo melhor e igualitário.

Atualmente a liderança é representante nacional da Comissão Nacional das Associações de Moradores (CONAM), entidade que busca discutir as políticas habitacionais. Quando perguntado qual o trabalho desempenhado pela CONAM nos bairros de Macapá, a entrevistada respondeu que a CONAM está concentrada em discutir as políticas públicas, o desenvolvimento regional e a busca por maior conscientização e participação dos moradores em espaços de discussão. Evidencia-se com a fala da liderança que o trabalho da CONAM com as associações de moradores, que ainda existem em Macapá, não está sendo desempenhada para trazer melhorias urbanas para os bairros, como anteriormente faziam. Os motivos de isso estar acontecendo não foram narrados pela entrevistada.

Sobre a história dos Movimentos Sociais em Macapá, a entrevistada atribui à Associação Mãe Menina do Curiaú o *status* de primeiro Movimento Social a existir nas terras do Amapá. No entanto, essa declaração não condiz com as pesquisas anteriormente realizadas, mas reforça de alguma forma como a população do campo foi submetida ao isolamento e abandono pelas políticas públicas, como no caso dos quilombolas do Curiaú. Para a entrevistada, os Movimentos Sociais atualmente em Macapá encontram-se vinculados a partidos políticos e isso tem causado muitos desentendimentos dentro do próprio Movimento Social, sendo situações narradas anteriormente pelos entrevistados.

A contribuição dos Movimentos Sociais para o desenvolvimento de Macapá, segundo a liderança, está atrelada à discussão sobre a política habitacional, porque as lutas travadas em prol dessa política marcam a história e a construção da cidade de Macapá. Sobre o futuro dos Movimentos Sociais, a entrevistada acredita que, quando os Movimentos Sociais começarem a militar a favor da cidade, eles poderão promover o bem-estar do espaço habitado e de seus

sujeitos. Por fim, a entrevistada atribui o valor de suas experiências aos Movimentos Sociais e ao ingresso na universidade; fatos esses considerados os responsáveis em proporcionar para ela novos olhares e novos caminhos profissionais, tema também tratado pelo primeiro entrevistado.

5.1.4 Idelfonso Silva (informação verbal)¹⁰

Natural do estado do Maranhão, chegou ao estado do Amapá ainda jovem. É discente do curso de filosofia da UNIFAP, desempenha seu trabalho como conselheiro de saúde e integra os Movimentos Sociais que lutam pela moradia em Macapá.

Faz quase trinta e cinco anos que estou morando no estado do Amapá. Sou militante dos Movimentos Sociais desde os meus quinze anos de idade, tornando longa a minha trajetória de luta. Sempre busquei fazer a defesa das políticas públicas, então quando eu cheguei no Amapá na década de 1990 sempre tive esse cuidado de não ficar patrulhando em caminho diferente, sempre pautado nas políticas públicas. Eu passei pelo movimento estudantil, militei um certo período e depois sair. Com mais idade passei para o movimento comunitário, que chamo de Movimento Social onde estou até hoje.

Ler mais na entrevista a seguir.

1. Quais as suas experiências na defesa das políticas públicas?

Idelfonso Silva: As minhas experiências, ao longo desse processo de Movimentos Sociais, são boas como também experiências ruins. Sabemos que para quem tem esse estigma de ser do campo da esquerda, numa política brasileira estamos passivos de sofrer retaliações. Como forma de enfrentamento temos que ter lado, postura, não podemos ficar oscilando entre o campo da direita e o campo da esquerda, para isso temos que ter posição muito firme. Então as minhas experiências foram boas durante esse período de militância. Inclusive quando eu vim do movimento estudantil e busquei outro movimento que foi o movimento da luta pela reforma urbana, ela se deu em outro campo, que é da moradia digna.

Nós sabemos que vivemos em um estado que ainda tem alto déficit habitacional. Apesar do Amapá ser constituído de apenas 16 municípios, nós ainda temos muita dificuldade nessa questão habitacional. Então essas experiências de Movimento Social e de controle social, têm me ajudado muito a não me distanciar das lutas. Então essas experiências foram muito boas e ricas.

2. Quais foram as conquistas dos Movimentos Sociais que lutam pela moradia digna na

¹⁰ Entrevista concedida por Idelfonso Silva, em Macapá, em agosto de 2022.

cidade de Macapá?

Idelfonso Silva: Uma das conquistas que hoje temos orgulho se trata do conjunto Macapaba. Foi uma luta do Movimento Social e é a extensão além do conjunto Mucajá e de outros companheiros que fizeram essa luta. A nossa discussão sempre foi ao dizermos que precisamos aumentar o número e a quantidade de habitações de interesse social, que são hoje os conjuntos. Então nós, naquele momento, tivemos um papel muito grande através do Movimento Social Urbano. Então hoje quando avalio o conjunto Macapaba me pergunto quantas pessoas estão morando naquele conjunto? E quantas pessoas estão precisando atualmente de equipamento comunitário? Eu sempre fui contra a instalação do conjunto Macapaba nos moldes que ele foi entregue para a população e como ele está hoje. Eu sempre fui voto vencido. Porque atender 25000 famílias com unidades habitacionais e não oferecer os equipamentos comunitário para essas pessoas é cometer suicídio.

Temos reunidos no conjunto Macapaba vários setores da cidade de Macapá e das baixadas formadas pelos imigrantes vindos dos estados do Pará e Maranhão. Então eu sempre fui contra dessas pessoas morarem nos conjuntos habitacionais e não terem acesso a uma creche, escola, água de qualidade e linha de ônibus que atenda à necessidade da população. No dia que foi a inauguração do conjunto Macapaba nós, Movimentos Sociais, entramos em reunião as oito horas da noite e fomos terminar a reunião era quase madrugada, um dia antes da inauguração do conjunto. Nós, a todo momento tentamos, tencionamos e dizemos, provando dentro da lei do Programa Minha Casa Minha Vida que não adiantava apenas construir moradias, era imprescindível oferecer o equipamento comunitário, porém nossas reivindicações não foram atendidas.

Foi feita a inauguração do conjunto e as famílias foram remanejadas para as moradias sem terem acesso à água, sem creche, sem escola. Vieram construir os equipamentos comunitários muito depois que os moradores começaram a usar os meios de comunicação para fazer a denúncia. Mães de família deixaram de trabalhar porque não tinha uma creche dentro do conjunto. Então o conjunto Macapaba para mim é motivo de orgulho, mas ao mesmo tempo motivo de tristeza, porque as pessoas não conseguiram dialogar com os equipamentos comunitários.

3. Como você desenvolve o trabalho dentro do Conselho Estadual de Saúde do Amapá?

Idelfonso Silva: Dentro do Conselho de Saúde represento a Confederação Nacional de Saúde (CNS), as Associação de Moradores e os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Coordeno dentro do Conselho Estadual de Saúde uma comissão de orçamento e finanças que

é onde passa todo o recurso financeiro do Conselho Estadual de Saúde. E se eu penso em me aposentar? Eu penso que sim. Sou pai de família, tenho uma esposa, tenho dois filhos, e eu penso sim em dá um tempo para cuidar da família. Porém, ao mesmo tempo que eu penso na possibilidade de me afastar dos Movimentos Sociais, eu penso nas pessoas que estão ocupando os leitos dos hospitais públicos precisando de assistência médica. Sei que eu sozinho não posso resolver o problema de todos os usuários do SUS, mas eu posso brigar por um Sistema Único de Saúde que todos tenham direito e acesso. Que a divisão não se perpetue por muito tempo, porque hoje nós temos uma sociedade dividida pelos cidadãos que pagam plano de saúde e do outro lado os que não têm a mesma condição financeira para isso. Então nós brigamos por essas pessoas que não têm plano de saúde, essa é uma das nossas funções dentro do controle social. Quando falamos em controle social, estamos perpassando por toda a estrutura de poder, todos os regimes democráticos que temos que transitar. Então hoje eu posso dizer que me sinto realizado mesmo que precise ainda travar muitas lutas pela garantia de uma saúde de qualidade, moradia digna, acesso à água potável, segurança pública, uma universidade pública gratuita e de qualidade, transporte público etc. Então toda essa cadeia produtiva dos Movimentos Sociais faz com que eu não abandone essa luta. Enquanto eu estiver força, coragem e vontade de lutar, eu vou estar na trincheira.

4. Depois desse tempo que você está envolvido com os Movimentos Sociais em Macapá como os analisa na atualidade?

Idelfonso Silva: Existe hoje em Macapá Movimentos Sociais consistentes que estão diariamente na luta. Porém, quando uma liderança se destaca nos Momentos Sociais, a primeira coisa que acontece é a cooptação. Após ser cooptada, acaba por abandonar a luta e indo trabalhar nas instituições públicas. Não entendo esse posicionamento como sendo errado, pois, assim como eu, são pais de família e precisam trabalhar. Eu tenho muitos amigos da minha época de movimento estudantil, que agora estão ocupando cargo eleitoral ao lado de deputados. Então esse é um grande problema dos Movimentos Sociais hoje em Macapá, porque acabamos perdendo autonomia. Mas nós ainda temos lideranças que entendem a necessidade de continuar na luta, de manter a luta viva, de brigar pelas políticas públicas.

Eu posso dizer com toda a propriedade que não é difícil fazer a luta no estado do Amapá. Ao contrário de estados como São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Belém, que são capitais que apresentam grande extensão territorial, o estado do Amapá tem apenas 16 municípios. Se nós nos deslocarmos de Macapá para fazer militância em Oiapoque, nós vamos conseguir aproveitar e fazer também nos municípios de Calçoene, Amapá, Laranjal do

Jari e em uma semana já estamos de volta na capital, isso, claro, se tivermos estrutura para fazer.

Hoje tem parceiro que se não tiver um carro particular ele não vai. Eu cansei de fazer esse trajeto de ônibus, até hoje eu faço. Então, tem Movimento Social que não quer mais fazer essa luta, não quer colocar a mochila na costa. Então atualmente a dificuldade dos Movimentos Sociais é buscarem resgatar o conceito de pertencimento. As lideranças não têm mais prazer em participar da luta, é preciso oferecer algo que interesse a elas para poderem se engajarem. A renovação de quadros é uma estratégia para sanar esse problema. Os Movimentos Sociais precisam ter novas lideranças para que não corram o risco de concentrarem suas forças somente nos militantes da velha guarda.

Eu tenho recebido críticas por conta dessa linha filosófica da renovação de quadro. Entendo que nós não somos eternos, precisamos pensar na possibilidade de surgimento de novas lideranças. Então nós temos essa dificuldade ainda aqui em Macapá que acaba ocasionando a falta de unificação da luta. Então, o Movimento Social tem sido usado para vantagem própria e se aproveitando da luta para isso. Precisamos fazer o resgate da história quando nós brigamos pela construção do Macapaba, Miracema, São José, Açucena, entre outros, ao debater a moradia digna.

5. No seu entendimento como os Movimentos Sociais podem contribuir para o desenvolvimento de Macapá?

Idelfonso Silva: O estado do Amapá é promissor como matriz energética em potencial, mas isso tem deixado problemas que acabam atingindo os rios, as comunidades, os ribeirinhos, o caboclo da floresta. Apenas pensar na geração de emprego, que é o discurso fantasioso vendido nas audiências públicas, não é suficiente para trazer desenvolvimento para o estado. Essa é a realidade de toda a região Norte e a função dos Movimentos Sociais é fiscalizar esses empreendimentos e denunciar quando encontrarem irregularidades. O progresso é importante para o desenvolvimento, mas ele é acompanhado das mazelas sociais.

As experiências do entrevistado nos Movimentos Sociais começaram no movimento estudantil e, posteriormente, migrou para os Movimentos Sociais que lutam pela moradia digna na cidade de Macapá. Constata-se na fala do entrevistado seu conhecimento em relação ao déficit habitacional que historicamente Macapá enfrenta. Para a liderança, as habitações de interesse social construídas em Macapá somam importantes conquistas dos Movimentos Sociais.

Em especial ao Conjunto Macapaba, o entrevistado faz uma crítica ao modo como as unidades habitacionais foram entregues aos moradores, sem a conclusão dos equipamentos comunitários. Sobre esse fato outras pesquisas sobre outros projetos habitacionais de interesse social revelam que essa não é uma realidade apenas de Macapá. Em outras cidades brasileiras foram entregues habitações populares para a população sem que antes os equipamentos sociais estivessem prontos.

Na análise do entrevistado, os Movimentos Sociais que existem atualmente na cidade de Macapá, na sua maioria, estão cooptados, atrelados a cargos eleitorais, e esse fato acarretou aos Movimentos Sociais perda de autonomia. A liderança conclui de forma propositiva ao afirmar a urgência de renovação que os Movimentos Sociais precisam ter em suas bases e o resgate das lutas desempenhadas no passado.

5.1.5 Aldenora González (informação verbal)¹¹

Natural da ilha de Portel no Pará. Assistente social, fundadora e presidenta do Instituto EcoVida e militante dos Movimentos Sociais na cidade de Macapá.

Primeiro eu sou uma cabocla, mulher marajoara e militante desde cedo. Comecei nos movimentos da igreja católica no grupo Jovens Unidos em Cristo Através dos Irmãos (JUCAI) ainda na ilha de Portel. Aos meus 14 anos de idade comecei a ingressar nas bases sociais. Meu pai era vereador, naquela época que vereador não tinha salário, desempenhava voluntariamente o cargo. Naquele contexto político existia dois partidos, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e o Arena, e eu fazia parte da Juventude do MDB. Era um dos partidos mais progressistas da época.

Com meus 16 anos eu me casei, muito jovem, fui obrigada abandonar a luta política. Aos 19 anos retomei participando da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Eu fui uma das coordenadoras da LBA no município de Breves, acredito que a mais jovem do país. Depois comecei a participar de congressos e migrei para a União da Juventude Socialista (UJS), sendo uma das primeiras militantes da UJS aqui no estado.

Fui uma das primeiras mulheres a integrar o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), chegando a ser presidente do PCdoB aqui no Amapá, e foi nesse período que eu me engajei com os Movimentos Sociais em Macapá. Eu tinha recém-chegado no bairro do Zerão, era um bairro que não tinha energia elétrica e qualquer outra estrutura urbana, e isso exigia que eu

¹¹ Entrevista concedida por Aldenora González, em Macapá, em outubro de 2022.

me envolvesse para buscar melhorarias para a comunidade. Começamos a nos deitar literalmente na rua para tentar trazer o asfalto, fazer mobilizações e incentivar a comunidade a exigir direitos. E quando aconteceu a primeira eleição para Associação de Moradores do bairro do Zerão eu me candidatei, ficando 400 e poucos votos de diferença na frente do segundo colocado. Assumindo o desafio de ser presidente do bairro, foi onde tivemos a oportunidade de crescimento pessoal e social principalmente.

Na nossa gestão conseguimos trazer para o bairro água potável, asfalto, escola, delegacia, arena, foram tudo projetos do nosso mandato. Na mesma época fundamos a Federação de Mulher do Estado do Amapá (FEMEA). Eu já estive militando em todos os 16 municípios do estado, criando associação de mulheres, incentivando as mulheres na defesa dos seus direitos, sendo a primeira presidente da FEMEA.

A partir da experiência na FEMEA fundamos o COPEMAP, que era um fórum permanente em defesa do direito da mulher no estado do Amapá. Em 1999, conseguimos participar do Congresso Nacional da União Brasileira de Mulheres (UBM) em Juiz de Fora, na ocasião conseguimos levar para o congresso 10 mulheres daqui do estado pela FEMEA, passando no evento a ser eleita coordenadora nacional da União Brasileira de Mulheres (UBM) pelo estado do Amapá, e eu fazia tudo isso sendo presidente da Associação de Moradores do bairro do Zerão.

Então a minha militância nos Movimentos Sociais sempre foi assim, participando da Associação de Moradores, movimento de mulheres, movimento estudantil e na política. Porque eu entendo que participar da política é a essência de tudo e para que não sejamos atropelados. Então durante toda a minha trajetória nos Movimentos Sociais sempre busquei projetos coletivos, nenhum projeto pessoal. Em 2002 fui candidata a vereadora de Macapá, não sendo eleita por 19 votos. Minhas propostas de campanha sempre foram projetos voltados a buscarem melhorias e fortalecimento das comunidades e dos Movimentos Sociais.

Atualmente estou presidente do Instituto Ecovida, que já tem 18 anos de fundação. Para as pessoas que têm interesse em participarem das atividades do Ecovida oriento primeiro a lerem o estatuto e se identificarem ao que o instituto se propõe a contribuir com a sociedade. Para que não venham porque estou convidando, porque sou passageira e o projeto é coletivo, mas devem vir por uma ideia, uma causa.

Os Movimentos Sociais individualizaram a luta e as conquistas. A rua não tem asfalto, tem buraco, quando chove e as ruas ficam alagadas, mas os Movimentos Sociais em Macapá não estão mais preocupados em reivindicarem do poder público a solução desses problemas,

estão mais preocupados em resolverem seus próprios problemas. Os Movimentos Sociais esqueceram das coisas maiores e essa posição tem fragilizado os Movimentos Sociais.

Ler mais na entrevista a seguir.

1. O que continua a motivar você a não desistir de contribuir com os Movimentos Sociais?

Aldenora Gonzalez: Estar nos Movimentos Sociais é parte de mim. Quando cheguei em Macapá não tinha a necessidade de participar do movimento estudantil. Porém, a inquietação, que desde criança é muito presente em minha vida, me motivou e reforçou o meu compromisso social. Não preciso do reconhecimento por parte das outras pessoas. Durante a minha trajetória adquiri duas vezes câncer de mama, mas a doença não me limitou, com 15 dias de operada estava trabalhando como presidente no bairro do Zerão. O que me deixa inquieta é encontrar os Movimentos Sociais desarticulados e desmotivados, porque eu conheço o potencial e a força que eles têm e quanto ainda podem contribuir com a cidade de Macapá. Os Movimentos Sociais precisam voltar a serem inquietos, aproveitarem as oportunidades, voltarem a sonhar e ter esperança. Então quando digo que os Movimentos Sociais de Macapá precisam voltar a terem esperança, não estou falando apenas para eles, mas para mim também.

2. Qual a função do Ecovida?

Aldenora Gonzalez: O Ecovida foi fundado aqui em Macapá, onde concentra a sua matriz, mas tem filiais em outros estados. O nome Ecovida significa eco de som, eco de grito, eco de denúncia, eco de insistência, eco de fala, eco de diálogo, eco de ecológico, eco de defesa, eco de socorro, eco de pedido, ele é eco de muitas conquistas para a vida das pessoas, do meio ambiente, das políticas públicas, então ele tem esse significado.

O Ecovida nasceu com intuito de dar voz, libertar, emancipar, organizar, formar, qualificar, denunciar, ser insistente, de colocar as pessoas para pensar, de qualificar o trabalho profissional das pessoas e de reivindicar a moradia digna. O principal objetivo do Ecovida está dentro da política de assistência social, porque nós compreendemos que nada acontece sem passar por essa política. Para buscarmos a transformação no mundo, no país, no estado, no município, numa comunidade, devemos seguir as normas da política de assistência social, porque não vamos fazer transformação trabalhando com a classe alta da sociedade, vamos alcançar a transformação com a base, com a classe mais baixa da sociedade.

Então a primeira função do Ecovida é consolidar suas ações dentro da assistência social. Mas nós trabalhamos com todas as outras políticas, de habitação, de agricultura, segurança alimentar, agroecologia, recuperação de parques, mananciais, uma infinidade de possibilidades. Nós estamos em cinco Conselhos Nacionais: assistência, direitos humanos,

povos e comunidades tradicionais, igualdade racial e no movimento de mulheres, tendo uma abordagem multidisciplinar voltado para os Movimentos Sociais.

3. Quais são as ações desenvolvidas pelo Ecovida na cidade de Macapá?

Aldenora Gonzalez: As ações do Ecovida aqui em Macapá são concentradas nos Conselhos, temos representantes do Ecovida no conselho de saúde, no conselho de segurança alimentar e no conselho de assistência. Porém, se você me perguntar o que isso representa efetivamente de trabalho eu posso te responder que nada. Os Conselhos são espaços de interlocução, controle social, construção de política, mas na prática eles também fazem com que as lideranças dos Movimentos Sociais sejam impedidas em alguns momentos de continuarem fazendo a luta em prol da sociedade. Porque quando a liderança assume um conselho o trabalho acaba consumindo muito do seu tempo, devido à extensa legislação e às retiradas de direitos que obriga dessa liderança a todo o tempo rebater e fazer a defesa das políticas. Então o que o Ecovida tem efetivamente de ações em Macapá são possibilidades de contribuir para o crescimento e desenvolvimento da cidade.

Nós objetivamos trabalhar com a agroecologia através do empoderamento dos quilombos, empoderamento dos quilombos e não dos quilombolas, porque primeiro tem que empoderar o quilombo e fortalecendo suas raízes para que continuem acreditando no potencial deles.

Mas o projeto de maior compromisso no Ecovida que vou me debruçar a partir de agora é a “centelha da esperança”, que vai fazer o resgate das lutas dos Movimentos Sociais que são de Macapá através do trabalho com oficinas, seminários, visita de campo, escuta, roda de conversa, com os Movimentos Sociais.

O Ecovida quer sonhar junto com os Movimentos Sociais acreditando que é um caminho possível e o Ecovida somado com os Movimentos Sociais podem ser mais fortes. Temos a plena consciência que é um trabalho árduo e que pode demorar porque os Movimentos Sociais estão desarticulados e precisamos primeiro fazer um levantamento geral de todos os Movimentos Sociais e para isso vamos ser persistentes e não vamos desistir.

4. Como os Movimentos Sociais podem contribuir para o desenvolvimento de Macapá?

Aldenora Gonzalez: Acredito que de todas as formas. Os Movimentos Sociais quando estão capitaneados de informação, de formação, de conhecimento, eles podem contribuir muito para o desenvolvimento da nossa capital. No entanto, para isso os Movimentos Sociais precisam voltar a acreditar de que eles têm um potencial gigante nas mãos. Então os

Movimentos Sociais precisam compreender que precisam se unir e buscar o interesse do coletivo e não os seus próprios interesses.

Percebe-se na fala da entrevistada a vasta experiência que tem nos Movimentos Sociais e em partidos políticos. Suas práticas são motivadas pela inquietação de não aceitar as desigualdades sociais, porém sem perceber que as desigualdades entre as classes fazem parte do modelo hegemônico que rege as relações sociais no contexto mundial. Sobre seu envolvimento na defesa das políticas urbanas, a entrevistada atribui sua participação enquanto presidente da associação de moradores do bairro do Zerão.

Em relação ao trabalho que o Instituto Ecovida desenvolve na cidade de Macapá, a entrevistada admite que não tem realizado nenhuma ação concreta, apenas projetos futuros. Sobre os Movimentos Sociais, para a entrevistada eles se encontram hoje desarticulados e desmotivados, mesmo reconhecendo que ainda podem ter força e contribuir para as melhorias urbanas na cidade de Macapá.

Verifica-se, de forma geral, que para as lideranças dos Movimentos Sociais em Macapá estão cooptados, atrelados a partidos políticos, desmobilizados, desmotivados etc. As causas para esse cenário são inúmeras, sendo destacadas pelos entrevistados e entrevistadas que os Movimentos Sociais deixaram de acreditar em novas possibilidades; a não renovação das lideranças tem impossibilitado a continuação de lutas passadas; como também a presença de Movimentos Sociais em Macapá que individualizaram a luta visando a seus próprios interesses.

6 NARRATIVAS SOBRE AS EXPERIÊNCIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM DEFESA DA MORADIA DIGNA NA CIDADE DE MACAPÁ

As lideranças entrevistadas atuam em várias frentes de lutas, o que torna os Movimentos Sociais difusos, mas também repleto de solidariedade. A questão da moradia, de alguma forma, apareceu como tema transversal, direto e subjetivo a história das lideranças dos Movimentos Sociais entrevistadas. Dessa forma, considerando-se o impacto da moradia indigna na cidade de Macapá, optou-se pela análise das narrativas das experiências dessas lideranças concernentes ao direito à moradia.

O processo de urbanização da cidade de Macapá tem início com a constituição do Território Federal do Amapá (TFA) pelo Decreto-Lei nº 5.8120, de 13 de setembro de 1943. O interesse na criação dos territórios federais pelo governo brasileiro era para que localidades onde existiam poucos habitantes fossem mais povoadas e com o objetivo de aumentar a produção de excedentes para comercialização (LOBATO, 2013). Enquanto Território Federal (1943-1988), Amapá possuía nove mil habitantes, a partir de 1988 passou por transformações em seu território ocasionadas pelos maciços investimentos públicos e privados para a exploração de suas matérias-primas (SILVA; PORTO, 2020).

Nesse sentido, “O ambiente construído da cidade de Macapá durante a fase do Território Federal do Amapá tem como característica a presença e influência o Governo Federal [...]” (TOSTES, 2022, p. 2). Nesse período se deu a montagem de um aparato físico para funcionamento da estrutura do TFA. A função dessas construções seria para atender às instituições e ao funcionamento dos órgãos públicos, alterar o aspecto visual e de vivência da cidade que anteriormente apresentava ares de cidade interiorana localizada na “beira” do rio.

Entre as questões mais urgentes logo após a criação do Território Federal do Amapá, estava a escolha de qual município seria a capital. A primeira opção de escolha foi o município do Amapá, localizado ao norte do estado do Amapá. Entretanto, o primeiro governador territorial escolhido pelo presidente Getúlio Vargas, Janary Gentil Nunes (1944-1956) tinha Macapá como a melhor opção de capital devido à sua localização privilegiada, se comparada aos outros municípios. Então, “Em 31 de maio de 1944, Macapá foi proclamada capital pelo Decreto 6.550” (LOBATO, 2013, p. 31).

Localizada no sudoeste do estado, Macapá é a única capital estadual cortada pela linha do Equador e banhada pelo rio Amazonas, mas não possui interligação rodoviária ou ferroviária a outras capitais do Brasil; somente aeroviária e hidroviária. (TORRINHA, 2015, p. 10).

A partir da transformação do ex-território em Estado em 1988 pela Constituição Federal Brasileira, vários pequenos municípios foram formados, reforçando à capital Macapá a centralidade econômica e urbana, já que Macapá detinha maior infraestrutura, ao contrário dos recentes municípios. A população do Amapá concentra-se predominantemente na capital Macapá, conforme pode ser constatado na Tabela 1.

Tabela 1 - Concentração populacional em Macapá comparada aos demais municípios

MUNICÍPIOS	TOTAL DE HABITANTES
Macapá	398.204 Habitantes
Mazagão	17.032 Habitantes
Laranjal do Jari	39.942 Habitantes
Calçoene	9.000 Habitantes
Oiapoque	20.509 Habitantes
Porto Grande	16.806 Habitantes
Santana	101.262 Habitantes
Pedra Branca do Amapari	10.772 Habitantes
Cutias	4.696 Habitantes
Itaubal	4.265 Habitantes
Amapá	8.069 Habitantes
Ferreira Gomes	5.802 Habitantes
Pracuúba	3.793 Habitantes
Serra do Navio	4.380 Habitantes
Tartarugalzinho	12.563 Habitantes
Vitória do Jari	12.428 Habitantes

Fonte: Elaborado pela Autora (2023) a partir de Dados do IBGE (2010).

Conforme dados da Tabela 1, no ano de 2010 a população de Macapá chegou a 398.204 habitantes. A criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), por meio do Decreto Federal nº 8.387, de 30/12/91, é um fator a considerar para o crescimento populacional. O aumento da população de Macapá atribuído ao seu *status* de Território Federal, posteriormente em Estado e a criação da ALCMS são fatores explicativos para o fenômeno da migração.

Após a criação da ALCMS, o aumento populacional continuou concentrado principalmente nas cidades de Macapá e Santana, como pode ser observado na Tabela 1. A urbanização gerada pela migração continua provocando do poder público estratégias de implementação de políticas públicas, exigindo investimentos nas construções de creches, escolas, hospitais, postos de saúde, entre outras. No entanto, o que se presencia no cotidiano da população de Macapá é um cenário de profunda desigualdade socioeconômica, precárias condições de moradias devido à incapacidade que o governo tem demonstrado (CHAGAS *et al.*, 2016).

Macapá, desde a sua gênese, é uma cidade em transformação intensa, com uma ilha de moradias dignas centrais cercadas por uma periferia de ocupações precárias e desarticuladas de serviços públicos (CARVALHO, 2020). Essa realidade é enfrentada por políticas habitacionais pouco avaliadas e com resultados duvidosos, o que torna o tema “moradia” instigante para os estudos acadêmicos.

Parte da população de Macapá ocupa áreas de ressaca¹², onde construíram suas habitações de tipo palafita, imprimindo uma questão cultural na relação com o meio ambiente: “O processo de urbanização se apresenta como uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente” (MARICATO, 2013, p. 39); há pouca inserção no desenho das políticas públicas habitacionais que promova o acolhimento social.

Sobre essa questão, Maricato (2013) menciona que a ausência de alternativas adequadas para os habitantes da cidade conduz para a construção das habitações pelos próprios moradores com seus próprios recursos. A autora destaca ainda que, por ausência e promoção de políticas públicas que de fato garantam aos moradores condições apropriadas de moradia, a população chega a construir suas moradias como podem, sem sistematização urbana. Como consequência a esse descaso, observa-se o crescimento de moradias construídas em áreas impróprias, como o são as áreas de ressaca.

As áreas de ressacas são protegidas por lei e não apresentam condição de habitabilidade pela ausência de saneamento básico e outras condições dignas para uma vida minimamente decente (CARVALHO, 2020). Assim, fica inegável a necessidade de controlar a ocupação desses espaços alinhados às políticas públicas que atendam à população desprovida de recursos financeiros e condições de adquirir suas habitações. Soma-se a essas más condições a negação

¹² São casas construídas pelos próprios moradores em áreas impróprias para moradia. A construção das casas tipo palafita requer gasto financeiro, de energia e de tempo dos moradores antes que os serviços públicos tenham chegado (CARVALHO, 2020).

da participação dos Movimentos Sociais ao debate com objetivo de buscar soluções para o problema da habitação, não apenas como um dever constitucional, como também como garantia de voz daqueles que têm a real dimensão dos problemas enfrentados pela população. Como se pode evidenciar na fala da liderança do bairro do Congós em Macapá:

Presenciamos diariamente a falta de energia elétrica, água potável, alto índice de violência e a falta de estrutura. Todos esses problemas nós moradores temos aqui no bairro do Congós. Sobre a rua que fica a minha residência antes não era asfaltada, mas nós moradores lutamos muito para que conseguíssemos que o poder público asfaltasse. Porém, esse asfalto parece mais uma borra de asfalto já que apresenta inúmeros buracos. Agora o governo municipal está fazendo a ponte de concreto porque a ponte de madeira estava toda quebrada. Os moradores caíam na ponte diariamente, principalmente os moradores com mobilidade física reduzida são eles os que mais sofrem com essa situação. Assim nós vivemos, ou melhor, sobrevivemos. (CARMEM DUARTE, 2022; informação verbal).

O bairro do Congós fica localizado na Zona Sul da capital Macapá, foi criado na década de 1990 e, segundo dados do IBGE, é o quinto bairro mais populoso de Macapá, “com mais de 18 mil moradores, onde aproximadamente 19% desses moradores vivem em área de ressaca” (SILVA; LIMA, 2019, p. 28).

É atribuído o nome Congós ao bairro porque o morador que se dizia dono da área, chamava-se Benedito Lino do Carmo, mas conhecido popularmente como “Seu Congós”. “Descendente de escravo, Seu Congós morou por muito tempo no bairro, onde vivia da agricultura e criação de gado” (SILVA; LIMA, 2019, p. 29; TOSTES, 2022). A organização dos moradores e as lideranças locais foram fundamentais para a chegada das melhorias de infraestrutura, como se observa na fala anterior de Carmem Duarte.

Com a procura de um lugar para morar, os migrantes começaram a ocupar as áreas de ressaca de Macapá, as quais hoje compõem os bairros da capital, entre eles o Congós. “Isso significa que grande parte da população, inclusive parte daquela regularmente empregada, constrói sua própria casa em áreas irregulares ou simplesmente invadidas” (MARICATO, 2013, p. 23). A maioria dos moradores do bairro do Congós são migrantes, principalmente do estado do Pará, que vieram para o Amapá em busca de melhores condições de vida (TOSTES, 2022), como relata a moradora e liderança do bairro Carmem Duarte:

As pessoas que vieram morar no bairro do Congós são na maioria de origem paraense. No início apenas a primeira rua do bairro era asfaltada e mesmo nessas condições ele foi povoado e cresceu bem rápido. A maior extensão territorial do bairro é área de ressaca que se formos observar o bairro de cima é possível perceber que o entorno todo é área alagada. (CARMEM DUARTE, 2022; informação verbal).

Segundo dados da pesquisa realizada por Silva e Lima (2019, p. 29), os moradores do bairro do Congós possuem escolaridade nos seguintes termos: “alfabetização e fundamental temos 41%; nível médio, 50%, nível superior 11% e 0% de pós-graduação”. Sobre os dados em relação à participação em Movimentos Sociais, “68% disseram não participar de nenhum movimento organizado”. Quanto a gostarem de morar na área de ressaca do bairro do Congós, “57% dos informantes disseram gostar de morar na área de ressaca”. Em relação à injustiça social e de se sentirem excluídos pela sociedade, a presente pesquisa demonstrou que “66% dos informantes dizem não sentir injustiçados ou excluídos da sociedade”.

Ainda discorrendo sobre os dados da citada pesquisa, 47% dos entrevistados relataram ser natural a exclusão social, sendo que “24% dizem ser vontade de Deus” (SILVA; LIMA, 2019, p. 32). Sobre a união dos moradores em buscarem melhorias para o bairro, 62% dos entrevistados afirmaram que não existe união entre os moradores. Quanto aos fatores de mudança na condição de vida dos moradores, 44% atribuem a responsabilidade individual, 30% do poder público garantir essa mudança, 26% ao conjunto pessoal, poder público e sociedade. O último dado da pesquisa foi em relação ao aspecto econômico em que “62% das famílias ganham até dois salário-mínimo, sendo que 27% ganham abaixo de um salário e apenas 11% ganham até quatro salários” (SILVA; LIMA, 2019, p. 33).

Em relação aos baixos índices dos níveis de escolaridades e dos baixos salários dos moradores do bairro do Congós, demonstra-se a realidade da maioria e/ou de todas as áreas de ocupação irregulares de moradia no Brasil. Para Portilho (2010), as áreas de ressacas devem ser entendidas para além do aspecto físico, mas levadas em consideração as relações desiguais socioeconômicas estabelecidas pela sociedade capitalista.

Sobre o alto percentual dos moradores que não possuem interesse em participar dos Movimentos Sociais e a inexistente união entre os moradores, demonstra-se a necessidade de melhorar o relacionamento, buscando constantemente a participação e o aprimoramento das técnicas de comunicação, entre outros, de modo a favorecer a união pela luta da consciência e de uma ação coletiva.

Fazendo uma comparação, percebe-se ainda que independente dos problemas urbanos narrados pela liderança Carmem Duarte, os moradores entrevistados gostam de morar na área de ressaca do bairro do Congós. Sobre esse posicionamento, é possível supor diferentes fatores atribuído a isso como os laços familiares e de amizade, a localização próxima do centro e/ou por estarem habituados com o ambiente onde moram, entre outras explicações.

Nesse cenário de profunda desigualdade social, os Movimentos Sociais devem ser encarados como instrumentos de participação, reivindicação e luta, especialmente nos grandes

centros, local onde se deve exigir o acesso à moradia como condição plena de cidadania. Deve-se pensar um mundo melhor, com mais possibilidade de mudança hoje que refletirá no futuro amanhã; mais emancipação dos grupos sociais, que se transformem em práticas transformadoras (SANTOS, 2001). A organização dos Movimentos Sociais e as manifestações populares que buscam respostas às suas lutas reivindicam leis, direitos e acessos múltiplos. “Ao realizarem estas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social” (GOHN, 2011 p. 15).

Outro bairro que apresenta problemas na sua estrutura urbana é o bairro do Zerão, como relata a moradora e liderança de Movimento Social Aldenora González (informação verbal) “Então, hoje falando especificamente do bairro do Zerão, nós temos um bairro que a maioria das ruas não tem iluminação pública. Os moradores trancam suas moradias, dentro de casa tem energia elétrica, mas na rua não tem”.

O bairro do Zerão ganhou esse nome por estar localizado na área um dos pontos mais procurados pelos turistas que visitam a capital do Amapá: o Monumento do Marco Zero. O restante do bairro é invisível para o poder público. O Zerão foi mal estruturado, sem áreas reservadas para estacionamentos, ruas estreitas e ausência de asfalto. Para Tostes (2022), o governo não levou em consideração o traçado urbano original da cidade de Macapá e isso pode ter ocasionado o mal planejamento. Atualmente, o bairro do Zerão expandiu e cresceu em população, há pontos comerciais e outras atividades que levaram melhorias ao acesso a bens de consumo e serviços.

A origem e formação do bairro do Zerão é relativamente recente. Loteado no ano de 1990 pela prefeitura municipal para abrigar famílias em vulnerabilidade social e econômica que ocupavam áreas úmidas nas margens da orla da capital, sem que os órgãos públicos oferecessem a mínima condição de habitabilidade para receber os recém remanejados, como nos relata Aldenora González (informação verbal):

O bairro do Zerão não tinha absolutamente nada em relação a estrutura e nós enquanto Movimentos Sociais nos envolvemos para buscar melhorias comunitárias. Começamos a ocupar as ruas, fizemos mobilizações para reivindicar que o asfalto chegasse no nosso bairro. Quando os Movimentos Sociais vivem a comunidade identificam mais os problemas porque estamos dividindo cotidianamente aquela realidade com os outros moradores. Essa foi a forma que nós encontramos para incentivar a comunidade a exigir direitos, mas infelizmente essas ações não fazem mais parte da realidade do bairro.

Castells e Borja (1996) afirmam que os grandes projetos de desenvolvimento multiplicaram as demandas sociais no ambiente urbano, levando a cidade contemporânea se

assumir como um ator político que promove acordos e associação e responsabilidades diante da sociedade e da união, apresentando-se como polo central na articulação entre a sociedade civil, a iniciativa privada e as diferentes instâncias do Estado.

Apesar das conquistas, os moradores que inicialmente se organizavam para trazerem melhorias para o bairro, hoje acreditam não ser mais necessário. O individualismo tomou o lugar do coletivo, de perceber que os problemas do bairro não é só responsabilidade do poder público resolver, mas, também dos moradores. Para reverter esse cenário, Comarú (2019, p. 460) propõe como alternativa:

Como todos os atores sociais, os movimentos sociais não estão livres de contradições e inúmeras dificuldades e limitações. Para manter viva sua permanente capacidade de mobilização de massa e legitimar-se em relação às suas bases, os movimentos precisam, de tempos em tempos, viabilizar a aprovação de projetos para as suas demandas (...) resta também aos técnicos, gestores e cidadãos no geral, compreender o papel e o potencial que os movimentos sociais possuem para contribuir objetivamente para o equacionamento de graves e inúmeros problemas estruturais que afetam a sociedade. Para isso, recomenda-se, dois caminhos, quais sejam: o estudo da história, natureza e características dos grupos organizados coletivamente e dos movimentos; e o conhecimento a partir da observação, interação e vivência em contato com os movimentos sociais urbanos e de moradia.

A ausência do sentimento de pertencer ao território e de não mais trazer para si os problemas que afetam o coletivo repercute negativamente na organização e mobilização dos Movimentos Sociais. A comunicação como instrumento de formação e participação acabou se perdendo, pois, a partir da comunicação de suas experiências, os indivíduos se tornam motivados a superar seus medos e manifestam sua indignação diante da injustiça, passando a identificar que a sua demanda também pode ser a do outro.

A Associação de Moradores foi importante arma dos Movimentos Sociais contra as forças do Estado sobre o território. No passado, as Associações de Moradores que funcionavam nos bairros de Macapá alcançaram demandas que trouxeram estruturas urbanas que ainda são possíveis serem encontradas hoje. No entanto, a maioria não está em funcionamento, elas perderam a força de articulação e organização, como a Associação de Moradores do Bairro do Buritizal: “(...) hoje as associações de moradores elas não têm a mesma capacidade organizativa, elas não dialogam, as federações que foram criadas, elas não conseguem dialogar (...)” (WEMERSON SANTOS, informação verbal).

Como manobra de desmobilização, outras associações foram implantadas nos bairros de Macapá pelo governo estadual. Isso pode ter sido uma das causas da desarticulação das associações de moradores, como narra Aldenora González (informação verbal):

Muitas foram as tentativas de desarticular as associações de moradores em Macapá. A perseguição e a implantação de outra associação paralela a que existia foram as armas usadas pelo poder público para tentarem fragilizar os Movimentos Sociais. Porque todas as demandas que os bairros apresentavam como terraplenagem, asfaltamento, iluminação pública, entre outras, eram reivindicadas e se não fossem atendidas pelo órgãos competentes as diretorias das associações de moradores e os Movimentos Sociais não desistiam até conseguir que os problemas fossem solucionados. O resultado foi que acabaram com as forças das associações de moradores da maioria dos bairros de Macapá fazendo com que muitas delas deixassem de existir.

Todos os bairros de Macapá tinham uma associação de moradores compostas por presidente e diretores. As associações eram articuladas e buscavam melhorias para os bairros, como asfaltamento, transporte público, unidade de saúde, escolas, creches, entre outras demandas. As associações de moradores eram temidas pelos governantes porque mobilizavam os moradores a participarem, identificavam os problemas dos bairros e reivindicavam solução pelos órgãos competentes. O relato a seguir, de Wemerson Santos (informação verbal), registra bem como isso aconteceu na Associação de Moradores do Bairro do Buritizal, bairro central de Macapá.

Quando a associação do bairro do Buritizal foi fundada começaram a brigar por escolas no bairro, feira do produtor, hospital, tanto é que a associação tem uma certa inserção no que hoje tem aqui no bairro, de hospital, escola, semáforo, asfaltamento, até mesmo as tentativas de drenagem de esgoto, tem muita digital aqui dessa associação.

Sobre a importância dos instrumentos de participação, reivindicação e luta, Comarú (2019, p. 30) afirma que:

A organização dos trabalhadores nas periferias das cidades grandes e médias, com apoio de setores da igreja católica, e em alguns casos de alguns sindicatos, associações de moradores, acadêmicos e profissionais ligados a ONGs foi um dos ingredientes importantes para a formação dos movimentos sociais de moradia que existem e atuam nos dias de hoje.

A partir da experiência do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, os moradores ocupantes de favelas e áreas insalubres de moradias começaram a se organizar de forma mais sistemática e institucionalizada a partir das associações, em grupos e movimentos locais. Entre as causas sociais alcançadas pelos movimentos populares que lutam pela moradia está a implantação de Projetos Habitacionais de Interesse Social, entre eles o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

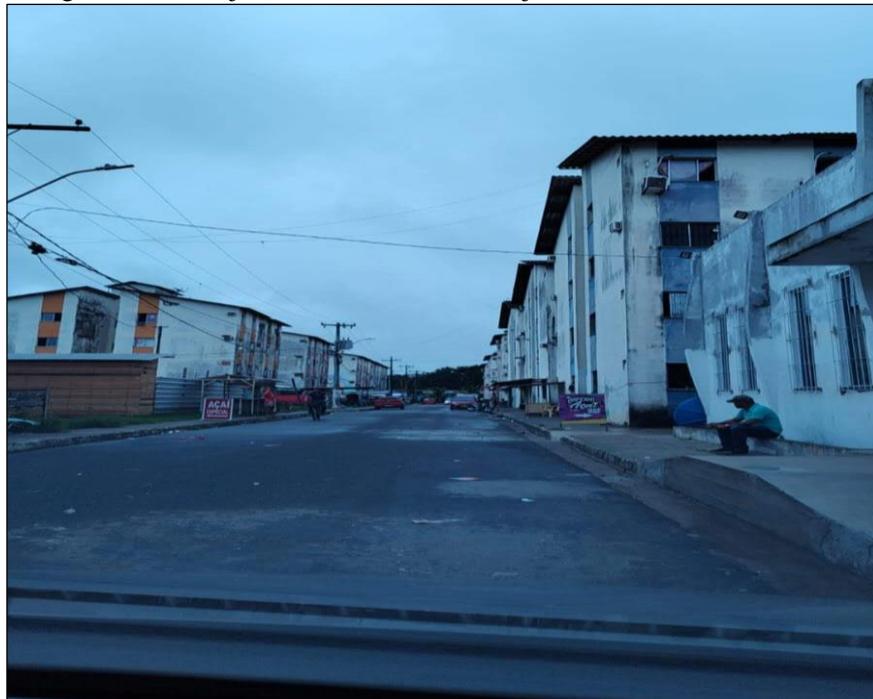
O PMCMV atingiu um volume considerado em construção de habitação, passando a ser um dos programas de moradia social referência em nível nacional e internacional. Assim como

o PMCMV, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) são todos programas federais criados por interesses econômicos, subsidiados e financiados pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) (CORDEIRO; MATSUNAGA, 2019).

O PMCMV foi lançado em 2009 e buscou atender em Macapá, em sua maioria, a moradores que residem em áreas periféricas e alagadas, que se encontram em situação de vulnerabilidade social (CARVALHO, 2020). Enquanto TFA, as edificações reservadas à moradia foram destinadas apenas os trabalhadores formais e informais que possuíam condições de pagar por suas habitações. Apenas durante o governo de Anníbal Barcellos (1991-1995) que é registrada a construção de moradia para as famílias de baixa renda (CORDEIRO; MATSUNAGA, 2019).

O primeiro empreendimento habitacional de interesse social implementado em Macapá foi o Conjunto Vitória-Régia, localizado na região Norte de Macapá, inaugurado em 2007. Somente quatro anos depois, em 2011, que o segundo Conjunto Habitacional chamado Mucajá (FOTOGRAFIA 1), foi construído com subsídio da Prefeitura Municipal de Macapá e do PAC.

Fotografia 1 – Conjunto Habitacional Mucajá



Fonte: Acervo da Autora (2023).

Localizado na zona Sul da capital, no bairro do Beírol, região central de Macapá, o Conjunto Habitacional Mucajá conta com 592 apartamentos, divididos em 37 blocos, 4 pavimentos e 16 apartamentos. Os moradores convivem diariamente com a violência, abandono

pelo poder público e problemas de infraestrutura. O conjunto habitacional foi o único construído em Macapá no mesmo local de origem da ocupação em que os moradores foram realocados para os apartamentos devido ao risco de deslizamento que os barracões apresentavam (CORDEIRO; MATSUNAGA, 2019).

Outro Conjunto Habitacional de Interesse Social construído na capital foi o Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos (FOTOGRAFIA 2), localizado na zona Norte, nas proximidades da Rodovia do Curiaú. Abrange 528 habitações de tipologia unifamiliar de 37m² de área útil (CORDEIRO; MATSUNAGA, 2019). O nome dado a esse conjunto habitacional é uma homenagem ao compositor paraense que chegou a Macapá para ser fiscal de obra, mas foi através de seu trabalho como músico que fez história na cidade.

Fotografia 2 – Conjunto Habitacional Mestre Oscar Santos



Fonte: Acervo da Autora (2023).

O maior empreendimento de construção de moradia social construído na cidade de Macapá é o Conjunto Habitacional Macapaba (FOTOGRAFIA 3) e contou com tipologias de casas e apartamentos. O Macapaba foi dividido em duas fases. Na primeira fase, entregue em 2014, beneficiou cerca de 2.148 famílias alocadas em 164 casas e 1.984 apartamentos e a segunda fase entregue para a população em 2017 contou com 2.218 unidades habitacionais, somando um total de 4.366 famílias beneficiadas, formando uma cidade dentro de outra cidade (CORDEIRO; MATSUNAGA, 2019; TOSTES, 2021). O Conjunto Habitacional Macapaba fica localizado na zona Norte de Macapá nas margens da Rodovia Federal BR-2010.

Fotografia 3 – Conjunto Habitacional Macapaba



Fonte: Acervo da Autora (2023).

Em 2016, outro conjunto habitacional foi entregue pela Prefeitura Municipal de Macapá e que também faz parte do PMCMV, chamado Conjunto Habitacional São José (FOTOGRAFIA 4). Inaugurado em 2016, consta de 1.440 unidades habitacionais entregues, divididas em 72 blocos, 5 pavimentos e 4 apartamentos por andar. Houve também a entrega do Conjunto Habitacional Jardim Açucena no ano 2018, no qual se estima que os contemplados estejam morando nas 1.500 moradias construídas. Tanto o Conjunto Habitacional São José, quanto o Conjunto Habitacional Jardim Açucena estão localizados na área oeste da cidade de Macapá e possuem tipologia vertical (CORDEIRO; MATSUNAGA, 2019).

Fotografia 4 – Conjunto Habitacional São José



Fonte: Acervo da Autora (2023).

O mais recente empreendimento entregue pela prefeitura foi o Conjunto Habitacional Miracema (FOTOGRAFIA 5) em 2022 e conta com mais de 1.500 unidades para moradia divididas em apartamentos e pavimentos de casas, equipamentos sociais, área de lazer e centro comunitário. A construção do conjunto Miracema está em fase de andamento e depois de ser concluído serão entregues mais 5.000 moradias divididas em casas e apartamentos (CORDEIRO; MATSUNARA, 2019).

Fotografia 5 – Conjunto Habitacional Miracema



Fonte: Acervo da Autora (2023).

Além desses conjuntos habitacionais citados, mais três começaram a ser construídos a partir de 2013 em Macapá, mas no momento estão com as obras paralisadas: 1) Conjunto Habitacional Janary Nunes, localizado no distrito da Fazendinha, com previsão de 500 moradias; 2) Conjunto Habitacional Aturiá, na zona Sul da cidade e; 3) Conjunto Habitacional do Congós, na zona Oeste.

Os investimentos em moradias populares na cidade de Macapá foram resultado das reivindicações dos Movimentos Sociais. A experiência dos Movimentos Sociais que lutam pela reforma urbana chegou a Macapá como resistência e alternativa diante do crescente *déficit* habitacional, e buscou a garantia pelo poder público do direito à moradia digna, segundo as palavras de Idelfonso Silva (informação verbal) e Aldinéia Machado (informação verbal), respectivamente:

Entre as conquistas que os Movimentos Sociais devem ter orgulho se trata do conjunto Macapaba. Foi uma luta do Movimento Social. O conjunto Macapaba é a expansão além do conjunto Mucajá que foi o primeiro conjunto habitacional de interesse social construído em Macapá em que outros companheiros fizeram essa luta.

Então, os Movimentos Sociais abriram espaço, para que implantassem aqui em Macapá o Programa Minha Casa Minha Vida. Os conjuntos habitacionais como o Macapaba e o Mucajá se estão construídos hoje é porque muitas gente lutou para que tornassem realidade. Todos os conjuntos habitacionais que existem em Macapá tem a marca da luta para garantir o que diz a Constituição.

A Constituição Federal brasileira de 1988, no seu artigo 6º, estabelece que todo o cidadão tem, entre um dos seus direitos sociais, o direito à moradia digna e habitável, a qual é uma necessidade básica do ser humano. A moradia é um Direito Fundamental desde 1948, com a Declaração dos Direitos Humanos, por isso o Estado tem como obrigação garantir esse direito, embora isso continue sendo um grande desafio (AMORIM; ARAUJO, 2014).

Nos últimos quatro anos o Governo Federal chegou a anunciar o encerramento do PMCMV, substituindo-o pelo Programa Casa Verde e Amarela, sendo que este quase nada avançou e muito provavelmente não possa ser continuado no atual governo brasileiro (NETO; ULTRAMARI, 2022). Pesquisas demonstram que, mesmo com altos investimentos, o PMCMV não chegou a alcançar, em volume, suas expectativas. O estado do Amapá é um desses casos em que sua população é urbana, com mais de 70% vivendo na cidade, com cerca de 100.000 pessoas morando em áreas insalubres (IBGE, 2010; CARVALHO, 2020).

No atual contexto político, o PMCMV tem grande possibilidade de alcançar voos mais altos, mas para isso ocorrer será preciso uma avaliação mais criteriosa da realidade de cada região e, assim, mensurar as suas necessidades habitacionais e de moradia (NETO; ULTRAMARI, 2022). Um dos instrumentos importantes para alcançar esses objetivos são os Planos Diretores (PD), que fortalecem e promovem a participação da população nos assuntos públicos, garantindo a todos o direito à cidade. Macapá oportunizou nos anos de 1960 e 2004 alguns planos urbanos. Esses diversos planos contribuíram para melhor analisar e indicar perspectivas de crescimento e desenvolvimento da cidade” (TOSTES, 2020, p. 25).

Embora Macapá tenha vivenciado algumas experiências com PD, encontrou algumas barreiras de implementação, entre as quais, a não consulta aos sujeitos envolvidos, entre eles os Movimentos Sociais antes, durante e após a implementação dos PD. A proposta do PD requer inicialmente fazer um diagnóstico da realidade da cidade e suas dimensões urbanas e “Daí a relevância de consultar os atores envolvidos” (TOSTES, 2012, p. 123) torna-se primordial. Entre as diretrizes do PD consta que famílias que viviam em áreas de ressaca deveriam ser remanejadas para habitações que oferecessem melhores condições de moradia, porém, essa não foi a realidade encontrada em Macapá.

Castells e Borja (1996) consideram que a eficácia dos planos e projetos pensados para a cidade só alcançarão êxito com a articulação “público-privado”, ou seja, integrar a população,

que, na maioria das vezes é excluída ou pouco ouvida, a partir da promoção de empreendimentos que tragam comunicação, mobilização e autonomia aos cidadãos.

Sob essa perspectiva, Ferrari Júnior destaca que “A participação passa a ser uma necessidade nas esferas de decisão, tendo um caráter, não apenas reivindicatório, mas também como alternativa ao projeto político do Estado” (FERRARI JÚNIOR, 2004, p. 24). Ao se analisar esse instrumento urbano, torna-se indispensável relacioná-lo à participação da população nas políticas públicas pensadas para a cidade. Logo, no planejamento urbano o poder deve ser descentralizado e democrático, buscando alcançar uma transformação e mobilização social.

O que se pode extrair como experiências desses planos é que vieram trazer soluções, porém, só intensificaram os problemas urbanos recorrentes no Amapá. Esses modelos de planejamento foram utopias participativa e democrática, que, na prática, se concentraram em ações governamentais, sem qualquer forma de participação ou de participação de baixa intensidade, acabando por não avançar nas discussões e propostas de políticas urbanas. Fato que fica evidente nas palavras de Tostes, Souza e Ferreira (2015, p. 150): “Ainda que o exercício do planejamento tenha ocorrido no território amapaense, a baixa capacidade técnica presente nos municípios, aliada a um baixo grau de participação da população” refletiu nos resultados dos PD demonstrando com isso que os planos não são o problema, mas a má gestão.

É possível afirmar que os sindicatos, as comunidades eclesiais de base, através da igreja católica, e as Associações de Moradores deram o suporte para as bases dos Movimentos Sociais na cidade de Macapá, como percebido nas sessões anteriores deste trabalho. Essas bases trouxeram vitórias importantes para os Movimentos Sociais que lutam pela moradia na cidade de Macapá e no processo da organização política. No entanto, “hoje vivemos numa época de pequenos mapas de resistência e de pequenos guias de alternativas. [...]” (SANTOS, 2009).

A desarticulação entre os Movimentos Sociais hoje em Macapá tende a ocasionar a invisibilidade das lutas, viabilizando que os Movimentos Sociais vivenciem um processo de desconstrução no decorrer dos anos ou mesmo se ajustem na categoria de NMS, consubstanciando no atrelamento aos interesses do capitalismo, como critica Gohn (2011); Santos (1999) e Touraine (apud MALFATTI, 2011).

Percebe-se ainda que as moradias de interesse social foram bem expressivas na cidade de Macapá, mas na sua maioria não foram destinadas aos moradores das áreas de ressacas (CARVALHO, 2020). Isso evidencia que apenas a construção de moradia não conduz ao fim do *déficit* habitacional que é recorrente, historicamente, diga-se de passagem, nas cidades brasileiras, em que as principais atingidas são famílias mais empobrecidas da sociedade

(MARICATO, 2013; BONDUKI, 2017). As cidades são formadas por meio das ações sociais, coletivas e o envolvimento político dos seus moradores, entre eles os Movimentos Sociais, que ao buscarem ser ouvidos e percebidos no meio do povo, buscam intervir nessa desigual realidade por meio das suas práticas e lutas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que as Ciências Sociais constantemente buscam produzir conhecimento com a perspectiva de compreender a realidade e suas implicações. Essa pesquisa abordou variadas teorias sobre os Movimentos Sociais como estratégia de resgatar a relevância que esse tema vem apresentando no decorrer das décadas. Por fazer parte do fenômeno histórico, contraditório e urgente, pesquisar sobre os Movimentos Sociais é desafiador. Mesmo dispondo de volumoso acervo teórico, mas, sobre as vivências das lideranças no seio dos movimentos as pesquisas demonstram ainda serem incipientes.

Nessa perspectiva, o objetivo geral proposto na pesquisa foi o de suprir essa lacuna ao expor e analisar o protagonismo de cinco lideranças de Movimentos Sociais no contexto urbano da cidade de Macapá. Respondemos a esse objetivo através das entrevistas não-extrativista, das epistemologias do Sul e a observação participante, métodos pelos quais foi possível apresentar a trajetória dos militantes, conhecer suas experiências nos Movimentos Sociais e analisar de forma crítica suas vivências. Além disso, a pesquisa permitiu construir o conhecimento com e não sobre as lideranças, ou seja, não extraindo seus conhecimentos de forma mecanizada, mas como compromisso de sociedade.

Como resultado, este trabalho apresenta contribuições para futuras pesquisas acadêmicas/científicas ao trazer para o conhecimento cinco sujeitos que protagonizaram extensas lutas pela moradia digna na cidade de Macapá. O conhecimento das experiências das lideranças permitiu conhecer a história dos Movimentos Sociais em Macapá e como se apresentam no atual contexto na cidade. De forma prática, a pesquisa demonstrou que as lideranças hoje em Macapá estão desarticuladas, desmotivadas, cooptadas, desacreditadas e tantos outros adjetivos que permitem trazer novas análises sobre o conhecimento adquirido como forma de contribuir para a sociedade e buscar perspectivas diferentes das que estão postas.

Importante destacar, que o cenário da desarticulação, entre outros efeitos que tem demonstrado os Movimentos Sociais, não é uma realidade apenas local. Temos percebido que a força desempenhada pela sociedade brasileira organizada que anteriormente apresentavam ser um entrave aos interesses do Estado foram se perdendo. Tem ocorrido mudanças em relação as formas de resistência tendo se concentrado nos partidos políticos, instituições, ONG's etc.; e cada vez menos nos Movimentos Sociais. A pesquisa apresentou esse quadro através do conhecimento teórico e de campo.

Entretanto, a pesquisa também traz como relevante para a sociedade a entrada de um maior número de lideranças dos movimentos sociais nas instituições superiores de educação,

como as universidades públicas. Das cinco lideranças entrevistadas três são discentes em curso de graduação e pós-graduação na UNIFAP, esse é um dado a ser considerado pois demonstra que a barreira imposta entre a universidade e a sociedade civil organizada aos poucos está sendo superada. Com essa experiência tanto os Movimentos Sociais quanto a pesquisa científica tendem a formarem parcerias que possibilite novos olhares sobre a realidade local, melhora na qualidade de vida e mudança social através da educação.

As principais limitações enfrentadas no decorrer da pesquisa foram 1) estabelecer confiança, que mesmo posteriormente ter sido uma barreira superada, no início foi uma tarefa difícil, pois, não conhecer pessoalmente as lideranças, seus contextos, e suas lutas, poderia comprometer em uma maior aplicação das técnicas e a coleta dos dados; 2) de ordem local, pela autora não ser natural do estado do Amapá e ser recém chegada na cidade de Macapá, não conhecia a realidade local que era de suma importância para viabilizar e realizar a pesquisa, no entanto, com as leituras em textos sobre pesquisas locais e participação nas ações dos agentes, foi uma limitação superada; 3) além desses, o isolamento social, provocado durante o período da pandemia da covid-19 não permitiu seguir todos os prazos estipulados e por isso a pesquisa necessitou ser reformulada e precisou de mais tempo para ser concluída.

Para estudos futuros sugere-se um recorte maior de lideranças, buscando conhecer a realidade dos Movimentos Sociais ligados a luta do campo, de mulheres, cultural, ambiental, entre outros, que poderá trazer um olhar mais amplos das vivências, dilemas e resistência das lideranças dentro dos movimentos. Então os próximos passos é buscar reinterpretar permanentemente a realidade que são postas pela luta dentro dos Movimentos Sociais que não é uma tarefa individualizada, mas coletiva. Concluem-se que as pesquisas futuras podem avançar a partir desde estudo, entendendo a força que homens e mulheres ligados aos Movimentos Sociais trazem, seu protagonismo e sua importância ao travarem a luta contra o capitalismo, colonialismo e o patriarcado.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Anne Jaqueline Lobato; ARAÚJO, Vanessa Michele do Nascimento. **Participação Popular no Programa de Aceleração do Crescimento / PAC na Comunidade Fé em Deus em Belém /PA**. 2014, 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. – 7. ed. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2017.
- BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **EM TESE** - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.
- CARVALHO, Bianca Moro de. **Habitação popular na Amazônia: o caso das ressacas na cidade de Macapá**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.
- CASTELLS, Manuel. **Movimientos Sociales urbanos**. 3. ed. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1977.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Ed. Zahar, 2013.
- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos**, n. 45, p. 152-166, 1996.
- CASTRO, Edna. Epistemologias e caminhos da crítica sociológica Latino-Americana. **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Edna Castro, Renan Freitas Pinto, organizadores – Belém: NAEA/UFPA, 2018.
- CHAGAS, Marco Antônio. **Amapá: a mineração e o discurso da sustentabilidade: de Augusto Antunes a Erike Batista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.
- CHAGAS, Marco Antônio. **Mano Pedro: socioambientalismo, ecologia de saberes e artesanias das práticas na Amazônia**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2021.
- CHAGAS, Marco Antônio Augusto; FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro; RABELO, Benedito Rabelo; FERNANDES, Aristóteles Viana. A articulação entre o complexo verde de Ab'Saber e o complexo urbano de Becker como um caso amazônico. **RBPG**, Brasília, v. 13, n. 32, p. 829-860, set./dez. 2016.
- CHAGAS, Marco Antônio Augusto; SOUZA, Vanessa Michele do Nascimento Araújo de. **Movimentos Sociais na Amazônia: A atuação dos novos movimentos sociais e o problema energético no estado do Amapá**. PORTO, Jadson Luís Rebelo; TOSTES, José Alberto; GOMES, Andréa Figueiredo (org.). **De apagão a apagado** [livro eletrônico]: ensaios sobre a questão energética amapaense. Maringá, PR: Uniedusul, 2021.
- COMARÚ, Francisco. **Movimentos sociais e habitação**. Salvador: UFBA, Escola de Administração; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

CORDEIRO, Kevin; MATSUNAGA, Melissa. Projetos habitacionais empreendidos pelo poder público em Macapá-AP: de 1943-2018. *In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVIII ENANPUR, 2019, Natal (RN). Anais...* Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anais>. Acesso em: 1 jan. 2023.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da noite: a prostituição de meninas-escravas no Brasil**. Editora Ática, 1992.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Tradutores: Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. 13. ed. Barcarena, Portugal: Editorial Presença, 1997.

FERRARI JÚNIOR, José Carlos. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. **Revista Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 15-28, jun. 2004.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. **Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da “questão social” na região**. 2006. 195 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. Amazônia e desenvolvimento capitalista: a centralidade da região para a acumulação de capital e a produção de expressões da “questão social”. **Revista de Políticas Públicas**. São Luiz (MA), Número Especial, p. 203-2013, 2010.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho; BELO, Patrícia de Sales. Acumulação de capital e sociedade de economia natural na Amazônia: notas para o debate. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n. 2, p. 225-236, jul./dez. 2012.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro; COSTA, Solange Gayoso; HAZEU, Marcel Theodor. Comunidades Tradicionais e sindicatos em conflito com Estado e capital em Barcarena (PA). **Argumentum**, Vitória (ES), v. 11, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2019.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro; HAZEU, Marcel Theodor. Grandes empreendimentos e contradições sociais na Amazônia: a degradação da vida no município de Barcarena, Pará. **Argumentum**, Vitória, v. 7, n. 2, p. 288-301, jul./dez. 2015.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro; COSTA, Solange Gayoso; HAZEU, Marcel Theodor. Comunidades Tradicionais e sindicatos em conflito com Estado e capital em Barcarena (PA). **Argumentum**, Vitória, v. 11, n. 1, p. 173-187, jan./abr. 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Marcos Referenciais teóricos de têm dado suporte às análises dos movimentos sociais e ações coletivas no Brasil - 1970-2018. **Revista Brasileira de Sociologia**. Vol. 06, No. 14. Set-Dez/2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Resultados do universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2023.

JENSEN, Karl. Teses sobre os movimentos sociais. **Autogestão**. ano. 1, n. 1, 2014. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jensen1/63>. Acesso em: 31 jan. 2023.

LOBATO, Marília Gabriela Sila; CASTRO, Edna Maria Ramos de; FOLHES, Gabriela Pisa. Usinas hidrelétricas no Brasil: história, discursos e interesses. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. V. 14, n.3, Jul/Set, 2021.

LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e tática de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. 2013. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

MALFATTI, Selvino Antônio. Os movimentos sociais em Alain Touraine. **Revista Estudos Filosóficos**. n. 6, p. 217-228, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, jun. 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. Hucitec. São Paulo. 2019.

MONTANÕ, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez. 2011. 228 p. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 5).

NETO, Paulo Nascimento. ULTRAMARI, Clovis. Política habitacional no Brasil: manifestações territoriais de uma década de habitação social de mercado. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, 2022.

SILVA, Charles de Oliveira; PORTO, Jadson Luís Rebelo. Região metropolitana na Amazônia: ensaios de uma especialidade amapaense em construção. *In*: GUIMARÃES, Danielle Costa; VILAR DA SILVA, Marcelle; LUCAS, Cristina Maria Baddini (org.). **Amazônia urbana em questão** [recurso eletrônico]: Macapá 75 anos de capital: Livro 3. Maringá, PR: Uniedusul, 2020.

PORTILHO, Ivone dos Santos. Áreas de ressaca e dinâmica em Macapá/AP. *In*: Seminário Latino-Americano de Geografia Física, VI; Seminário Ibero-Americano de Geografia Física, II., 2010, Coimbra, **Anais...** Coimbra: Universidade Federal de Coimbra, 2010. p. 1-15.

- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. Ed. Edições Afrontamento, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Los nuevos movimientos sociales. **Revista Debates**, p. 177-184, set. 2001.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, out. 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **As vozes do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as epistemologias do Sul: antologia esencial**. Para pensar um pensamento alternativo de alternativas. v. 1, 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul** / Boaventura de Souza Santos. – 1. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- SILVA, Dirley Furtado; LIMA, Hermano Machado Ferreira. A exclusão social dos moradores da área de ressaca do bairro do Congós no município de Macapá. **Inovação e Tecnologia Social**, v. 1, n. 2. 2019.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- SVAMPA, Maristella. Movimientos Sociales, matrices socio-políticos y nuevos escenarios em América Latina. **OneWorld perspectives**. Jan. 2010. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/73176/CONICET_Digital_Nro.25012206-e7ca-4221-9378-0b218829a262_A.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 10 fev. 2023.
- TORRINHA, Mário Nunes. **Macapá: redes, comércio, tempo e espaço na formação do labirinto urbano**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- TOSTES, José Alberto. **Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na faixa de fronteira setentrional**. Rio de Janeiro: Publit, 2012.
- TOSTES, José Alberto. Análise dos planos urbanos de Macapá: planos diretores, região metropolitana e projeto Macapá 300. In: TOSTES, José Alberto (org.). **Os distintos olhares do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá – 2004**. Macapá: UNIFAP, 2020.
- TOSTES, José Alberto. **A política habitacional na cidade de Macapá**. 2021. Disponível em: <https://josealbertostes.blogspot.com/2021/09/a-politica-habitacional-na-cidade-de.html> Acesso em: 1 set. 2022.
- TOSTES, José Alberto. **Epistemologia da história das cidades na Amazônia**. 2022. Disponível em: <https://josealbertostes.blogspot.com/2022/06/epistemologia-da-historia-das-cidades.html> Acesso em: 1 set. 2022.

TOSTES, José Alberto. **O espaço construído na cidade de Macapá**. 2022. Disponível em: <https://josealbertostes.blogspot.com/2022/04/o-espaco-construido-na-cidade-de-macapa.html> . Acesso em: 1 set. 2022.

TOSTES; SOUZA; FERREIRA. José Alberto; Ana Claudia Machado; José Francisco de Carvalho. O desenvolvimento local integrado entre as cidades de Macapá e Santana (Estado do Amapá, Brasil). **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 8, n, 2, p. 149-167, jul./dez. 2015.

VIANA. Nildo. Os movimentos sociais durante o capitalismo oligopolista transnacional. **Revista Café com sociologia**. v. 3, n. 3, p. 54-74, set./dez. de 2014,

VIANA, Nildo. **Movimentos sociais: questões teóricas e conceituais** (org.). 1. ed. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

VIANA. Nildo. **Marx e os movimentos sociais**. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação/Mestrado em
Desenvolvimento Regional



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa intitulada **O PROTAGONISMO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM MACAPÁ: Passado, Presente e Futuro** a qual tem por objetivo dar voz às lideranças dos Movimentos Sociais através dos relatos das experiências de vida e trajetória de luta transformando-os (as) em protagonistas de suas histórias. Suas respostas serão tratadas de forma coletiva para que posteriormente possa ser usada pelos Movimentos Sociais, sociedade e órgão públicos. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu nome da pesquisa. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição com a qual a pesquisa está diretamente ligada.

O (A) Sr (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o número do celular e e-mail da pesquisadora responsável, podendo tirar sua dúvida sobre o estudo e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Desde já agradeço!

Nome da pesquisadora: Vanessa Michele do Nascimento Araújo de Souza.
Cel: (96)99152-3365 E-mail: vanessaufpa@gmail.com

Declaro estar ciente do teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, podendo ser usada a minha imagem e o meu nome. Tenho ciência também de que poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento. Recebi uma cópia assinada deste termo de consentimento.

_____, de _____ de _____.

Pesquisadora Responsável

Participante de Pesquisa

APÊNDICE B – ENTREVISTAS: WEMERSON SANTOS E CARMEM DUARTE

Fotografia 6 – Entrevista com Wemerson Costa dos Santos



Fonte: Acervo da Autora (2022).

Fotografia 7 – Entrevista com Carmem Duarte



Fonte: Acervo da Autora (2022).

APÊNDICE C – ENTREVISTAS: ALDINÉIA MACHADO E IDELFONSO SILVA

Fotografia 8 – Entrevista com Aldinéia Machado



Fonte: Acervo da Autora (2022).

Fotografia 9 – Entrevista com Idelfonso Silva



Fonte: Acervo da Autora (2022).

APÊNDICE D – REUNIÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MACAPÁ

Fotografia 10 – Reunião para organizar o Pré-Fórum Comitê Amapá



Fonte: Acervo da Autora (2022).

Fotografia 11 – Reunião para organizar o Pré-Fórum Comitê Amapá



Fonte: Acervo da Autora (2022).

APÊNDICE E – PRÉ-FÓRUM / COMITÊ FOSPA AMAPÁ

Fotografia 12 – Primeiro dia do Pré-Fórum Comitê FOSPA



Fonte: Acervo da Autora (2022).

Fotografia 13 – Protagonismo das mulheres nos Movimentos Sociais em Macapá



Fonte: Acervo da Autora (2022).

APÊNDICE F - PRÉ-FÓRUM / COMITÊ FOSPA AMAPÁ

Fotografia 14 – Mesa Mulheres como Resistência



Fonte: Acervo da Autora (2022).

Fotografia 15 – Mesa Movimentos Sociais dos Povos Indígenas



Fonte: Acervo da Autora (2022).

APÊNDICE G – PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MACAPÁ NO FOSPA

Fotografia 16 – Roda de Conversa tenda Ecovida



Fonte: Acervo da Autora (2022).

Fotografia 17 – Ato de encerramento do 10º Fórum Social Pan-Amazônico



Fonte: Acervo da Autora (2022).

APÊNDICE H - PARTICIPAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DE MACAPÁ NO FÓRUM SOCIAL PAN-AMAZÔNICO 2022

Percebem-se iniciativas em rede de manter os Movimentos Sociais ativos em suas lutas coletivas, com respeito às suas autonomias e focado em causas comuns. Uma dessas iniciativas é o Fórum Social Pan-Amazônico (FOSPA), cuja última versão data de 2022.

O 10ª FOSPA, realizado em 2022, na cidade de Belém, estado do Pará, reuniu povos de todas as partes do mundo, tendo sido uma grande movimentação e momentos de encontros e discussão sobre o futuro do planeta. O objetivo do FOSPA é lutar por um mundo possível que respeite a diversidade dos povos da Amazônia, o ecossistema e a biodiversidade que são vitais para a preservação do planeta. A Luta é contra todas as formas de opressão geradas pelo desenvolvimento desigual que atacam os povos dos diferentes territórios e a natureza, buscando formas de resistência em defesa da vida (FOSPA, 2021).

O 10º Fórum do comitê FOSPA/Amapá foi representado por diferentes Movimentos Sociais, ONGs, estudantes, coletivos de mulheres, indígenas, entre outros, e realizaram algumas reuniões para propor estratégias objetivando chegar à cidade de Belém. Além disso, realizaram nos dias 24 e 25 de julho de 2022 no Museu Sacaca, localizado em Macapá, o Pré-Fórum em parceria com representantes da Guiana Francesa, que faz fronteira com o estado.

A realização do Pré-Fórum foi uma forma de chamar os Movimentos Sociais a refletir sobre a importância de participarem do FOSPA como um espaço de resistência, buscando resgatar as experiências do passado como combustível para continuar na luta. Quando perguntado para os sujeitos dessa pesquisa sobre a importância de os Movimentos Sociais participarem do FOSPA, as respostas foram as seguintes:

Wemerson Santos: É muito importante. O Fórum Social Pan-Amazônico desses oito territórios que compõem a Pan-Amazônia e tudo que existe dentro dela, no sentido das violações desse território, das pessoas, da terra etc., passa a levar esse ambiente Amazônia para o centro do mundo e para o centro das discussões. Então a palavra hoje Amazônia tem a ver com tudo, com todos e todas. Quando o Fórum pauta a discussão da salinização, da falta de acesso ao peixe, a falta de acesso à água, nos territórios e que precisamos debater isso, o objetivo é criar políticas e, inclusive, trabalhar formas de atender aos problemas, capacidade de levar uma pauta, de levar um programa. Essa discussão pode gerar em algum momento alguma política pública, quem sabe um ministério da Amazônia. Acredito que as pessoas já têm a ideia de que a Amazônia, o FOSPA tem ajudado a levar essa mensagem, de que sem a Amazônia não há caminho para os habitantes amazônicos, especialmente, e para os habitantes

da terra. Se nós conseguirmos passar a mensagem de que a Amazônia em pé ela pode ser uma opção política, acredito que essa é a grande mensagem que o Fórum tem que deixar. Para alcançar essa conquista precisamos ser protagonistas dessa formação, dirigir a nossa história e dizer para qualquer que seja a organização que venha de fora, seja ela uma ONG, ou seja um grupo político, que manter a Amazônia e os povos que vivem da floresta é a grande mensagem do FOSPA. Porque o ribeirinho continua passando as mesmas necessidades, não tendo acesso ao bem-estar e sem dignidade e os projetos que chegam na Amazônia não proporcionam qualidade de vida para os povos que vivem da floresta.

Carmem Duarte: Para mim foi muito rico, porque eu nunca tinha participado de um evento assim. Eu participo das associações aqui no Congós, mas ainda não tinha viajado, saído do estado. Os eventos que acontecem aqui em Macapá eu sempre participo, mas para fora não. Participar do FOSPA é muito importante, porque eu tinha dúvidas sobre muitos assuntos. Eu não conseguia entender por que a energia elétrica aqui no estado do Amapá é tão cara se nós temos 4 hidrelétricas aqui. Quando cheguei no Fórum participei das atividades do Movimento Social “Atingidos por barragens”, justamente o que eu queria aprender. Participando dos encontros que eu fui entender as causas. No Pré-Fórum eu observei uma coisa que me inspirou muito que foi a organização dos povos indígenas para elaborarem as suas propostas. Eu estava falando com os meninos quando eu cheguei: “gente, é por isso que a nossa comunidade ela não anda”. Tem eleição de 2 em 2 anos e a eleição passa e você volta aqui no Congós, 2 anos que você veio aqui ele está com os mesmos problemas, algumas vezes até pior. Porque as pessoas, elas não se organizam, cada um vota pelo seu interesse individual.

Aldinéia Machado: O conhecimento, esse conhecimento de dar a liberdade para ouvir os outros, conhecer a realidade cotidiana dos outros coletivos e compartilhar também o que eu passo dentro da minha casa, da minha escola, da minha rua. Enxergar o que a minha vizinha está passando é importante, mas não é apenas isso, é importante enxergar as causas, essa é a principal função do FOSPA, proporcionar esse olhar crítico sobre a realidade.

Aldenora González: Eu acredito que é importante estar em todos os espaços de discussão, no entanto o participante precisa saber qual é a intenção. Porque aquela coisa do individualismo, a pessoa, ela não vem como Movimento Social, ela vem como pessoa, mesmo dizendo ser representante de um Movimento Social, mas quando você vai observar de verdade, quem é que está por trás dessa pessoa? Ninguém. Então eu acredito que os Movimentos Sociais

que estão vindo são na maioria movimentos esvaziados. O Movimento Social tem que ter feedback, ou seja, ao representar o coletivo nos espaços deve lembrar que não está se representando como liderança, mas ao Movimento Social que milita. Então em espaços como o FOSPA todo o material que for publicitado é obrigação da liderança compartilhar para os seus companheiros de militância, evita o individualismo. Então por isso é importante participar do FOSPA desde que esses Movimentos Sociais tenham raízes e base social.

A partir das falas dos entrevistados e entrevistadas, ficou evidente que a participação no Fórum Social Pan-Amazônico é de suma importância porque em encontros como o FOSPA é possível denunciar as violações que ocorrem em nível mundial e, em especial, os oito países que compõem a Pan Amazônia (Brasil, Bolívia, Equador, Venezuela, Peru, Colômbia, Guiana Francesa e Suriname). As narrativas destacam também a relevância da visibilidade do Fórum e a repercussão que ele representa ao divulgar para mundo que a Amazônia de pé vale mais do que tombada. Outro destaque foi dado às cartas elaboradas no final de cada FOSPA que podem ser de grande valia para que, no futuro, possam a partir delas ser criadas políticas públicas e ministérios com a função de preservação da Amazônia e dos povos que vivem da floresta. Encontros como FOSPA proporcionam aos seus participantes conhecimentos não científicos, os quais para Santos (2009, p. 20),

(...) o reconhecimento e a valorização dos conhecimentos não científicos, tornará possível uma compreensão mais ampla do mundo e uma complementaridade entre conhecimentos científicos e não científicos na tarefa de reinventar a emancipação social. De alguma maneira, o conhecimento não científico figura como objeto de investigação científica, o modo de conhecer e transformar o mundo.

Para as lideranças o FOSPA proporciona momentos para tirar dúvidas sobre suas inquietações, buscar novos conhecimentos, formas de aprendizado em grupo, ampliar o olhar crítico sobre a própria realidade econômica e social vivida em suas comunidades. Segundo as falas entrevistados/as ouvir outros coletivos durante o Fórum traz conhecimento e uma sensação de liberdade, a qual o autor Sen (2010) denomina de liberdade econômica, que é a liberdade que todo o cidadão deve ter de se alimentar com qualidade, vestir-se, calçar, morar etc. Como agentes de transformação de sua história, os indivíduos podem integrar os espaços políticos, econômicos e sociais envolvendo-se em atividades coletivas em todas as esferas. “Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros” (SEN, 2010, p. 26).

A representatividade foi um ponto de destaque em uma das falas, no sentido de que cada Movimento Social representa seu coletivo nos espaços como o FOSPA e traz para os seus representados o retorno do que aprendeu, fortalecendo suas lutas e ao mesmo tempo o próprio Fórum. Para Castells (2013), os Movimentos Sociais são atores de mudança, pois podem influenciar, a partir dos seus projetos de lutas e suas experiências de vida, provocar mudanças sociais para a construção de uma outra sociedade. Por fim, o mesmo autor descreve ainda a importância que a comunicação tem para as ações desenvolvidas pelos Movimentos Sociais, a qual proporciona motivação, formação, indignação, entusiasmo e esperança ao coletivo.